Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2016

EO/LGPS/LJP/YTV 0653/17

Den	nor	ıstr	ações	conta	ábeis	indivi	iduais	e co	nsoli	dadas
Em	31	de	dezer	nbro	de 20	)16				

#### Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **Marfrig Global Foods S.A.** São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Marfrig Global Foods S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Marfrig Global Foods S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Reconhecimento de receita

O reconhecimento de receita da Companhia envolve o uso de diferentes sistemas de faturamento e em diversas localidades, devido a capilaridade de negócios mantidos pela Companhia e suas controladas, que processam grandes volumes de dados, com combinação de diferentes produtos vendidos e em diversos países, com variações de preços durante o ano que derivam dos diferentes planos e ações de marketing, em cada uma das suas unidades de negócio. Detalhes sobre a política contábil relativa ao reconhecimento de receita estão descritos na nota explicativa "3.1.1, Apuração de resultado".

## Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme Nota Explicativa nº 12, a Companhia e suas controladas possuem registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos nos montantes de R\$1.944.363 e R\$2.135.395, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas, bem como sobre diferenças temporariamente não dedutíveis e/ou tributáveis. A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de perda por recuperabilidade desse ativo, baseado no modelo financeiro de fluxo de caixa descontado dos lucros tributáveis futuros, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os lucros futuros da Companhia, de forma que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis Companhia, da tomadas em conjunto.

#### Resposta da auditoria ao assunto

- ✓ Avaliação dos sistemas relevantes de Tecnologia da Informação utilizadas pela Companhia e suas controladas;
- Teste sobre as receitas de vendas de produtos, mercado interno e externo, por meio de amostragem, tendo como objetivo: (i) examinar as faturas comerciais de venda de produtos; (ii) examinar as respectivas liquidações financeiras por parte desses (iii) entender e testar clientes: lançamentos manuais realizados em todas as contas contábeis de receita, relevantes: (iv) examinar as faturas comerciais emitidas em transações de partes relacionadas e sua eliminação no processo de consolidação;
- ✓ Avaliação das premissas utilizadas pela Administração e se as políticas de reconhecimento de receita adotadas estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

#### Resposta da auditoria ao assunto

- ✓ Indagação sobre as previsões de fluxo de caixa futuro preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive com a comparação com os seus planos mais recentes de negócios;
- ✓ Indagação sobre as principais premissas e critérios adotados pela Administração com relação as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais e a taxa de desconto:
- ✓ Avaliação da razoabilidade do custo de capital utilizado nas projeções;
- ✓ Avaliação da extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em perda por recuperabilidade desse ativo.

## Avaliação de perda por impairment de intangíveis e ágios

Conforme Nota Explicativa nº 15, a Companhia e suas controladas possuem registrados ágios e ativos intangíveis nos montantes de R\$1.372.356 e R\$2.815.130, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016. referentes. substancialmente, às aquisições de empresas em anos anteriores. A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de impairment desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração premissas adote algumas baseadas por informações seus relatórios geradas internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer alteração nas utilizadas pode gerar premissas efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis Companhia da tomadas em conjunto.

## Realização dos créditos tributários federais e estaduais

Conforme Nota Explicativa nº 9, a Companhia e suas controladas possuem registrados créditos tributários federais e estaduais nos montantes R\$2.760.578 R\$2.963.988, е respectivamente, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2016. O acúmulo de créditos tributários na indústria frigorífica é inerente ao negócio, devido aos incentivos fiscais concedidos pela legislação brasileira aos exportadores. Administração avalia o risco de impairment desses ativos, quando a probabilidade de aproveitamento destes créditos tributários é remota, considerando as seguintes alternativas legais: (i) compensações com outros tributos estaduais e federais, de acordo com a legislação pagamentos tributária vigente; (ii) fornecedores; (iii) aquisição de equipamentos, insumos e consumos, por meio de negociação junto aos fornecedores; (iv) pedido aprovação e ressarcimento, em espécie, dos referidos créditos tributários.

#### Resposta da auditoria ao assunto

- ✓ Avaliação e questionamentos das previsões de fluxo de caixa futuro, preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive com a comparação com os seus planos mais recentes de negócios;
- Teste do valor em uso, o que envolve questionamento das principais premissas e critérios adotados pela Administração com relação as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia;
- ✓ Análise da extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias, individual ou coletivamente, para resultar em impairment desses ativos, bem como consideração da probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas e critérios considerados.

#### Resposta da auditoria ao assunto

- ✓ Análise da existência de indeferimento de créditos tributários tomados durante o exercício;
- Obtenção de carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os pedidos de ressarcimento de créditos tributários em andamento;
- Análise, por amostragem, das aquisições de insumos, equipamentos e pagamentos de fornecedores durante o exercício social;
- ✓ Análise, por amostragem, da compensação dos créditos tributários federais e estaduais com débitos tributários da mesma natureza, bem como avaliação, por amostragem, dos pedidos de ressarcimento realizados durante o exercício social.

## Provisões fiscais, trabalhistas, previdenciárias e cíveis

Conforme Nota Explicativa nº 25, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária e fiscais, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui assuntos de natureza fiscal em discussão em várias esferas processuais, no montante total de R\$1.416.072, sendo que R\$1.758 estão provisionados, referentes a processos com probabilidade de perda provável, com base na opinião de seus assessores jurídicos. situações onde as perdas são consideradas possíveis são objeto de divulgação por seus valores históricos e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas. Considerando a relevância dos envolvidos e julgamento crítico em relação à probabilidade de êxito nas discussões iudiciais. qualquer mudança no ambiente regulatório, de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impactos relevantes demonstrações nas contábeis individuais consolidadas е Companhia.

## Investigações judiciais ligadas a corrupção e fraude

Conforme Nota Explicativa n° 25.3.2, a citada Companhia foi em investigações realizadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, cujas naturezas das citações estão relacionadas, substancialmente, favorecimento ilícito da Companhia na obtenção de empréstimos e financiamentos junto a determinado banco público federal, com o suposto pagamento de vantagens indevidas à agentes públicos. O favorecimento de forma ilícita empréstimos na captação de financiamentos, com banco público federal, está em desacordo com diversas esferas da legislação brasileira e internacional e é passível de restrições criminais, punições com multas, contingências e restrições futuras à Companhia e seus membros da Administração em exercer sua atividade no mercado de capitais no Brasil. A Administração da Companhia, por meio da sua área de compliance, está contribuindo com as investigações e disponibilizou acesso e a entrega das informações solicitadas pelas autoridades.

#### Resposta da auditoria ao assunto

- ✓ Obtenção de carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos fiscais em andamento;
- ✓ Avaliação de valores e probabilidade de perda e, para determinados processos fiscais, obtenção de opinião de especialistas tributários sobre a razoabilidade dos prognósticos dos assessores jurídicos e avaliação dos argumentos e/ou teses de defesa.

#### Resposta da auditoria ao assunto

- ✓ Levantamento dos procedimentos em andamento e a obtenção de uma carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para esses assuntos;
- ✓ Análise dos contratos de empréstimos e financiamentos firmados junto a determinado banco público federal nos períodos mencionados nas investigações judiciais, atentando-se as condições, taxas e prazo são compatíveis com as condições oferecidas pelos bancos privados e pelo mercado;
- ✓ Teste documental, com base em amostragem, para avaliar a existência de pagamentos feitos às empresas e/ou pessoas citadas nas investigações que a Companhia está envolvida.

#### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Marfrig Global Foods S.A., e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Marfrig Global Foods S.A. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/0-1

Esmir de Oliveira

Contador CRC 1SP-109628/0-0

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais)

		Contro	ladora	Conso	lidado			Controla	idora	Conso	lidado
	Nota		Reclassificado		Reclassificado		Nota		Reclassificado		Reclassificado
	Explicativa	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15		Explicativa	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	396.281	276.982	3.291.705	1.630.368	Fornecedores	16	739.179	613.905	1.853.426	1.734.425
Aplicações Financeiras	5	1.515.911	1.601.157	1.986.936	3.373.842	Fornecedores Risco sacado	17	149.331	84.566	149.331	84.566
Valores a receber - Clientes nacionais	6	149.013	141.626	396.887	528.010	Pessoal, encargos e benefícios sociais	18	137.126	90.591	346.837	338.015
Valores a receber - Clientes internacionais	6	326.458	306.212	393.581	475.707	Impostos, taxas e contribuições	19	91.855	53.117	175.801	182.961
Estoques de produtos e mercadorias	7	518.292	463.066	1.257.616	1.496.964	Empréstimos e financiamentos	20	823.017	518.341	1.198.039	1.772.411
Ativos biológicos	8	-	-	112.454	160.174	Títulos a pagar	23	306.056	190.397	372.607	323.645
Tributos a recuperar	9	1.075.882	785.249	1.240.328	1.289.571	Arrendamentos a pagar	22	2.808	5.491	11.936	38.166
Despesas do exercício seguinte		8.005	7.191	132.242	197.733	Juros sobre debêntures	21	297.870	278.114	256.563	236.807
Títulos a receber	10	267.479	890.152	353.548	48.034	Antecipações de clientes		590.470	365.709	695.046	378.304
Adiantamentos a fornecedores		9.184	8.874	23.988	45.274	Instrumento mandatório conversível em ações	24	2.147.392	-	2.147.392	-
Ativos mantidos para venda		-	188.664	-	529.981	Passivos relacionados à ativos mantidos para venda		-	4.825	-	163.711
Outros valores a receber		15.979	6.173	113.893	66.797	Outras obrigações		47.667	35.215	175.991	153.638
		4.282.484	4.675.346	9.303.178	9.842.455			5.332.771	2.240.271	7.382.969	5.406.649
						Não circulante					
						Empréstimos e financiamentos	20	258.959	415.457	9.695.799	10.112.889
Não circulante						Impostos, taxas e contribuições	19	722.203	534.784	723.435	699.116
Aplicações financeiras	5	-	-	851	911	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	269.616	294.683
Depósitos judiciais		64.085	35.476	65.427	50.834	Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	25	76.991	45.289	87.739	46.219
Títulos a receber	10	537.282	415.596	96.768	360.868	Arrendamentos a pagar	22	664	3.286	26.560	23.520
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	1.944.363	1.329.137	2.135.395	1.657.342	Debêntures a pagar	21	569.935	569.876	-	-
Tributos a recuperar	9	1.684.696	1.396.893	1.723.660	1.595.672	Títulos a Pagar	23	9.243.201	10.212.499	488.261	931.474
Outros valores a receber		10.279	2.887	41.493	53.036	Antecipações de clientes		-	-	375.448	-
		4.240.705	3.179.989	4.063.594	3.718.663	Instrumento mandatório conversível em ações Outros	24	-	2.129.720	- 108.174	2.129.720 115.577
						Gados		10.871.953	13.910.911	11.775.032	14.353.198
Investimentos	13	4.728.591	6.178.722	16.268	26.024						
Imobilizado	14	2.487.214	1.837.551	4.009.397	4.311.263						
Ativos biológicos	8	2.407.214	1.037.331	51.236	59.804	Patrimônio líquido					
3		4 272 244	022 022			•	27.4	F 270 427	F 27/ /70	F 270 427	F 27/ /70
Intangível	15	1.372.346	922.832	2.815.130	2.645.270	Capital social	27.1	5.278.127	5.276.678	5.278.127	5.276.678
		8.588.151	8.939.105	6.892.031	7.042.361	(-) Gastos com emissão de ações	27.1	(108.210)	(108.210)	(108.210)	(108.210)
						Reserva de Capital		184.642	184.642	184.642	184.642
						Emissão de ações ordinárias		184.800	184.800	184.800	184.800
		12.828.856	12.119.094	10.955.625	10.761.024	Aquisição de ações em controladas		(158)	(158)	(158)	(158)
						Reservas de lucros		40.122	39.580	40.122	39.580
						Reserva legal	27.2.1	44.476	44.476	44.476	44.476
						Retenção de Lucros		7.348	7.348	7.348	7.348
						Ações em tesouraria	27.2.2	(12)	(554)	(12)	(554)
						Ações em tesouraria canceladas	27.2.2	(11.690)	(11.690)	(11.690)	(11.690)
						Outros resultados abrangentes	27.3	(241.972)	(1.174.029)	(241.972)	(1.174.029)
						Ajuste de avaliação patrimonial	27.3.1	(2.054.151)	(3.913.161)	(2.054.151)	(3.913.161)
						Ajuste acumulado de conversão	27.3.2	1.812.179	2.830.019	1.812.179	2.830.019
						Valores no PL relacionados a ativos mantidos para venda	27.3.3	-	(90.887)	-	(90.887)
						Prejuízos Acumulados		(4.246.093)	(3.575.403)	(4.246.093)	(3.575.403)
						Patrimônio líquido de controladores		906.616	643.258	906.616	643.258
						Participação de não controladores	27.6	-	-	194.186	200.374
Total do ativo		17.111.340	16.794.440	20.258.803	20.603.479	Total do passivo e patrimônio líquido		17.111.340	16.794.440	20.258.803	20.603.479

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

		Control	adora	Consolidado		
	Nota Explicativa	Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015	Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015	
Receita líquida de vendas	28	5.961.249	6.083.412	19.333.453	19.549.362	
Custo dos produtos e mercadorias vendidas Lucro bruto	29	(5.073.028) 888.221	(5.063.579) 1,019.833	(17.157.373) 2.176.080	(17.249.936) 2.299.426	
Receitas (despesas) operacionais		(750.984)	(773.565)	(1.162.910)	(1.265.223)	
Comerciais	29	(348.846)	(295.617)	(599.748)	(571.661)	
Administrativas e gerais	29	(99.209)	(61.334)	(447.711)	(420.318)	
Resultado com equivalência patrimonial		65.810	(432.389)	(6.434)	(23.760)	
Outras receitas (despesas) operacionais		(368.739)	15.775	(109.017)	(249.484)	
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		137.237	246.268	1.013.170	1.034.203	
Resultado financeiro	30	(1.358.186)	(2.370.306)	(2.034.710)	(3.099.427)	
Receitas financeiras		371.967	148.816	483.814	596.213	
Variação cambial ativa		1.391.307	1.583.030	1.820.651	2.037.403	
Despesas financeiras		(1.717.440)	(1.823.627)	(2.439.544)	(2.642.774)	
Variação cambial passiva		(1.404.020)	(2.278.525)	(1.899.631)	(3.090.269)	
Prejuízo antes dos efeitos tributários		(1.220.949)	(2.124.038)	(1.021.540)	(2.065.224)	
IR e Contribuição Social		494.517	699.921	341.517	688,222	
Imposto de renda corrente e diferido	36	364.098	514.648	221.480	489.071	
Contribuição social corrente e diferida	36	130.419	185.273	120.037	199.151	
Resultado líquido no exercício das operações continuadas		(726.432)	(1.424.117)	(680.023)	(1.377.002)	
Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas	38	47.227	838.095	47.256	838.095	
Resultado líquido no exercício antes das participações		(679.205)	(586.022)	(632,767)	(538.907)	
Resultado líquido atribuído a:						
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação continuad	la	(726.432)	(1.424.117)	(726.432)	(1.424.117)	
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação descontin	uada	47.227	838.095	47.227	838.095	
Participação do acionista controlador - Total		(679.205)	(586.022)	(679.205)	(586.022)	
Participação dos acionistas não-controladores - operação continuada Participação dos acionistas não-controladores - operação descontinuada		-	-	46.409 29	47.115	
Participação dos acionistas não-controladores - Operação descontinuada  Participação dos acionistas não-controladores - Total		-	-	46.438	47.115	
		(679.205)	(586.022)	(632.767)	(538.907)	
Projuíza hácica o diluído por soão predinário operação continue de	22	(4.2025)	(1.12(1)	(1.2041)	(2.72/5)	
Prejuízo básico e diluído por ação - ordinária operação continuada Lucro básico e diluído por ação - ordinária operação descontinuada	32 32	(1,3035)	(1,1261)	(1,3941) 0,0906	(2,7365) 1,6104	
Eucro pasico e utunuo poi ação - orumana operação descontinuada	32	-	-	0,0900	1,0104	
Prejuízo básico e diluído por ação - Ordinária Total	32	(1,3035)	(1,1261)	(1,3035)	(1,1261)	

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Contro	oladora	Consc	lidado
		Reclassificado		Reclassificado
	Acumulado	Acumulado	Acumulado	Acumulado
	2016	2015	2016	2015
Resultado do exercício	(679.205)	(586.022)	(632.767)	(538.907)
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	1.969.873	(2.435.660)	1.969.873	(2.435.660)
Variação cambial sobre conversão de balanço	(1.029.805)	1.566.856	(1.029.805)	1.566.856
	940.068	(868.804)	940.068	(868.804)
Total do resultado abrangente do exercício	260,863	(1.454.826)	307.301	(1.407.711)
Atribuído a:				
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação continuada	213.636	(2.292.921)	213.636	(2.292.921)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação descontinuada	47.227	838.095	47.227	838.095
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - Total	260.863	(1.454.826)	260,863	(1.454.826)
Participação dos acionistas não-controladores - operação continuada	-	-	46.409	47.115
Participação dos acionistas não-controladores - operação descontinuada		<u> </u>	29	-
Participação dos acionistas não-controladores - Total		<u>-</u>	46.438	47.115

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Atribuído à participação dos acionistas controladores														
					Reservas	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes							
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria	Ações em Tesouraria canceladas	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Valores no PL relacionados a ativos mantidos para venda	Prejuízos Acumulados	Total	Total da participação dos controladores	Total da participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2014	5.276.678	(108.210)	184.642	44.476	7.348	(3.685)	(11.690)	(1.713.198)	1.275.127	-	(2.998.023)	1.953.465	1.953.465	118.260	2.071.725
Variação cambial sobre os investimentos líquidos Variação cambial - Conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	(2.332.809)	1.554.892	(102.851) 11.964	-	(2.435.660) 1.566.856	(2.435.660) 1.566.856	34.999	(2.400.661) 1.566.856
Realização de Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(8.642)	-	-	8.642	-	-	-	-
Reclassificação entre contas do Patrimônio Líquido Operações de Proteção à Risco de Taxa de Juros Controladora e reflexo de Controladas	-	-	-	-	-	-	-	137.180 4.308	-	-	-	137.180 4.308	137.180 4.308	-	137.180 4.308
Baixa (aquisição) de ações em Tesouraria Lucro/(prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	3.131	-	-	-	-	(586.022)	3.131 (586.022)	3.131 (586.022)	- 47.115	3.131 (538.907)
Em 31 de dezembro de 2015	5.276.678	(108.210)	184,642	44.476	7.348	(554)	(11.690)	(3.913.161)	2,830,019	(90.887)	(3.575.403)	643.258	643.258	200,374	843,632

		Atribuído à participação dos acionistas controladores											_		
					Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes								
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria	Ações em Tesouraria canceladas	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Valores no PL relacionados a ativos mantidos para venda	Prejuízos Acumulados	Total	Total da participação dos controladores	Total da participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2015	5.276.678	(108.210)	184.642	44.476	7.348	(554)	(11.690)	(3.913.161)	2.830.019	(90.887)	(3.575.403)	643.258	643.258	200.374	843.632
Aumento de capital Variação cambial sobre os investimentos líquidos Variação cambial - Conversão balanço Realização de Custo Atribuído Operações de Proteção à Risco de Taxa de Juros Controladora e reflexo de Controladas Baixa (aquisição) de ações em Tesouraria Lucro/(prejuízo) do exercício	1.449 - - - - -	- - - - - -	- - - - -	- - - - - -	- - - - -	542	-	1.867.021 - (8.515) 504 -	(1.017.840) - - - -	102.852 (11.965) - - - -	8.515 - - - (679.205)	1.449 1.969.873 (1.029.805) - 504 542 (679.205)	1.449 1.969.873 (1.029.805) - 504 542 (679.205)	(52.626) - - - - - - - 46.438	1.449 1.917.247 (1.029.805) - 504 542 (632.767)
Em 31 de dezembro de 2016	5,278,127	(108.210)	184.642	44.476	7.348	(12)	(11.690)	(2.054.151)	1.812.179		(4.246.093)	906.616	906.616	194.186	1.100.802

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Controla	dora	Consolidado		
		Reclassificado		Reclassificado	
	Acumulado 2016	Acumulado 2015	Acumulado 2016	Acumulado 2015	
Prejuízo no exercício das operações continuadas	(726.432)	(1.424.117)	(726.432)	(1.424.117)	
Itens de resultado que não afetam o caixa	134.798	1.045.487	1.580.580	2.386.807	
Depreciação	137.879	119.004	357.050	349.229	
Amortização	26.116	12.313	107.719	85.156	
Participação dos acionistas não controladores	-	-	46.409	47.115	
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	11.558	5.174	37.418	9.320	
Tributos diferidos	(494.516)	(699.922)	(443.753)	(736.225)	
Resultado com equivalência patrimonial	(65.810)	432.389	6.434	23.760	
Variação cambial sobre financiamentos	(101.198)	730.037	(99.306)	717.985	
Variação cambial demais contas de ativo e passivo	113.911	(34.542)	178.286	334.880	
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	99.078	167.515	887.669	996.273	
Despesas de juros sobre arrendamento financeiro	868	806	2.117	2.417	
Despesas de juros sobre debêntures	363.995	343.314	277.330	257.362	
Custo na emissão de operações financeiras	28.623	21.518	200.423	120.077	
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	850	(580)	850	(580)	
Estimativa de não realização de estoque	5.000	12.000	4.087	11.979	
Perda com valor não recuperável	-	-	-	184.450	
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	5.994	809	7.198	(2.463)	
Ganho de compra vantajosa	-	(75.193)	-	(75.193)	
Baixa de ativo fixo	2.450	10.845	10.649	61.265	
Mutações patrimoniais	1.154.059	2.838.103	821.813	1.092.158	
Contas a receber de clientes	198.309	37.043	584.591	270.259	
Estoques e ativo biológico corrente	45.490	233.025	159.519	160.468	
Depósitos judiciais	(9.673)	13.898	(14.112)	13.823	
Pessoal, encargos e benefícios sociais	19.025	30.685	15.523	34.869	
Fornecedores e fornecedores risco sacado	119.425	172.342	445.996	93.484	
Tributos correntes e diferidos	(51.878)	(13.191)	(121.223)	58.859	
Títulos a receber e a pagar	838.536	2.230.395	(231.550)	130.958	
Outras contas ativas e passivas	(5.175)	133.906	(16.931)	329.438	
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	562,425	2.459.473	1.675.961	2.054.848	
Atividades de investimentos					
Investimentos	(113.071)	(141.517)	(61.283)	(42.416)	
Efeito líquido da incorporação	21.110	-	-	-	
Aplicações em ativo imobilizado e ativo biológico não corrente Aplicações no ativo intangível	(155.728) (6.559)	(226.935) (3.534)	(453.917) (10.882)	(400.199) (4.659)	
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(254.248)	(371.986)	(526.082)	(447.274)	
Atividades de financiamentos					
Dividendos recebidos	20.386	794.580	-	-	
Juros liquidados Debêntures/Bonds	(344.240)	(298.161)	(986.039)	(838.892)	
Empréstimos e financiamentos	105.246	(1.579.570)	605.104	(3.260.342)	
Empréstimos obtidos	1.870.230	2.271.732	7.403.837	6.873.024	
Empréstimos liquidados	(1.764.984)	(3.851.302)	(6.798.733)	(10.133.366)	
Arrendamento a pagar	(7.023)	4.432	(18.109)	(15.915)	
Arrendamentos obtidos	-	8.866	19.095	35.129	
Arrendamentos liquidados	(7.023)	(4.434)	(37.204)	(51.044)	
Instrumento mandatório conversível em ações	(7.589)	(9.651)	(7.589)	(9.651)	
Ações em tesouraria Aumento de Capital	542 1.449	3.131	542 1.449	3.131	
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(231.229)	(1.085.239)	(404.642)	(4.121.669)	
		,	, ,	, ,	
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa Operações descontinuadas líquido de caixa (NE 38)	(80.380) 37.485	118.732 (86.258)	(539.287) 68.481	512.369 4.347.139	
Fluxo de caixa do exercício	34.053	1.034.722	274.431	2.345.413	
		1,034,722	2/4,431	2,343,413	
Caixa e equivalentes de caixa	4 040 400	1 070 420	E 270 / //	E 004 340	
Saldo final Saldo inicial	1.912.192 1.878.139	1.878.139 843.417	5.278.641 5.004.210	5.004.210 2.658.797	
Variação do exercício	34.053	1.034.722	274.431	2,345,413	
As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstr	-			14	

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Controla	ndora	Consolidado		
	<del></del>	Reclassificado		Reclassificado	
	Acumulado	Acumulado	Acumulado	Acumulado	
	2016	2015	2016	2015	
Receitas	6.296.178	6.347.398	19.809.754	20.034.023	
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	6.307.405	6.348.207	19.797.232	19.984.304	
Outras Receitas	-	-	20.864	28.090	
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(11.227)	(809)	(8.342)	21.629	
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores	4.718.976	4.734.986	15.107.391	17.119.597	
dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	4.009.360	3.801.335	12.484.556	14.278.843	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	709.616	933.651	2.614.042	2.806.200	
Perda/Recuperação de valores ativos	-	-	8.793	34.554	
Valor adicionado bruto	1.577.202	1.612.412	4.702.363	2.914.426	
Depreciação e amortização	163.995	131.317	464.769	434.385	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.413.207	1.481.095	4.237.594	2.480.041	
Valor adicionado recebido em transferência	1.399.152	2.451.757	1.944.522	6.239.192	
Resultado de equivalência patrimonial	65.810	(432.389)	(6.434)	(23.760)	
Receitas financeiras e variação cambial ativa	1.763.274	1.731.846	2.304.465	2.633.616	
Outros (Incluindo Operação Descontinuada)	(429.932)	1.152.300	(353.509)	3.629.336	
Valor adicionado total a distribuir	2.812.359	3.932.852	6.182.116	8.719.233	
Distribuição do valor adicionado	2.812.359	3.932.852	6.182.116	8.719.233	
Pessoal	453.291	442.130	2.221.120	2.183.555	
Remuneração direta	366.618	357.867	1.834.647	1.806.683	
Benefícios	59.765	63.410	351.930	347.716	
FGTS	26.908	20.853	34.543	29.156	
Impostos, taxas e contribuições	(237.250)	(5.572)	11.882	83.024	
Federais	(476.414)	(192.982)	(317.691)	(215.483)	
Estaduais	238.985	187.366	327.733	297.831	
Municipais	179	44	1.840	676	
Remuneração de capitais de terceiros	3,275,523	4.082.316	4.581.881	6.991.561	
Juros	3.121.460	4.102.152	4.339.175	5.733.043	
Aluguéis	41.728	56.728	69.543	63.660	
Outras (Incluindo Operação Descontinuada)	112.335	(76.564)	173.163	1.194.858	
Remuneração de Capitais Próprios	(679.205)	(586.022)	(632.767)	(538.907)	
Prejuízo do exercício das operações	(679.205)	(586.022)	(679.205)	(586.022)	
Participação dos não controladores			46.438	47.115	

#### 1. Contexto operacional

A Marfrig Global Foods S.A. é uma multinacional que atua nos setores de alimentos e *food service* no Brasil e no mundo. A Companhia possui um portfólio de produtos diversificado e abrangente, e suas operações estão alicerçadas em seu compromisso com a excelência e qualidade, o que garante a presença dos seus produtos nas maiores redes de restaurantes e supermercados do mundo, além dos lares de consumidores em aproximadamente 100 países. As atividades da Companhia dividem-se em produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de proteína animal (bovinos, ovinos e aves) e outros produtos alimentícios variados, tais como empanados, pratos prontos, peixes, vegetais congelados, sobremesas, entre outros.

A Marfrig Global Foods S.A. foi fundada em 6 de junho de 2000 tornando-se uma Sociedade Anônima em 26 de março de 2007. A Companhia obteve seu Registro (n° 20.788) na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 18 de junho de 2007 e realizou sua Oferta Pública Inicial (IPO) em 29 de junho de 2007, tendo suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o código MRFG3. Em 22 de janeiro de 2014 na Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada na sede da Companhia, foi reformado o artigo 1° do Estatuto Social da Companhia, no qual a mesma passou a denominar-se Marfrig Global Foods S.A. (outrora Marfrig Alimentos S.A.).

Seu Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 era constituído de 521.300.754 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2016, 205.749.692 ações ou 39,47% do Capital Social da Companhia eram detidas pelo controlador, MMS Participações Ltda. e seus sócios individualmente. Na mesma data o "free float" era de 315.230.597 ações em circulação, representava 60,47% do Capital Social total da Companhia, que detinha 1.281 ações em tesouraria, além de 319.184 ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, representando 0,06% de seu Capital Social. A MMS Participações Ltda. é controlada por Marcos Antonio Molina dos Santos e Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, cada um com 50% de participação.

Como participante do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

As ações da Companhia também fazem parte dos principais indicadores de desempenho do Mercado de Capitais brasileiro, como o Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro. As ações da Marfrig também integram os seguintes índices da bolsa brasileira: Índice Brasil Amplo - IBRA; Índice Brasil - IBrX; Índice de Consumo - ICON; Índice de Governança Corporativa Trade - IGCT; Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGCX; Índice de Governança Corporativa Novo Mercado - IGNM; Índice do Setor Industrial - INDX; Índice de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG; Índice Valor BM&F Bovespa - IVBX; Índice Small Cap - SMLL.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia estabeleceu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, que consiste em unidades de produção instaladas em locais estratégicos, combinadas a uma ampla rede de distribuição com acesso aos principais canais e mercados consumidores do mundo. Atualmente, a Marfrig opera 47 plantas de processamento, centros de distribuição e escritórios no Brasil e em 11 países da América do Sul, América do Norte, Europa, Oceania e Ásia.

A Companhia acredita que a melhora contínua dos seus processos internos lhe permitirá alcançar maior eficiência e controle de custos, o que, somado a uma administração voltada para resultados e comprometida com o crescimento rentável, possibilitará o aumento da lucratividade do negócio e fortalecimento da geração de caixa.

A estrutura organizacional e as posições patrimonial e financeira da Companhia devem ser consideradas no contexto operacional das atividades integradas dos seguintes segmentos de negócio, organizados de acordo com a forma que a Administração da Companhia toma suas decisões, com estruturas próprias profissionalizadas e segmentadas em:



• Marfrig Beef - A unidade de negócio Marfrig Beef é pioneira na comercialização e promoção da carne bovina, com foco em atender o mercado doméstico brasileiro, principalmente o setor de food service, e o mercado externo, com clientes ao redor do mundo. A Marfrig Beef é reconhecida em muitos países pela qualidade dos seus produtos premium, tendo aproveitado momentos favoráveis no setor de gado brasileiro e do câmbio para reforçar sua posição em mercados internacionais. As operações internacionais na América do Sul concentram-se na exportação de cortes nobres de carne bovina e no aproveitamento da posição estratégica desfrutada no Uruguai, que garante à Marfrig Beef acesso aos principais mercados consumidores do mundo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

 Keystone — A unidade de negócios Keystone fornece alimentos à base de proteína animal para as principais redes mundiais de restaurantes, com forte presença nos Estados Unidos e na Ásia. Focada em inovação e comprometida com altos padrões de segurança e qualidade alimentar, combina sua ampla expertise na indústria de alimentos e o foco no cliente para oferecer um mix completo de produtos resfriados e congelados.

Resumo das participações societárias da Companhia por segmento de negócio: Participações Societárias

#### MARFRIG BEEF

Controladora	Atividade Principal
Marfrig Global Foods S.A	Industrialização e comercialização de produto (composta por 10 unidades de abate em atividade, sendo 2 delas também utilizadas
	para processamento de carne bovina, 1 utilizada para abate de ovino, 1 utilizada para fabricação de produtos de higiene e limpeza,
	1 para fabricação de ração animal, localizadas nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondonia,
	Goiás e Rio Grande do Sul, além de 6 centros de distribuição localizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná,
	sendo 1 deles utilizado para processamento de carne bovina).
Subsidiárias	Atividade Principal
Masplen Ltd	Holding
Pampeano Alimentos S.A	Produtora de carnes enlatadas e outros produtos industrializados
Marfrig Overseas Ltd	Entidade de propósito específico - SPE
MF Foods USA Inc.	Comercialização de produtos
MFG Comercializadora de Energia Ltda	Comercialização de energia e serviços associados
Marfrig Argentina S.A.	Industrialização e comercialização de produtos
Frigorífico Tacuarembó S.A	Industrialização e comercialização de produtos
Inaler S.A	Industrialização e comercialização de produtos
Marfrig Chile S.A	Industrialização e comercialização de produtos
Frigorífico Patagônia S.A	Industrialização e comercialização de produtos
	(frigorífico de cordeiro nos meses de dezembro a maio, processamento de peixes, moluscos e caranguejos(king crabs),
	nos meses restantes)
Prestcott International S.A	Holding
Cledinor S.A	Industrialização e comercialização de produtos: bovinos e ovinos
Establecimientos Colonia S.A	Industrialização e comercialização de produtos
Weston Importers Ltd	Trading
CDB Meats Ltd	Industrialização de produtos
Marfrig Peru S.A.C.	Comercialização de carnes de aves, bovinos, peixes e crustáceos

Subsidiárias	Atividade Principal
HOLDING BV	
Marfrig Holdings (Europe) B.V	Holding com atividade de captação de recursos financeiros
KEYSTONE	
Keystone Foods (UK) Ltd.	Holding
Keystone Foods International Ltd.	Holding
Keystone International S.a.r.l	Holding
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l	Holding das empresas Keystone com operações focadas na Ásia
MFG (USA) Holdings Inc	Holding das empresas Keystone com operações focadas nos USA
	(as empresas Keystone em conjunto, são compostas por 4 plantas de abate de aves e 13 plantas de produtos processados
	e industrializados)

#### Operação Descontinuada

Subsidiárias	Atividade Principal	
MOY PARK	•	
Moy ParK Ltd	Industrialização e comercialização de produtos	
	(composta por 4 plantas de abate de aves, 14 plantas de produtos processados e industrializados)	
Kitchen Range Foods Ltd	Industrialização e comercialização de produtos	
Moy Park (BondCo) Plc	Holding constituida para veículo da primeira emissão de Senior Notes em libra	
MARFRIG BEEF		
MFG Agropecuária Ltda	Atividade agropecuária	
	(composta por 6 unidades de confinamento)	

## Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

# 2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CFC)

### Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e deliberações e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas *IFRS* não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas *IFRS*, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

#### Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis da Controladora foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e resoluções emitidas pelo CFC, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária Lei nº 6.404/76 que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, 11.941 de 27 de maio de 2009 (antiga Medida Provisória nº 449 de 03 de dezembro de 2008) e 12.973 de 13 de maio de 2014.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia Controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo estão sendo apresentadas lado a lado num único conjunto de informações.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações contábeis, individuais e consolidadas em 22 de fevereiro de 2017 e afirma que, em seu julgamento, todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na sua gestão.

#### 2.2. Base de apresentação

As demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com o IFRS e as NBCs requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão demonstradas na nota explicativa nº 3.1.3.

#### 2.3. Conversão de saldos em moeda estrangeira

#### Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis de cada controlada constante da consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade.

Conforme dispõe a NBC TG 02/R2 (Deliberação CVM 640/10) - efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, a moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas Controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, assim como a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Marfrig Global Foods S.A.

### Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos monetários, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários em moeda estrangeira que são mensurados pelo valor justo são convertidos à taxa de

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

câmbio na data em que o valor justo for apurado e as diferenças resultantes na conversão serão reconhecidas em outros resultados abrangentes na data de encerramento de cada período ou exercício.

#### Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as Controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme a seguir:

- i. Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas;
- ii. As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal da taxa de câmbio;
- iii. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes consolidados na rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

#### 3. Resumo das principais práticas contábeis

#### 3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

#### 3.1.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

#### Receita

A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida quando o Grupo transfere os riscos e benefícios da propriedade para o comprador e é provável que o Grupo receba o pagamento anteriormente acordado. A transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre quando do embarque dos produtos acompanhado da respectiva nota fiscal de venda levando-se em consideração os *incoterms*. Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são transferidos ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações contábeis consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas e os lucros não realizados nos estoques, entre Controladora e suas Controladas.

### Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos/passivos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados juntamente com o investimento.

#### 3.1.2 Relatórios por segmento

Segmentos operacionais são reportados de maneira consistente com os relatórios internos entregues ao principal tomador de decisões operacionais, conforme a NBC TG 22/R2 (Deliberação CVM 582/09) - Informações por segmento. Os principais tomadores de decisões operacionais foram identificados como o diretor presidente, diretor financeiro e diretor de cada segmento de negócio (Marfrig Beef e Keystone).

A Administração da Companhia identificou dois principais segmentos divulgáveis estrategicamente organizados de acordo com a unidade de negócio, conforme nota explicativa nº 33.

#### 3.1.3 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, perda estimada para estoque, Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas Controladas revisam as estimativas e premissas pelo trimestralmente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

A seguir estão apresentados os assuntos objeto de estimativa pela Companhia:

- Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida;
- Determinação do valor justo de ativos biológicos;
- Perda por redução ao valor recuperável de tributos;
- Perda por redução ao valor recuperável de intangível com vida útil indefinida, incluindo ágio;
- Mensuração ao valor justo de itens relacionados à combinação de negócios;
- Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos;
- Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa;
- Perda estimada com obsolescência dos estogues;
- Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo;
- Provisões (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis);
- Plano de opção de compra de ações stock option plan;

#### 3.1.4 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo, pelo resultado de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

#### Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Os instrumentos da Companhia registrados nesta categoria estão descritos na nota explicativa nº 5.

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

### Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

#### 3.1.5 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional, bem como das empresas no Brasil, é o Real de acordo com as normas descritas na NBC TG 02/R2 (Deliberação CVM 640/10) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

A moeda funcional das empresas localizadas no exterior é a do respectivo país onde operam, exceto as empresas localizadas na Holanda e no Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar norte-americano. As conversões para a moeda de reporte são feitas em conformidade com a NBC TG 02/R2 (Deliberação CVM 640/10) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio

da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários e não monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### 3.1.6 Ativo circulante e não circulante

#### Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

### Aplicação financeira

Compreendem praticamente aplicações nas modalidades: Depósito ao prazo fixo (*Time Deposit*), Depósito Remunerado, Operações Compromissadas e CLN - *Credit Linked Note*, estas aplicações, podem ser prontamente resgatadas, e possuem um risco insignificante de mudança de valor.

#### Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustadas ao seu valor presente, em conformidade com a NBC TG 12 (Deliberação CVM 564/08) - ajuste a valor presente.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais.

#### Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio.

#### Investimentos

Os investimentos da Controladora em empresas Controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

#### Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 14 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas.

Os encargos financeiros dos financiamentos incorridos na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados até o ativo entrar em operação.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

De acordo com a NBC TG 01/R3 (Deliberação CVM 639/10) - redução ao valor recuperável de ativos, anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

#### Arrendamentos

#### Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, sendo registrados no momento inicial como ativo imobilizado em contrapartida do passivo pelo menor valor entre o valor presente e valor justo, conforme NBC TG 06/R2 (Deliberação CVM 645/10) - operações de arrendamento mercantil.

Os arrendamentos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 22.1.

#### Arrendamento operacional

Determinados contratos são classificados como arrendamento operacional quando sua substância não atende os requerimentos de arrendamento financeiro. Os pagamentos desses contratos são registrados como despesa no resultado linearmente pela vigência dos contratos e uso do bem correspondente.

Os arrendamentos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 22.2.

#### Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear e com base nos prazos estimados de recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados e têm o seu valor recuperável testado anualmente.

O ágio representa o excesso do total da contraprestação paga sobre a diferença entre o valor justo dos ativos, adquiridos e passivos assumidos na data de obtenção do controle da empresa adquirida.

O ágio é capitalizado como um ativo intangível, sendo que qualquer *impairment* do seu valor contábil é reconhecido na demonstração de resultado. Sempre que o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos exceder o total da contraprestação paga, a diferença será reconhecida integralmente na demonstração dos resultados abrangentes consolidada na data de aquisição.

Os intangíveis da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 15.

## 3.1.7 Ativo biológico

Conforme a NBC TG 29/R2 (Deliberação CVM 596/09) - ativo biológico e produto agrícola, a atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos animais e/ou plantas vivos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais. A Companhia classifica bovinos e aves vivos como ativos biológicos.

A Companhia reconhece os ativos biológicos quando ela controla esses ativos como consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses ativos fluirão para a Companhia e o valor justo pode ser mensurado de forma confiável.

De acordo com a NBC TG 29/R2 (Deliberação CVM 596/09) - ativo biológico e produto agrícola, os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

A Companhia valoriza os bovinos pelo seu valor justo com base em preços de mercado, enquanto aves são valorizadas pelo custo de aquisição, uma vez que não há mercado ativo para aves.

#### 3.1.8 Redução do valor recuperável

Os testes de *impairment* sobre o ágio e outros ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida são anualmente realizados no encerramento do exercício. Outros ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor

justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de *impairment* é realizado em sua unidade geradora de caixa (UGC): o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis. A Companhia adota como UGC para suas avaliações de valor recuperável de um ativo a sua segmentação por unidade de negócio.

O ágio registrado no reconhecimento inicial de uma aquisição é alocado a cada uma das *BUs* do Grupo que se espera serem beneficiadas pelas sinergias da combinação que ocasionou o mesmo, para fins de teste de *impairment*.

As perdas por *impairment* são incluídas no resultado. Uma perda por *impairment* reconhecida para o ágio não é revertida.

#### 3.1.9 Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

#### 3.1.10 Provisões

As provisões são registradas quando for provável a saída de benefícios econômicos futuros, decorrentes de eventos passados e estas possam ser estimadas com segurança.

#### 3.1.11 Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na nota explicativa nº 31.5.

#### 3.1.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda é apurado com base no lucro real. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e NBC TG 32/R3 (Deliberações CVM 371/02 e 599/09) - tributos sobre lucro, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia e suas Controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, manifestando sua opção, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos quando o valor contábil de um ativo ou passivo difere de sua base fiscal, exceto para as diferenças decorrentes de:

- Reconhecimento inicial do ágio;
- Reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e no momento em que a transação não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável;
- Investimentos em subsidiárias e entidades controladas em conjunto, em que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença e seja provável que a diferença não reverterá no futuro previsível.

O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos está restrito às ocasiões em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra os quais a diferença possa ser utilizada.

O valor de ativos e passivos é determinado utilizando-se as alíquotas tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data das demonstrações contábeis e que se espera que sejam aplicáveis quando os ativos e passivos diferidos forem recuperados e liquidados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando o Grupo possui um direito legalmente exequível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam a esses impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal nos seguintes casos:

- Para a mesma empresa do grupo tributável;
- Para as diferentes entidades do grupo que pretendem liquidar os ativos e passivos fiscais circulantes pelo valor líquido ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que valores significativos de ativos e passivos fiscais diferidos devam ser liquidados ou recuperados.

#### 3.1.13 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício

contábil a que se referem às demonstrações contábeis, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

#### 3.1.14 Lucro por ação

#### Básico

O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, conforme preconizado pela NBC TG 41/R1 (Deliberação CVM 636/10) - resultado por ação, excluindo as ações classificadas como ações em tesouraria.

#### Diluído

O lucro/prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do lucro/prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, diluídas em ações ordinárias. O efeito de diluição do lucro/prejuízo por ação não gera diferença material entre o lucro/prejuízo básico e diluído. O percentual de diluição está demonstrado na nota explicativa nº 32.

### 3.1.15 Gastos com emissão de ações

De acordo com a NBC TG 08 (Deliberação CVM 649/10) - custo de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais.

#### 3.1.16 Ações em tesouraria

Tratam-se das ações da Companhia que foram adquiridas por ela própria, mantidas em Tesouraria com finalidade específica de atendimento ao exercício do plano de opções de ações da Companhia, conforme nota explicativa nº 27.2.2. O montante de ações em tesouraria é registrado em conta própria e, para fins de apresentação de balanço, é deduzido da Reserva de Lucros, cujo saldo foi utilizado para tal operação.

#### 3.1.17 Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

base na sua participação no valor justo aos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Na aquisição de um negócio, a Administração da Companhia avalia os ativos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

#### 3.1.18 Consolidação

As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas em exercícios anteriores.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas do grupo;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas Controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas do grupo.

#### 3.1.19 Operações descontinuadas e ativos mantidos para venda

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de fluxo de caixa são apresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo, tendo sido por isso incluída a observação "reclassificado" nos demonstrativos de 31 de dezembro de 2015.

A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizados ou depreciados.

O resultado de operação descontinuada é apresentado em um montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o Imposto de Renda e Contribuição Social destas operações menos

qualquer perda relacionada à *impairment* e são apresentadas na nota explicativa n° 38.

#### 3.1.20 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos da NBC TG 09 (Deliberação CVM 557/08) - demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as normas contábeis brasileiras aplicáveis as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação adicional.

# 3.1.21 Novas normas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2016 não tiveram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2017 e exercícios posteriores.

A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção das normas a seguir:

- **IFRS 2 Pagamentos baseados em ações** Aborda alterações, esclarecendo como contabilizar certos tipos de transações de pagamento baseado em ações. Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2018.
- IFRS 9 Instrumentos financeiros Substitui a norma IAS 39 e remete algumas questões sobre a aplicação da norma e introduz o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida, além de incluir requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos e contabilidade de hedge. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1° de janeiro de 2018.
- IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes Estabelece princípios de reconhecimento de receita e divulgação de informações sobre a natureza, montante, prazos e incertezas de receitas e fluxos de caixa que se originem de contratos com clientes de uma entidade, bem como no documento emitido posteriormente esclarece sobre aspectos importantes da norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1° de janeiro de 2018.
- **IFRS 16 Arrendamento -** Estabelece aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamentos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1° de janeiro de 2019.

IAS 12 - Imposto de Renda - Aborda o reconhecimento de imposto de renda diferido ativo para diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1° de janeiro de 2017.

IAS 7 - Fluxo de Caixa - Aborda alterações na divulgação de passivos de atividades de financiamento. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1° janeiro de 2017.

Atualizações - IFRS 3 - Combinações de negócios e IFRS 11 - Negócios em conjunto - O IASB publicou consulta pública, para alteração às duas normas, para esclarecer a definição de um negócio e como contabilizar as participações anteriormente detidas.

#### 3.2. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas Controladas, conforme quadro de resumo das participações societárias da Companhia na nota explicativa nº 1 - contexto operacional.

As demonstrações contábeis das Companhias Controladas sediadas no exterior foram elaboradas originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às práticas contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB utilizando as suas respectivas moedas funcionais, sendo posteriormente, convertidas para Reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

# 3.3. Reclassificação na demonstração de resultado e demonstração do fluxo de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Em 21 de junho de 2015, a Companhia divulgou como fato relevante um Contrato Definitivo de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças com a JBS S.A., por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação pela Marfrig da totalidade da participação societária que detinha na Moy Park Holdings Europe Ltd., Controladora das sociedades que operam a unidade de negócios "Moy Park" à JBS S.A. Em 28 de setembro de 2015 a venda foi efetivamente concluída com todas as condições e aprovações necessárias para o fechamento da transação.

Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos das unidades de negócios Marfrig Argentina S.A e da sociedade MF Foods USA, Inc. para alienação, ambas pertencentes ao segmento de negócio Marfrig Beef, e autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento destas deliberações. Não houve reclassificação para Marfrig Argentina S.A., conforme informações nota explicativa nº 11.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Na data de 29 de dezembro de 2015 a Administração da Companhia deliberou sobre a disponibilização dos ativos da empresa MFG Agropecuária Ltda. para venda, pertencente ao segmento de negócio Marfrig Beef, ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos.

Para atender aos requerimentos previstos na NBC TG 31/R3 e para fins de comparação a Companhia e suas subsidiárias reapresentaram as demonstrações de resultados, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações dos resultados abrangentes e as notas explicativas de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

# 3.4. Reclassificação do Balanço Patrimonial e Notas Explicativas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O balanço Patrimonial e as notas explicativas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, referentes à data-base 31 de dezembro de 2015, estão sendo reclassificadas em atendimento a NBC TG 32/R3 - Tributos sobre o Lucro, o qual permite a compensação de ativos fiscais diferidos com passivos fiscais diferidos na mesma entidade tributável.

A Companhia procedeu a reclassificação dos tributos diferidos passivos em 31 de dezembro de 2015, no montante consolidado de R\$312.470, anteriormente classificado no Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Passivo não circulante, para a rubrica de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo não circulante.

A tabela a seguir resume os impactos no balanço patrimonial individual da Controladora:

	Anteriormente		
	Apresentado	Ajustes	Reclassificado
31 de Dezembro de 2015			
Imposto de renda diferido	1.042.051	(66.000)	976.051
Contribuição social diferida	376.846	(23.760)	353.086
Total de ativos	1.418.897	(89.760)	1.329.137
Imposto de renda diferido	66.000	(66.000)	-
Contribuição social diferida	23.760	(23.760)	-
Total de passivos	89.760	(89.760)	-
Total impostos diferidos	1.329.137	-	1.329.137

A tabela a seguir resume os impactos no balanço patrimonial consolidado da Companhia:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Anteriormente		
	Apresentado	Ajustes	Reclassificado
31 de Dezembro de 2015			
Imposto de renda diferido	1.519.126	(282.318)	1.236.808
Contribuição social diferida	450.686	(30.152)	420.534
Total de ativos	1.969.812	(312.470)	1.657.342
Imposto de renda diferido	577.001	(282.318)	294.683
Contribuição social diferida	30.152	(30.152)	-
Total de passivos	607.153	(312.470)	294.683
Total de impostos diferidos	1.362.659	-	1.362.659

A reclassificação não afetou as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como política apresentar os seguintes itens na composição do caixa e equivalentes de caixa:

- Saldos em espécie disponível no caixa;
- Depósitos bancários à vista.

	Control	Controladora		idado
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Caixa e bancos	390.293	259.187	3.283.625	1.487.624
Equivalentes de caixa	5.988	17.795	8.080	142.744
	396.281	276.982	3.291.705	1.630.368

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado		
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	
Caixa e Bancos:					
Reais	81.151	31.564	82.200	36.379	
Dólar Norte-americano	290.584	215.805	2.670.410	1.056.741	
Euro	24.546	29.613	103.429	68.814	
Libra Esterlina	-	-	4.739	21.220	
Ringgit Malasia	-	-	20.147	53.300	
Yuan Chinês	-	-	249.275	211.195	
Dólar Australiano	-	-	30.134	18.445	
Thai Baht (Tailandia)	-	-	57.928	65.871	
Won Sul Coreano	-	-	35.271	46.546	
Dólar Hong Kong	-	-	6.645	29.940	
Peso Uruguaio	-	-	19.897	13.978	
Peso Chileno	-	-	5.006	7.636	
Peso Argentino	-	-	6.541	-	
Outros	_	-	83	303	
	396.281	276.982	3.291.705	1.630.368	

## 5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado		
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	
Aplicações financeiras	1.515.911	1.601.157	1.987.787	3.374.753	
	1.515.911	1.601.157	1.987.787	3.374.753	

A seguir o demonstrativo das aplicações financeiras por modalidade:

				Controladora	
	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a%	31/12/16	31/12/15
Mantidos para negociação:					
Certificados de Déposito Bancario - CDB (2)	-	Real	13,34%	256.703	165.328
Operações Compromissadas		Real	12,97%	317.142	294.265
Depósito Remunerado	0,56	Dolar	2,63%	805.674	933.900
Titulo de Renda Fixa	•	Real	13,65%	20.897	72.922
CLN (2)	0,55	Dolar	1,00%	98.000	117.279
FIDC	0,46	Real	17,13%	17.495	17.463
Total			•	1.515.911	1.601.157
Total circulante				1.511.911	1.601.157

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

				Consolidado		
	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a%	31/12/16	31/12/15	
Mantidos para negociação:						
Certificados de Déposito Bancário - CDB (2)	-	Real	13,30%	257.489	196.804	
Operações Compromissadas	-	Real	12,97%	317.142	294.265	
Operações Compromissadas	-	Peso	24,00%	2.270	-	
Operações Compromissadas	-	Dolar	-	7.434	-	
Depósito Remunerado	-	Real	-	124	184	
Depósito Remunerado	0,56	Dolar	2,63%	805.674	933.900	
Time Deposit	-	Dolar	-	•	1.322.636	
CLN <sup>(2)</sup>	0,55	Dolar	1,00%	195.969	247.246	
FIDC	0,46	Real	17,63%	17.494	17.463	
Títulos de Renda Fixa	-	Real	13,65%	20.897	72.922	
Títulos de Renda Fixa	-	Dolar	5,69%	363.294	289.333	
Total			_	1.987.787	3.374.753	
Total circulante			_	1.986.936	3.373.842	
Total não circulante				851	911	

<sup>(1)</sup> Prazo médio ponderado de vencimento em anos;

As modalidades de aplicações financeiras da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

### 5.1. Certificado de Depósito Bancário - CDB

Os Certificados de Depósitos Bancários são aplicações realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média de 96% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

### 5.2. Operações compromissadas

Operações que têm por base sobras de caixas diárias que são efetuadas em reais, dólares e pesos argentinos, e remuneradas a taxas situadas entre 95% a 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Esta operação tem liquidez imediata, pois pode ser resgatada antecipadamente sem prejuízo de redução de rendimentos.

### 5.3. Depósito remunerado

As aplicações dessa modalidade são efetuadas em reais e dólares, remuneradas a taxas pré-fixadas e mensuradas por meio do custo amortizado.

# 5.4. Time Deposit - Depósito ao prazo fixo

São aplicações com taxas pré-fixadas, em instituições financeiras de primeira linha no mercado internacional.

<sup>(2)</sup> As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim ser resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento da operação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

### 5.5. CLN - Credit Linked Note

As *Credit Linked Notes* - CLN constituem um instrumento financeiro usado exclusivamente para gerir recursos entre empresas do Grupo e correspondem a uma nota de crédito utilizada para mitigar o risco de crédito da Companhia, conforme nota explicativa n° 20.2.

Os recursos aplicados nestes instrumentos são oriundos de captações efetuadas no mercado de capitais internacional emitidas por subsidiárias do Grupo Marfrig no exterior e que, por estratégia de gestão de caixa e liquidez, são mantidos nas próprias subsidiárias emissoras no exterior. A taxa média de remuneração é de 1,00% a.a. e são mensurados pelo custo amortizado ao ano.

### 5.6. FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios

São cotas de um fundo de investimento que tem como objetivo investir na aquisição de direitos creditórios.

### 5.7. Títulos de Renda Fixa

São aplicações em títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pré-fixadas.

### 6. Valores a receber - clientes nacionais e internacionais

Control	adora	Consoli	idado	
31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	
149.013	141.626	396.887	528.010	
326.458	765.030	393.581	934.525	
-	(458.818)	-	(458.818)	
475.471	447.838	790.468	1.003.717	
398.224	772.870	415.359	864.559	
44.543	33.465	242.890	286.453	
28.778	94.282	99.045	262.419	
3.926	6.039	33.174	49.104	
19.441	8.214	29.368	21.026	
-	(458.818)	-	(458.818)	
(19.441)	(8.214)	(29.368)	(21.026)	
475.471	447.838	790.468	1.003.717	
	31/12/16 149.013 326.458 - 475.471 398.224 44.543 28.778 3.926 19.441 - (19.441)	149.013     141.626       326.458     765.030       -     (458.818)       475.471     447.838       398.224     772.870       44.543     33.465       28.778     94.282       3.926     6.039       19.441     8.214       -     (458.818)       (19.441)     (8.214)	31/12/16         31/12/15         31/12/16           149.013         141.626         396.887           326.458         765.030         393.581           -         (458.818)         -           475.471         447.838         790.468           398.224         772.870         415.359           44.543         33.465         242.890           28.778         94.282         99.045           3.926         6.039         33.174           19.441         8.214         29.368           -         (458.818)         -           (19.441)         (8.214)         (29.368)	

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Com o objetivo de chegar à melhor estimativa possível, no que tange à realização dos referidos créditos e, assim, constituir adequadamente a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Companhia analisou aspectos peculiares a respeito de seus clientes, tais como: ramo de negócio, situação do crédito em geral, a conjuntura econômica de mercado considerando os títulos vencidos há mais de 90 dias, cuja expectativa de recebimento seja improvável.

A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, sendo certo que o departamento de Contas a Receber analisa cada cliente quando do cadastro e concessão dos créditos.

A movimentação das perdas estimadas para créditos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(8.214)	(21.026)
Estimativa constituída no exercício	(9.018)	(13.280)
Estimativa revertida no exercício	3.024	2.568
Créditos baixados definitivamente da posição	-	1.721
Variação cambial	-	990
Incorporação de subsidiária	(5.233)	-
Reversão pela alienação de investimentos	-	(341)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(19.441)	(29.368)

Foi estruturado em junho de 2014, um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), para alienação de parte de seus recebíveis originados por operações de venda a prazo no mercado interno, no montante de R\$160 milhões (principal), sendo R\$16 milhões constituídos por cotas subordinadas mezanino. Em 31 de dezembro de 2016, havia R\$128.513 de faturas negociadas com o fundo MRFG.

Em dezembro de 2016, a subsidiaria integral da Companhia, Keystone Foods Intermediate LLC, estruturou um programa de venda de recebíveis, sem regresso, junto a instituição financeira de primeira linha nos EUA. O principal objetivo do programa é a conversão em caixa das vendas a prazo originadas no mercado dos EUA. O programa de securitização, tem o propósito de negociar até US\$60 milhões (R\$196 milhões), e está estruturado em um contrato com vencimento em 3 anos. Neste programa a companhia recebe até 90% do saldo total negociado de recebíveis elegíveis, segundo regras do programa, limitado a capacidade contratual, sendo 10% considerados como taxa da operação. Em 31 de dezembro de 2016, o montante negociado no programa foi de US\$53,6 milhões (R\$174,4 milhões).

Para o financiamento das vendas a prazo, a Companhia utiliza linhas de crédito de financiamento de capital de giro disponíveis no mercado financeiro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

# 7. Estoques de produtos e mercadorias

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, conforme destacado na nota explicativa n° 3.1.6:

	Control	Controladora		lidado	
	31/12/16 31/12/15		31/12/16	31/12/15	
Produtos acabados	514.254	464.060	962.775	1.166.483	
Matérias-primas	-	-	206.992	231.376	
Embalagens e Almoxarifados	34.604	24.572	121.544	129.194	
(-) Perdas estimadas	(30.566)	(25.566)	(33.695)	(30.089)	
	518.292	463.066	1.257.616	1.496.964	

A Companhia constitui suas estimativas com base nos índices históricos de perda, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(25.566)	(30.089)
Reversão de estimativas	7.000	7.913
Constituição de estimativas	(12.000)	(12.024)
Ganhos(perdas) na conversão	-	505
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(30.566)	(33.695)

### 8. Ativos biológicos

	Consolidado		
		Reclassificado	
Corrente	31/12/16	31/12/15	
Ativo biológico - bovinos	2.382	33.017	
Ativo biológico - aves	110.072	127.157	
Total ativo biológico corrente	112.454	160.174	
Não corrente			
Ativo biológico - aves	51.236	59.804	
Total ativo biológico não corrente	51.236	59.804	
Total ativo biológico	163.690	219.978	

Os ativos biológicos correntes da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias: aves e bovinos. Os animais classificados nesse grupo são os destinados ao abate para produção de carne *in natura* e/ou produtos industrializados nos próximos 12 meses.

Devido ao curto período de tempo de formação de aves e, pelo fato de não haver cotação de mercado para esses animais, a Companhia avaliou esses ativos

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

biológicos não identificando variações materiais em relação ao custo de aquisição. Nesse caso a Companhia entende que o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, haja vista o curto ciclo de vida dos animais.

Com relação a bovinos, trata-se de animais mantidos em confinamento para engorda e abate. O saldo apresentado nesta rubrica encontra-se disponível para utilização nos próximos 12 meses.

A Companhia realizou a valoração desses animais a valor justo, baseado no conceito marcado a mercado (*Mark to Market - MtM*), considerando as cotações da arroba do boi/vaca disponíveis no mercado, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado.

Os ativos biológicos não correntes da Companhia são compostos por aves vivas, classificadas como matrizes, destinadas a reprodução. Os ativos biológicos não correntes são amortizados linearmente de acordo com a vida útil dos animais. As matrizes de aves possuem uma vida útil de até 60 semanas.

A seguir está o demonstrativo de movimentação do ativo biológico:

### Ativo biológico corrente:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	160.174
Aumento devido a aquisições	38.910
(-) Baixa para abate	(1.404.901)
Gastos com insumos para engorda	1.411.617
(-) Diminuição devido a vendas	(105.565)
Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos (mortes)	(623)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda (*)	17.254
Conversão de balanço	(27.303)
Reversão pela alienação de investimentos	22.891
Saldo em 31 de dezembro de 2016	112.454
(*) Aplicável somente a bovinos.	

# Ativo biológico não corrente:

Consolidado
59.804
38.981
(5.238)
40.302
(72.403)
(10.210)
51.236

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

# 9. Tributos a recuperar

	Control	adora	Consoli	lidado	
		Reclassificado		Reclassificado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS	534.138	602.310	556.680	621.869	
Crédito de PIS e Cofins	2.499.746	1.870.043	2.581.502	2.700.967	
IRRF/IRPJ e CSLL a recuperar	424.516	97.964	452.976	114.553	
Outros	12.963	63.214	85.309	124.239	
(-) Perdas estimadas por não realização	(710.785)	(451.389)	(712.479)	(676.385)	
	2.760.578	2.182.142	2.963.988	2.885.243	
Ativo Circulante	1.075.882	785.249	1.240.328	1.289.571	
Ativo não Circulante	1.684.696	1.396.893	1.723.660	1.595.672	

# 9.1. ICMS

O saldo do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos nas aquisições de matérias-primas, insumos, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que as vendas ao mercado externo são isentas. A Companhia vem buscando formas de otimização destes saldos, por meio de compensação com débitos pelo regime não cumulativo destinados ao mercado interno, ou por transferências para terceiros, quando do pagamento de fornecedores de equipamentos, insumos, materiais de consumo e, para determinados estados, pedido de ressarcimento em espécie. Em 2016, a Companhia intensificou as buscas por oportunidades de realização destes créditos de forma a melhorar seu fluxo de caixa.

### 9.2. PIS e COFINS

Refere-se ao crédito não cumulativo do PIS e da COFINS, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo. Em 2016, a Companhia obteve êxito em seus esforços de otimização destes créditos fiscais, apesar de seu modelo exportador no Brasil ser favorável à geração continua de créditos. Ademais, a Companhia está realizando esforços no sentido de garantir e homologar seus créditos junto à Receita Federal.

# 9.3. IRRF / IRPJ e CSLL a recuperar

Referem-se à valores do imposto de renda retido na fonte sobre serviços prestados a empresas relacionadas no exterior e aplicações financeiras, antecipações do Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculados pelo regime de estimativa, balanço de suspensão e tributação com base no Lucro Real anual, realizáveis mediante a compensação com o imposto de renda e contribuição social apurada sobre os lucros de exercícios

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

futuros. Bem como, a compensação com outros tributos federais devidos e administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF).

# 9.4. Perdas estimadas para não realização de créditos tributários

As perdas estimadas para não realização de créditos tributários foram calculadas com base na melhor estimativa de realização dos saldos de impostos a recuperar da Companhia sendo feita principalmente sobre os créditos de PIS/COFINS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o movimento nesta rubrica está demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(451.389)	(676.385)
Constituição de estimativas	(36.094)	(36.094)
Incorporação de subsidiária	(223.302)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(710.785)	(712.479)

### 10. Títulos a receber

	Controladora		Consol	dado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	
Partes relacionadas <sup>(1)</sup>	717.391	1.289.604	46.740	-	
Operações de mercado a receber	53.628	14.766	308.639	397.499	
Outros títulos a receber	33.742	1.378	94.937	11.403	
Total	804.761	1.305.748	450.316	408.902	
Ativo Circulante	267.479	890.152	353.548	48.034	
Ativo não Circulante	537.282	415.596	96.768	360.868	

<sup>(1)</sup> contempla o saldo remanescente da transação de venda de controlada direta conforme descrito na nota explicativa nº 13.3.

Os títulos a receber da Controladora, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas Controladas (partes relacionadas), conforme descrito na nota explicativa nº 10.1.

### 10.1. Partes relacionadas

As tabelas a seguir, exceto quando se tratar das operações vinculadas aos acionistas controladores, mostram as operações entre a Companhia e suas subsidiárias integrais, em 31 de dezembro de 2016:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

			Contro	ladora		
		31/12/16			2016	
	Contas	Contas	Títulos	Títulos		
31 de dezembro de 2016	a receber	a pagar	a receber	a pagar	Compras	Vendas
Cledinor S.A.		11.037	-	-	8.937	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	6.981	-	-	9.755	
Frigorífico Tacuarembó S.A.		9.277	101	34.012	11.805	
Inaler S.A.		6.230	-	-	9.980	
MF Foods USA Inc.			-	-	-	269
Marfrig Argentina S.A		3.812	258.267		11.150	
Marfrig Chile S.A.	28.011	977	-		6.205	236.462
Marfrig Holdings (Europe) BV		-	45	7.541.579	-	134.579
Marfrig Overseas Ltd.			12	316.271	-	
MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A		-	-	-	304.983	285.423
MFG Comercializadora de Energia Ltda		13	15.761	7.839	34.559	
Pampeano Alimentos S.A.	44.480	509	245.559	-	811	166.329
Keystone Foods UK Limited	100.672	-	112.084	871.278	-	71.390
Keystone Foods International Limited	2.976	-	38.822	9.091	-	
Acionistas controladores	-	1.618	46.740	-	3.365	
	176,139	40.454	717.391	8,780,070	401,550	894.452

	Controladora							
		31/	12/15		2015			
	Contas	Contas	Títulos	Títulos			Ativo mantido	Adiantamento
31 de dezembro de 2015	a receber	a pagar	a receber	a pagar	Compras	Vendas	para venda	de cliente
Cledinor S.A.	-	42.271	- '	- '	11.245	-	-	
Establecimientos Colonia S.A.	-	18.034			8.631			
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	26.521	1.148	25.615	11.013			
Inaler S.A.	-	19.472			8.431	-	-	
MF Foods USA Inc.	-						685	
Marfrig Argentina S.A	-						376.464	
Marfrig Chile S.A.	3.418	376			5.424	199.906		
Marfrig Holdings (Europe) BV	5.412		38.637	8.671.032		5.336		
Marfrig Overseas Ltd.	-		51.536	670.643		-	-	
MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A	110.947	38.513	1.005.319		471.404	361.233		
MFG Agropecuária Ltda.	-				217.701			
MFG Comercializadora de Energia Ltda	-	13	141	1.953	12.805	-	-	
Pampeano Alimentos S.A.	19.886	162	192.823			161.949		
Acionistas controladores	-	1.618	-	-	16.754	-	-	10.869
	139,663	146.980	1,289,604	9,369,243	763,408	728,424	377.149	10,869

	Consolidado									
		Saldos er	n aberto			Reconhecidos	no resultado			
	Valores a	Valores a receber Valores a pagar			Rece	eitas	Despesas			
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15		
Acionistas controladores	65.435	9	1.618	12.840	26	15	3.365	14.208		
Pessoal chave da administração	43	31	371	1.041	56	59	3.373	3.226		
Outras partes relacionadas	14	121	97.718	-	120	2.270	192.904	-		
	65.492	161	99.707	13.881	202	2.344	199.642	17.434		

Os acionistas controladores detém quotas em outras entidades que conduziram negócios com o Grupo Marfrig e o valor agregado das transações está representado no quadro acima como "outras partes relacionadas". As transações são majoritariamente relacionadas a venda

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

de animais para abate. Estas transações são realizadas em condições de mercado dentro de diretrizes internas formalmente estabelecidas pela Companhia, e são verificadas pela administração da Companhia de forma periódica para atestar sua adequacidade às condições mercadológicas.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia firmou um Contrato de Compra e Venda de Cabeças de Gado, equipamentos e de contratação de empregados, por meio de sua subsidiária integral MFG Agropecuária Ltda., com o atual acionista controlador do Grupo Marfrig Global Foods S.A., Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, no qual a Companhia se comprometeu vender tais ativos e passivos ao acionista controlador de forma irrevogável e irretratável. A transação foi devidamente aprovada pelo Comitê de Auditoria do Grupo Marfrig, liderado por um conselheiro independente.

Estes ativos foram transacionados a valor de mercado e, no que tange à compra e à venda de cabeças de gado e compra de equipamentos, encontram-se devidamente registrados no resultado desde o 2º ITR de 2014, não gerando qualquer prejuízo para a Companhia. O saldo apresentado nesta nota, em títulos a receber, refere-se ao efeito líquido da venda de gado, da aquisição dos equipamentos, menos os custos da transferência de mão de obra, subtraídos os valores pagos pelo acionista controlador até 4º ITR de 2015. Materializando-se assim, todas as transferências de ativos e passivos, de forma que todos os itens objetos do referido contrato foram transferidos ao comprador.

O acionista controlador quitou integralmente o contrato no último trimestre de 2015.

O acionista controlador da Companhia, MMS Participações Ltda., e seus únicos sócios, avalizaram determinados contratos financeiros da Companhia. Em caso de inadimplemento desses contratos, os credores poderão exigir o pagamento das dívidas diretamente do acionista controlador e seus sócios e, caso esses realizem tal pagamento, eles terão direito de regresso contra a Companhia.

A Companhia não efetuou qualquer pagamento de comissões ou outros pagamentos para avalistas.

Em 19 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração deliberou entre outras ordens que a Companhia será representada exclusivamente por seus Diretores e Procuradores (art. 26 do Estatuto Social) para atos e operações com valores de até R\$500 milhões ou de até US\$200 milhões, a depender da moeda em que a operação for realizada.

Para os atos e operações cujo os valores sejam superiores a R\$ 500 milhões ou à US\$ 200 milhões de dólares norte-americanos, faz-se necessário a aprovação do Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

A natureza dos relacionamentos entre as empresas do Grupo Marfrig é representada por transações mercantis (compras e vendas) e remessas de numerários para pagamento de tais transações e para capital de giro.

As transações de mútuos (títulos a receber e a pagar) entre as empresas relacionadas no Brasil (Controladora e Controladas) são geridas por meio de conta correntes entre as empresas tendo como princípio o sistema de caixa centralizado gerido pela Controladora. Nas transações com empresas Controladas no exterior aplica-se taxa de juros de 3% mais a LIBOR (London Interbank Offered Rate) de 6 (seis) meses.

As transações de compra ou venda de produtos acompanham o valor de mercado, não havendo exigência de garantias e, tampouco, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. Tais operações envolvem compra e venda de carne *in natura* e produtos industrializados de bovinos, aves e ovinos.

As operações entre as empresas Controladas não impactam as demonstrações contábeis consolidadas, haja vista que são eliminadas no processo de consolidação.

# 11. Alienação de Ativos

### Alienação do negócio Beef Jerky

Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos da controlada Marfood USA, Inc. (pertencente ao negócio Marfrig Beef) para alienação, bem como autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento destas deliberações.

Em 30 de janeiro de 2016, a Companhia concluiu a alienação do negócio b*eef jerky*, fomentado pela Marfood USA, Inc., à empresa The Classic Jerky Company, subsidiária do grupo Link Snacks Inc., pelo valor de US\$3,1 milhões (R\$12,7 milhões na data da transação). O efeito desta alienação no resultado das operações descontinuadas foi uma perda de R\$1,1 milhões, o que não representa um impacto relevante no período.

Após a alienação do negócio *beef jerky*, a Marfood USA, Inc., estruturada com a razão social MF Foods USA, Inc., atuará na comercialização de produtos frigoríficos (carne enlatada e carne sem refrigeração para beneficiamento) no mercado norte americano e região, visando manter a capilaridade de atendimento do grupo neste segmento.

# • Alienação de unidades na Argentina

Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos da unidade de negócio Marfrig Argentina S.A, pertencente ao segmento de negócios Marfrig Beef, para alienação, e autorizou

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento desta deliberação.

Em 6 de abril de 2016, a Marfrig comunicou ao mercado, por meio de Fato Relevante, a celebração de contrato de venda ("Transação") de determinadas unidades na Argentina com a Black Bamboo Enterprises S.A. (Grupo Foresun - República Popular da China). As unidades estão localizadas em a) Hughes (Província de Santa Fé); b) Vivoratá (Província de Buenos Aires); c) Unquillo (Província de Córdoba) e; d) Monte Ralo (Província de Córdoba).

O valor total da Transação é de cerca de US\$75 milhões e o pagamento será faseado. O pagamento inicial de US\$34,0 milhões (R\$121,2 milhões) ocorreu na mesma data, mediante a entrega da unidade de Hughes. O saldo remanescente será pago em até 12 meses, mediante a entrega das demais unidades.

Adicionalmente, houve um adiantamento de US\$2,4 milhões (R\$7,9 milhões) realizado no último trimestre de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o efeito desta alienação no resultado das operações descontinuadas foi um ganho de R\$48,5 milhões.

A unidade frigorífica de Vila Mercedes, localizada na Província de São Luís, será mantida e consequentemente não será disponibilizada à venda, conforme aprovação formalizada em ata de reunião do Comitê de Gestão realizada em 28 de junho de 2016. Portanto, essa operação que estava anteriormente reconhecida, mensurada e evidenciada nas demonstrações contábeis como "ativos não circulantes mantidos para venda", conforme requerimentos da NBC TG 31/R3 (IFRS 5), foram reclassificadas e apresentadas nestas demonstrações contábeis intermediárias, como "investimento", no ativo não circulante, bem como classificada como "Operação continuada" nas demonstrações de resultado, resultado abrangente e fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

# 12. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativo

	Contro	ladora	Consolidado		
		Reclassificado		Reclassificado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	
Imposto de Renda	1.422.886	976.051	1.608.218	1.236.808	
Contribuição Social	521.477	353.086	527.177	420.534	
Ativo não circulante	1.944.363	1.329.137	2.135.395	1.657.342	

### Ativos fiscais diferidos

Estes créditos fiscais se referem ao Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, calculados sobre as adições/exclusões temporárias que foram adicionadas/excluídas na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social do exercício corrente e anteriores, além dos valores sobre

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

prejuízos fiscais e sobre futuro aproveitamento fiscal de ágio pago por rentabilidade futura, os quais serão realizados a partir do exercício de 2017.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis e expectativa de recuperabilidade, baseados em estudos técnicos internos de viabilidade, elaborados por profissionais especializados, e submetidos anualmente aos órgãos de Administração da Companhia. Seu reconhecimento obedeceu ao disposto na Nota Explicativa nº 3.1.12.

# Passivos fiscais diferidos

Referem-se: (i) aos tributos diferidos contabilizados no momento da adoção do custo atribuído aos bens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009 em conformidade com a NBC TG 27/R3 (Deliberação CVM 583/09) - ativo imobilizado e a ITG 10 (Deliberação CVM 619/09), que serão liquidados à medida que ocorrem alienação, baixa ou depreciação/amortização dos bens reavaliados, conforme respectiva vida útil determinada no laudo de avaliação; (ii) pelo efeito dos tributos federais diferidos apurados sobre os efeitos da adoção da NBC TG 15/R3 (Deliberação CVM 665/11) - combinação de negócios.

A seguir está apresentada a conciliação dos tributos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

A٦	TI۷	0

	Controla	dora	Consolid	ado
Descrição	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	976.051	353.086	1.236.808	420.534
(-) Realização de tributos sobre prejuizo fiscal/base de calculo negativa de CSI	(394.988)	(142.196)	(489.717)	(176.298)
Tributos diferidos sobre prejuizo fiscal/base de calculo negativa de CSLL	286.060	102.981	367.759	129.106
Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	768.785	276.763	779.223	279.639
(-) Realização de tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	(338.493)	(121.857)	(353.067)	(127.466)
Incorporação de subsidiária	150.608	54.219	-	-
Ganho ou perda na conversão	-	-	(65.609)	-
Reversão pela alienação de investimentos	-	-	326	117
Outros	<u>-                                      </u>	<u> </u>	166.875	6.392
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	1.448.023	522.996	1.642.598	532.024

### **PASSIVO**

	Controla	dora	Consolid	ado	
Descrição	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Saldo final em 31 de dezembro de 2015		-	38.673	6.392	
Realização de reserva de reavaliação	(1.042)	(375)	(1.068)	(384)	
Realização do deemed cost	(2.664)	(959)	(3.225)	(161)	
Incorporação de subsidiária	28.843	2.853	-	-	
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	25.137	1.519	34.380	5.847	
Total Ativo Diferido Liquido	1.422,886	521.477	1.608.218	526.177	

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

No que tange as premissas dos estudos técnicos de viabilidade, a Companhia destaca que iniciou em 2013 um processo de restruturação operacional e reorganização societária, a fim de adequar a sua estrutura de capital e seu nível de endividamento ao seu modelo de negócios.

Inicialmente, em outubro de 2013, a Companhia apresentou para o mercado o plano estratégico "Focar para Ganhar", o qual foi posto em prática logo a seguir. As metas estabelecidas para o período de 2014 a 2016 foram majoritariamente atingidas.

O plano "Focar para Ganhar" contém os seguintes pilares: a) agenda específica de ganho de produtividade direcionada para o negócio Beef Brasil; b) controle sobre as margens; c) aceleração de crescimento orgânico, com destaque para o aumento da participação das exportações no faturamento total do negócio Marfrig Beef, e maior diversificação da base de clientes do negócio Keystone; d) foco nos canais de venda com maior rentabilidade; e) maior integração das plataformas de negócios em nível mundial; f) desinvestimentos de atividades operacionais consideradas como não estratégicas; g) redução do endividamento bruto e das taxas de juros das captações.

Com base no exposto acima e, reforçando as diretrizes estabelecidas, a Companhia em 2013 iniciou o processo de reestruturação com a venda dos negócios Seara e Zenda.

Em continuidade a este processo, em 2015 a Companhia concluiu a venda de sua unidade de negócio Moy Park, por aproximadamente US\$1,5 bilhões. Tal transação contribuiu para: a) redução da alavancagem da Companhia e, consequentemente, melhor perspectiva de geração de lucro futuro;

No exercício de 2016 a Companhia realizou o desinvestimento de suas operações de Beef Jerky nos EUA e de parte de suas operações de processamento de carne bovina na Argentina, bem como realizou a venda de seus confinamentos no Brasil. Adicionalmente, no referido ano fiscal, a Companhia fez operações de reestruturação e alongamento de dívidas de longo prazo que resultaram em melhor gestão de suas despesas financeiras. Em busca de melhoria e otimização de sua estrutura operacional a Companhia realizou a centralização da maior parte de suas operações em uma entidade, por meio da incorporação de sua subsidiaria integral MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S/A.

Para o ano de 2017, a Companhia continuará seus esforços de reestruturação de seus negócios em convergência com seu plano estratégico. Desta forma, as principais alavancas de geração de valor estarão direcionadas para suas unidades internacionais, em especial a Keystone, que está muito bem posicionada para capturar oportunidades em produtos processados à base de proteína de frango, tanto nos EUA quanto em diversos países asiáticos.

No que tange a melhoria de sua estrutura de capital e gestão financeira, a Companhia terá na conversão do instrumento mandatório conversível um importante aliado na redução de suas despesas financeiras. Posto isto a Companhia seguira atenta ao mercado para oportunidades de redução de taxas de juros como parte continua de seu processo de gestão da estrutura de capital.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Cabe notar e ressaltar que as projeções levaram em consideração as premissas de expectativa de resultado e histórico de rentabilidade de cada segmento, tendo em vista os diversos panoramas econômicos de cada um dos mercados de atuação, em função da presença global e diversificada que a Companhia possui (aproximadamente 63% das receitas foram oriundas de unidades internacionais as quais, na sua maioria, estão localizadas em países de economias estáveis).

A expectativa de realização do "Ativo Fiscal Diferido", fundamentada em estudo técnico de viabilidade conforme Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, está definida da seguinte forma:

Exercício	Controladora	Consolidado	
2017	500.875	579.708	
2018	74.780	130.185	
2019	83.571	102.455	
2020	97.462	112.936	
2021	153.121	167.984	
2022 a 2026	1.034.554	1.042.127	
	1.944.363	2.135.395	

### 13. Investimentos

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	
Participação em sociedades controladas	4.728.581	6.178.587	-	26.024	
Outros Investimentos	10	135	16.268		
	4.728.591 6.178.722		16.268	26.024	

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

# 13.1. Investimentos (Controladora)

Valor dos investimentos em Controladas em 31 de dezembro de 2016:

	N° de quotas∕ ações	Porcentual de partic. no capital votante	País	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do Exercício	Patrimonio Liquido conforme % participação
MFB Marfrig Frigorificos do Brasil S.A.	-	-	Brasil			(37.562)	
Marfrig Chile S.A.	9.950	99,50	Chile	81.076	119.240	25.106	118.555
Inaler S.A	66.247.320	100,00	Uruguai	4.781	35.695	(11.652)	35.695
Frigorífico Tacuarembó S.A	163.442.679	99,95	Uruguai	20.836	181.881	53.219	181.064
Masplen Ltd	5.050	100,00	Ilha Jersey	12.031	(9.616)	(17.919)	(14.394)
Prestcott International S.A	79.638.916	100,00	Uruguai	9.523	84.371	7.667	84.371
Establecimientos Colonia S.A	80.647.477	100,00	Uruguai	85.555	31.970	(9.384)	31.801
MF Foods USA, Inc.	50.000	100,00	EUA	-		43.751	-
Marfrig Overseas Ltd	1	100,00	Ilhas Cayman	-	(157.463)	(214.800)	(157.463)
Marfrig Argentina S.A.	1.133.456.948	99,94	Argentina	537.267	(109.320)	10.685	(109.278)
MFG Comercializadora de Energia Ltda	149.985	99,99	Brasil		(4.099)	(3.276)	(4.099)
Marfrig Holdings(Europe) BV	426.843	100,00	Holanda	1.518.464	2.878.579	238.514	2.878.579
Marfrig Peru S.A.C.	5.000	100,00	Peru	6	(361)	41	(361)
Keystone Foods (UK) Limited	2.001	100,00	Reino Unido	924.307	479.525	15.825	479.525
Keystone Foods International Limited	2.001	100,00	Reino Unido	463.856	1.204.586	18.941	1.204.586
Total				3.657.702	4.734.988	119.156	4.728.581

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

O quadro a seguir apresenta um sumário das demonstrações financeiras em empresas Controladas:

	Total de ativos	Total de passivos	Participação dos não controladores	Receita Líquida	Participação do grupo nos lucros/prejuízos (1)
MFB Marfrig Frigorificos do Brasil S.A.	-	-	-	1.684.659	(37.562)
Marfrig Chile S.A.	250.414	131.172	596	527.432	24.981
Inaler S.A	191.766	156.071		410.094	(11.652)
Frigorífico Tacuarembó S.A	414.442	232.561	91	789.841	53.193
Masplen Ltd	344.822	354.437	-	382.163	(17.919)
Prestcott International S.A	188.175	103.804	-	402.080	7.667
Establecimientos Colonia S.A	260.041	228.071	-	545.337	(9.384)
MF Foods USA, Inc.	-	-	-	85.661	43.751
Marfrig Overseas Ltd	2.778.347	2.935.810	-	-	(214.800)
Marfrig Argentina S.A.	261.167	370.488	(66)	531.995	10.678
MFG Comercializadora de Energia Ltda	12.922	17.022	-	79.263	(3.276)
Marfrig Holdings(Europe) BV	10.145.246	7.266.667	-	8.866.335	238.514
Marfrig Peru S.A.C.	624	985	-	814	41
Keystone Foods (UK) Limited	2.598.506	2.118.981	-	165.156	15.825
Keystone Foods International Limited	5.222.492	3.390.023	-	845.088	18.941
Total	22.668.964	17.306.092	621	15.315.918	118.998

<sup>(1)</sup> O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias, ajustado pelos lucros não realizados quando da consolidação de balanços.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

# 13.2. Movimentação dos investimentos (Controladora)

Efeito de equivalência reflexa das contas de patrimônio líquido das Controladas.

	Saldo Contábil em 31/12/2015	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Aquisição/ Baixa	Reclassificações (2)	(Redução)/ Aumento de capital	Dividendos	Resultado da Eq. Patrimonial (1)	Operação descontinuada	Efeito de conversão de balanço	Saldo Contábil em 31/12/2016
MFB Marfrig Frigorificos do Brasil S.A (4)	305.947	-	(268.385)	-	-	-	(37.562)	-	-	-
Marfrig Chile S.A.	110.427	-	-	-	-	-	24.926	-	(16.798)	118.555
Inaler S.A.	66.594	(31)	-	-	-	(9.499)	(11.650)	-	(9.719)	35.695
Frigorífico Tacuarembó S.A.	219.081	(167)	-	-	-	(52.488)	53.545	-	(38.907)	181.064
Masplen Ltd	8.301	-	-	-	-	-	(22.697)	-	2	(14.394)
Prestcott International S.A.	118.601	(70)	-	-	-	(21.768)	7.667	-	(20.059)	84.371
Establecimientos Colonia S.A	49.200	-	-	-	-	-	(9.553)	-	(7.846)	31.801
MF Foods USA, Inc.	=	630	50.746	(118.739)	-	-	43.751	-	23.612	=
Marfrig Overseas Ltd	55.402	-	-	-	-	-	(214.800)	-	1.935	(157.463)
Marfrig Argentina S.A.	=	(15.562)	-	(133.656)	18.372	-	(34.879)	48.516	7.931	(109.278)
MFG Comercializadora de Energia Ltda	(823)	-	-	-	-	-	(3.276)	-	-	(4.099)
Marfrig Holdings(Europe) BV (3)	5.246.322	32.800	(1.723.977)	-	-	-	238.514	-	(915.080)	2.878.579
Marfrig Peru S.A.C.	(465)	-	-	-	-	-	41	-	63	(361)
Keystone Foods (UK) Limited (3)	-	376	485.864	-	-	-	15.825	-	(22.540)	479.525
Keystone Foods International Limited (3)	-	-	1.238.164	=	-	=	18.941	=	(52.519)	1.204.586
Total	6.178.587	17.976	(217.588)	(252.395)	18.372	(83.755)	68.793	48.516	(1.049.925)	4.728.581

<sup>(1)</sup> O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias.

# Ativos mantidos para venda

	Saldo Contábil em 31/12/2015	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Aquisição/ Baixa	(Redução)/ Aumento de capital	Resultado da Eq. Patrimonial (1)	Reclassificações (2)	Efeito de conversão de balanço	Saldo Contábil em 31/12/2016
MF Foods USA, Inc.	(111.655)	(3.165)	-	-	-	118.739	(3.919)	-
Marfrig Argentina S.A.	(174.459)	(12.194)	-	31.940	(2.982)	133.656	24.039	-
MFG Agropecuária Ltda.	97.322	-	(98.214)	-	892	-	-	-
Total	(188.792)	(15.359)	(98.214)	31.940	(2.090)	252.395	20.120	

<sup>(1)</sup> O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias.

<sup>(2)</sup> O valor apresentado corresponde a reclassificação de investimento anteriormente classificado como ativo mantido para venda, conforme descrito na nota explicativa n. 11.

<sup>(3)</sup> Em novembro de 2016 as Empresas Keystone Foods UK Limited e Keystone Foods International Limited, por meio de um processo de reetruturação, foram transferidas da Marfrig Holdings (Europe) BV para a Marfrig Global Foods. Com isso, o Grupo Keystone torna-se um investimento direto da Controladora.

<sup>(4)</sup> Empresa incorporada pela Controladora em Outubro de 2016, conforme descrito na nota explicativa n. 13.5.

<sup>(2)</sup> O valor apresentado corresponde a reclassificação para investimento anteriormente classificado como ativo mantido para venda, conforme descrito na nota explicativa n. 11.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

# 13.3. Venda de Participações Societárias

#### Venda de controlada indireta

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 21 de junho de 2015, a Companhia celebrou no dia 19 de junho de 2015 um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação pela Companhia de determinadas participações societárias em sociedades do seu grupo que detém a unidade de negócios Moy Park à JBS S.A.

Na data da celebração, o valor da transação foi fixado em aproximadamente US\$1,5 bilhão, composto de (i) pagamento em caixa no valor de US\$1,19 bilhão à Marfrig e (ii) cessão da dívida líquida da Moy Park no valor de GBP200 milhões.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia concluiu a venda da totalidade da participação societária da Moy Park Holdings Europe Ltd, Controladora das sociedades que operam a unidade de negócios "Moy Park". Desta forma, nesta data o controle desta entidade foi transferido à JBS.

Na data de conclusão, os valores ajustados conforme balanço de fechamento, ficando o preço estimado de fechamento da transação, líquido da dívida, composto de: (i) pagamento à vista de US\$1,21 bilhão à Marfrig (R\$4,73 bilhões) e (ii) pagamento a prazo no valor de US\$53,8 milhões (R\$210 milhões) a Marfrig, quitado em 27 de outubro de 2015.

Em conformidade com a previsão contratual, as partes elaboraram seus relatórios de verificação do preço estimado de fechamento e, de comum acordo, definiram o ajuste de preço final da transação. A Companhia reconheceu no trimestre findo em dezembro de 2015 o ajuste de preço devido à JBS no valor de US\$46,5 milhões (R\$180 milhões), dos quais US\$21,5 milhões (R\$83,2 milhões) foram desembolsados durante este exercício.

O valor de ajuste adicional de R\$180 milhões, somado ao ajuste de preço do trimestre anterior de R\$210 milhões, resultaram em um ajuste de preço total para a transação de R\$30 milhões.

Dessa forma, o resultado ajustado apurado antes dos impostos na venda da Moy Park foi de R\$1.396 milhões e foram registrados na demonstração do resultado do exercício consolidado, no grupo de "Resultado líquido das operações descontinuadas", em 31 de dezembro de 2015.

Os ganhos e perdas do exercício corrente, relacionados ao negócio vendido, foram classificados para o grupo de "Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas", bem como os ganhos e perdas do exercício comparativo foram reclassificados conforme previsto na NBC TG 31/R3

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

(Deliberação CVM 598/09) - ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.

	R\$ mil
Preço de venda	4.736.868
Ajuste preço de venda (*)	30.275
(-) Despesa com assessores jurídicos e consultores externos	(14.905)
(=) Preço de venda ajustado	4.752.238
(-) Baixa de ativos e outros resultados abrangentes	(3.356.439)
(=) Resultado apurado na operação de venda antes dos impostos	1.395.799
Imposto de renda e Contribuição social	(474.572)
(=) Resultado da operação	921.227

<sup>(\*)</sup> O ajuste de preço é decorrente substancialmente de variação de capital de giro e dívida líquida nas empresas negociadas, de acordo com a previsão contratual.

### Venda de controlada direta

No dia 30 de março de 2016 a Companhia concluiu, conforme comunicado emitido ao mercado em 10 de fevereiro de 2016, a transação com partes relacionadas em que a totalidade de sua participação acionária na controlada MFG Agropecuária Ltda. "MFG" foi vendida ao acionista controlador Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos. A negociação entre as partes reflete condições comerciais de compra e venda de participações societárias estritamente compatíveis e adequadas ao que usualmente é praticado pelo mercado, tendo sido suportada, como condição precedente para aprovação, por Laudo de Avaliação técnico elaborado pela empresa de auditoria e consultoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

O contrato de compra e venda firmado entre as partes, entre outros detalhamentos, apresenta as seguintes condições de fechamento da transação: (i) Preço de venda de R\$95 milhões, que inclui o montante de R\$13,2 milhões como juros pré-fixados; (ii) abatimento de um adiantamento no montante de R\$10,9 milhões recebido pela Companhia do Sr. Marcos Molina, como forma de pagamento; (iii) liquidação do saldo remanescente em nove parcelas trimestrais.

A transação foi objeto de deliberação e aprovação prévia do Comitê de Auditoria, do Comitê de Gestão e do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos da Marfrig, bem como foi submetida para análise e aprovação conforme previsto no acordo de acionistas. Este desinvestimento está alinhado com o plano estratégico "Focar para Ganhar", visando uma operação mais simples e focada nos seus ativos principais.

O resultado da alienação, após o efeito tributário, apresentou uma perda no montante de R\$10,9 milhões, classificada na demonstração do resultado do exercício consolidado, no grupo de "Resultado líquido das operações Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

descontinuadas". Os valores demonstrados abaixo retratam o destacado acima:

	R\$ mil
Preço de venda	95.000
(-) Juros financeiros a incorrer ao longo do contrato (*)	(13.212)
(-) Despesa com assessores jurídicos e consultores externos	(93)
(-) Baixa de investimento	(98.214)
(=) Resultado apurado na operação de venda antes dos impostos	(16.519)
Efeito do Imposto de renda e Contribuição social diferidos	5.616
(=) Resultado da operação	(10.903)

(\*) Juros financeiros previstos contratualmente que serão pagos ao longo do recebimento das parcelas. Considerando o efeito dos juros na apuração de ganho/perda na alienação, a perda, líquida dos efeitos tributários, seria de R\$2,2 milhões.

Os ganhos e perdas do período corrente, relacionados ao negócio vendido (inclusive a perda apurada na alienação), foram classificados para o grupo de "Resultado líquido no período das operações descontinuadas", bem como os ganhos e perdas do período comparativo foram reclassificados conforme previsto na NBC TG 31/R3 (Deliberação CVM 598/09) - ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.

# 13.4. Aquisição de participação societária

Em 25 de maio de 2015, a Marfrig adquiriu um negócio que contempla os seguintes ativos: (a) aquisição da totalidade das ações da empresa Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda., que abriga as unidades anteriormente arrendadas, Capão do Leão (RS), Mato Leitão (RS), Pirenópolis (GO), Tucumã (PA) e Nova Londrina (PR). Em contrapartida, a Marfrig pagará uma importância de R\$428,2 milhões. O pagamento do montante de R\$428,2 milhões ocorrerá em fases, sendo: a primeira com o pagamento no montante de R\$4 milhões e o saldo restante de R\$424,2 milhões será pago em 24 parcelas trimestrais com carência do principal de três anos. Os encargos serão atualizados a CDI mais 1,5% ao ano e serão pagos em 36 parcelas trimestrais.

Na data de aquisição, conforme previsto na NBC TG 15/R3 - Combinação de Negócios, a Companhia mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos ao valor justo, com base num laudo preparado por especialistas externos contratados pela Companhia, considerando critérios, premissas e metodologia de projeções adequadas e consistentes para negócios desta natureza. Preliminarmente, não foram identificados passivos e provisões para contingência a serem reconhecidos na data de aquisição, considerando que a empresa adquirida foi constituída recentemente e não possui histórico que possam gerar passivos desta natureza.

Os valores justos desses ativos e passivos foram mensurados no montante de R\$503,4 milhões, cuja alocação da mais valia gerada aos respectivos ativos foram adequadamente reconhecidas nas rubricas contábeis do ativo

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

imobilizado e intangível. A Administração da Companhia revisou as premissas e critérios adotados e avaliou que os valores destes ativos foram adequadamente mensurados na data de aquisição. Ademais, os efeitos tributários diferidos sobre a mais valia foram reconhecidos.

Os valores demonstrados abaixo retratam o destacado acima:

	R\$ mil
Ativos da empresa Mercomar e Empreendimentos e Participações Ltda <sup>(a)</sup>	441.825
Caixa e equivalente de caixa	2
Imobilizado	441.823
Valor contábil dos ativos adquiridos e passivos assumidos	441.825
Valor justo do imobilizado conforme laudo de especialistas externos <sup>(b)</sup>	186.516
Valor justo dos intangíveis conforme laudo de especialistas externos (c)	348.528
Tributo diferido passivo	(31.693)
Valor justo dos ativos adquiridos	503.351
Valor de aquisição contratual	428.158
(=) Compra vantajosa - Ganho na operação <sup>(d)</sup>	75.193
Percentual de Imposto de renda e Contribuição social	34%
Imposto de renda e contribuição social	25.566

- (a) A Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade para a qual foram transferidos os ativos detidos pelo Frigorífico Mercosul S/A e suas afiliadas, constituída em 27 de abril de 2015. Estes ativos consistem em todos os bens e direitos relacionados a 5 (cinco) unidades localizadas em: Capão do Leão/RS; Tucumã/PA; Mato Leitão/RS; Nova Londrina/PR e Pirenópolis /GO.
- (b) Este montante adquirido está contemplado na movimentação do ativo imobilizado, na coluna de "adições", conforme nota explicativa nº 14 das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
- (c) Os ativos intangíveis adquiridos estão contemplados na movimentação do ativo intangível, na coluna de "adições", conforme nota explicativa nº 15 das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
- (d) Esta aquisição gerou uma compra vantajosa e o efeito do ganho foi registrado no resultado do exercício no grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais". Os efeitos tributários também foram reconhecidos.

A Administração da Companhia monitora efeitos de aquisição, respeitando o prazo de mensuração que não pode exceder a um ano da data da aquisição, conforme previsto no NBC TG 15 (R3) - Combinação de negócios. Em 30 de setembro de 2015 foi aprovada e concluída a incorporação da Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda. (Incorporada) pela MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A. (Incorporadora), nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação apresentado aos acionistas na oportunidade. O capital social da Incorporadora e da Incorporada são integramente detidos pela Marfrig Global Foods S.A., fazendo parte, portanto, do mesmo grupo econômico. Trata-se de uma incorporação sem o envolvimento de quaisquer acionistas minoritários que tem por objetivo a simplificação da estrutura societária do grupo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

### 13.5. Incorporação de Empresa Controlada

Em 30 de setembro de 2016, foi divulgado em Fato Relevante, a proposta de incorporação da MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A. A operação foi aprovada em 31 de outubro de 2016 em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), mesma data em que houve a incorporação integral pela controladora Marfrig Global Foods S.A.

A incorporação teve o objetivo de simplificar a estrutura societária e operacional da Marfrig Global Foods S.A., e não implicou em qualquer alteração do capital social da Companhia (inclusive substituição de ações por ações da Companhia ou emissão de novas ações), uma vez que a Companhia era titular da totalidade do capital social da Incorporada. As demonstrações contábeis individuais aqui apresentadas incorporam, portanto, os registros contábeis da incorporada a partir de novembro de 2016, com exceção do resultado operacional até 31 de outubro de 2016 que tem seu efeito na demonstração do resultado da Controladora apresentado na linha de "Resultado com equivalência patrimonial".

Destaca-se que a incorporação da MFB Frigoríficos Brasil resultou em variações substanciais nas rubricas apresentadas nas demonstrações contábeis individuais da Companhia.

### 14. Imobilizado

Os quadros a seguir demonstram a taxa média ponderada anual de depreciação pelo método linear, com base na vida útil econômica dos ativos e seus saldos:

### Movimentação do custo de aquisição da Controladora:

	_				Controladora				
	_	31/12/16							
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo de aquisição	Adições	Baixas	Incorporação de subsidiária	Transferencias	Depreciação Acumulada	Custo líquido	
Terrenos	-	31.156	30	-	12.276	-	-	43.462	
Edificações e prédios	3,00%	808.082	3.900	-	244.527	521	(159.681)	897.349	
Máquinas e equipamentos	12,46%	506.702	15.059	(1.920)	101.315	(373)	(268.120)	352.663	
Móveis e utensílios	9,78%	16.199	950	(314)	7.098	126	(8.754)	15.305	
Instalações	4,64%	918.998	-	(142)	165.735	119.476	(224.495)	979.572	
Veículos	18,58%	32.688	66	(9.137)	51	32	(2.362)	21.338	
Equipamentos de informática	20,26%	11.721	169	(5)	7	746	(8.366)	4.272	
Aeronaves	10,69%	382	5.146	-	-	-	(414)	5.114	
Adiantamento aquisição de imobilizado	0,00%	-	2.084	(300)	-	-	-	1.784	
Benfeitorias em propriedades arrendadas	11,77%	58.299	-	-	99.864	-	(18.474)	139.689	
Arrendamento - veículos	20,00%	19.173	-	-	-	(24)	(19.123)	26	
Arrendamento - informática	20,00%	26.173	-	-	-	(509)	(16.774)	8.890	
Arrendamento - máquinas	10,00%	11.660	-	-	-	198	(10.117)	1.741	
Arrendamento - instalações	-	18.240	-	-	-	-	(18.240)	-	
Arrendamento - edificações	-	6.314	-	-	-	-	(6.314)	-	
Obras em andamento	-	4.352	128.324	-	3.326	(120.193)	-	15.809	
Outras imobilizações	-	318	-	-	-	-	(118)	200	
	-	2.470.457	155.728	(11.818)	634.199	-	(761.352)	2.487.214	
	_								

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

# Movimentação do saldo líquido da Controladora:

		Controladora							
	_	31/12/15						31/12/16	
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Saldo Líquido	Adições	Baixas	Incorporação de subsidiária	Transferencias	Depreciação	Saldo Líquido	
Terrenos	-	31.156	30	-	12.276	-	-	43.462	
Edificações e prédios	3,00%	669.664	3.900	-	244.527	521	(21.263)	897.349	
Máquinas e equipamentos	12,46%	293.891	15.059	(1.065)	101.315	(373)	(56.164)	352.663	
Móveis e utensílios	9,78%	8.723	950	(189)	7.098	126	(1.403)	15.305	
Instalações	4,64%	738.989	-	(74)	165.735	119.476	(44.554)	979.572	
Veículos	18,58%	21.214	66	(755)	51	32	730	21.338	
Equipamentos de informática	20,26%	4.162	169	(2)	7	746	(810)	4.272	
Aeronaves	10,69%	-	5.146	-	-	-	(32)	5.114	
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	-	2.084	(300)	-	-	-	1.784	
Benfeitorias em propriedades arrendadas	11,77%	51.641	-	-	99.864	-	(11.816)	139.689	
Arrendamento - veículos	20,00%	120	-	-	-	(24)	(70)	26	
Arrendamento - informática	20,00%	11.683	-	-	-	(509)	(2.284)	8.890	
Arrendamento - máquinas	10,00%	1.756	-	-	-	198	(213)	1.741	
Obras em andamento	-	4.352	128.324	-	3.326	(120.193)	-	15.809	
Outras imobilizações	-	200	-	-	-	-	-	200	
	<u>-</u>	1.837.551	155.728	(2.385)	634.199	-	(137.879)	2.487.214	

# Movimentação do custo de aquisição consolidado:

					Consolid	ado					
	_	31/12/16									
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo de aquisição	Adições	Baixas	Reclassificação	Transferencias	Conversões	Depreciação Acumulada	Custo líquido		
Terrenos		132.734	30	(2.335)			(13.132)		117.297		
Edificações e prédios	1,88%	2.576.901	4.565	(1.093)	-	15.439	(146.273)	(789.959)	1.659.580		
Máquinas e equipamentos	6,14%	2.450.140	28.595	(19.305)	460	100.046	(101.820)	(1.590.048)	868.068		
Móveis e utensílios	4,79%	119.827	5.030	(5.490)	956	6.566	(3.003)	(91.807)	32.079		
Instalações	4,64%	1.166.928	620	(737)	•	152.752	(1.596)	(344.500)	973.467		
Veículos	15,63%	94.630	1.180	(10.455)	•	135	(2.386)	(51.124)	31.980		
Equipamentos de informática	21,06%	64.058	756	(49)	•	784	(192)	(59.819)	5.538		
Aeronaves	10,69%	382	5.146		•	÷	•	(414)	5.114		
Adiantamento para imobilização		69	2.084	(369)	•	÷	•	÷	1.784		
Benfeitorias em propriedades arrendadas	9,78%	279.338	2.169	(3.442)	4	16.650	(4.151)	(77.557)	213.011		
Arrendamento - veículos	20,00%	20.266	-		-	(41)	40	(20.239)	26		
Arrendamento - informática	20,00%	26.640	-		-	(509)	-	(17.225)	8.906		
Arrendamento - máquinas	2,38%	143.262	578		-	114	(3.108)	(133.226)	7.620		
Arrendamento - instalações	-	18.790	-		-	-	-	(18.790)			
Arrendamento - edificações	-	11.577	-		-	-	-	(11.577)			
Obras em andamento		90.964	323.305	(5.172)	(26.896)	(291.936)	(7.487)	-	82.778		
Outras imobilizações	-	2.151	739	(1.386)			2.605	(1.960)	2.149		
	-	7.198.657	374.797	(49.833)	(25.476)		(280.503)	(3.208.245)	4.009.397		

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

# Movimentação do saldo líquido consolidado:

	Consolidado								
		31/12/15							31/12/16
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Saldo Líquido	Adições	Baixas	Reclassificação	Transferencias	Conversões	Depreciação	Saldo Líquido
Terrenos		132.734	30	(2.335)			(13.132)		117.297
Edificações e prédios	1,87%	1.861.805	4.565	(1.066)		15.439	(146.273)	(74.890)	1.659.580
Máquinas e equipamentos	6,19%	1.005.915	28.595	(177)	460	100.046	(101.820)	(164.951)	868.068
Móveis e utensílios	4,75%	31.458	5.030	(523)	956	6.566	(3.003)	(8.405)	32.079
Instalações	4,62%	876.926	620	(669)		152.752	(1.596)	(54.566)	973.467
Veículos	15,14%	37.849	1.180	(821)		135	(2.386)	(3.977)	31.980
Equipamentos de informática	21,16%	5.847	756	(47)		784	(192)	(1.610)	5.538
Aeronaves	20,00%		5.146		-		-	(32)	5.114
Adiantamento para imobilização		69	2.084	(369)				-	1.784
Benfeitorias em propriedades arrendadas	9,67%	225.661	2.169	(304)	4	16.650	(4.151)	(27.018)	213.011
Arrendamento - veículos	20,00%	119			-	(41)	40	(92)	26
Arrendamento - informática	20,00%	11.699	-			(509)	-	(2.284)	8.906
Arrendamento - máquinas	1,72%	30.019	578			114	(3.108)	(19.983)	7.620
Obras em andamento		90.964	323.305	(5.172)	(26.896)	(291.936)	(7.487)	-	82.778
Outras imobilizações	-	198	739	(1.386)		-	2.605	(7)	2.149
	•	4.311.263	374.797	(12.869)	(25.476)		(280.503)	(357.815)	4.009.397

Conforme a NBC TG 06/R2 (Deliberação CVM 645/10) - operações de arrendamento mercantil, os bens adquiridos pela Companhia através de arrendamento mercantil financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser registrados no ativo imobilizado, com suas respectivas depreciações, conforme supramencionado, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar, demonstrado na nota explicativa nº 22.

De acordo com a NBC TG 01/R3 (Deliberação CVM 639/10) - redução ao valor recuperável de ativos, anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

No caso de haver alguma indicação, as análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, a qual é apresentada a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo a que se refere.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não identificamos indícios de ativos que remanescem nos livros da Companhia registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Apesar disso, em novembro de 2016, a Companhia efetuou, por meio de contratação de consultoria externa, laudo de avaliação dos bens temporariamente ociosos e não foi constatado perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas Controladas possuem itens registrados no ativo imobilizado totalmente depreciados que ainda estão em operação e itens temporariamente ociosos conforme apresentados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controla	Controladora			
-	31/12/	/16			
Descrição	Ativo imobilizado temporariamente ocioso	Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação			
Terrenos	9.770	-			
Edificações e prédios	124.835	580			
Máquinas e equipamentos	29.527	94.265			
Móveis e utensílios	3.722	2.164			
Instalações	31.082	319			
Veículos	-	25.499			
Equipamentos de informática	1	25.174			
Aeronaves	-	382			
Benfeitorias em propriedades arrendadas	32.607	-			
	231.544	148,383			

	Consolidado							
	31/12/16							
Descrição	Ativo imobilizado temporariamente ocioso	Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação	Ativo Imobilizado retirado de uso ativo e não classificados como mantidos para venda					
Terrenos	9.770	-	-					
Edificações e prédios	124.835	4.450						
Máquinas e equipamentos	29.527	104.443						
Móveis e utensílios	3.722	2.327	14					
Instalações	31.082	323						
Veículos	-	25.588						
Equipamentos de informática	1	25.709	156					
Aeronaves	-	382						
Benfeitorias em propriedades arrendadas	32.607	-	-					
	231.544	163.222	170					

# 15. Intangível

A Companhia possui o subgrupo ativo intangível, compondo o ativo não circulante, apresentado de acordo com a NBC TG 04/R3 (Deliberação CVM 644/10) - ativo intangível, no resumo seguir:

			Control	adora	Consoli	dado
	Taxa de amortização	Prazo de vida Útil	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Ágio	-	-	995.469	526.483	1.049.503	594.479
Marcas e patentes	1,96%	1,93	22.883	22.883	287.993	343.091
Softwares	11,91%	4,38	29.428	29.730	58.066	35.549
Relacionamento com clientes	10,00%	10,00	-	-	39.321	45.333
Relacionamento com clientes	-	Indefinido	-	-	1.052.285	1.280.873
Direito de uso (*)	5,50%	18,18	49.302	52.214	49.302	52.214
Canais de Venda (*)	5,50%	18,18	275.264	291.522	275.264	291.522
Outros Intangíveis	25,00%	4,00	<u>-</u>	<u>-</u>	3.396	2.209
		-	1.372.346	922.832	2.815.130	2.645.270

<sup>(\*)</sup> Valores resultantes da incorporação da controlada Mercomar Empreendimentos e

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Participações Ltda. pela controlada MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 13.4.

#### Movimentação do ativo intangível

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	922.832	2.645.270
(+)Adição	6.559	10.882
(+)Efeitos de incorporação de subsidiária	152	-
(-)Baixa	(65)	(65)
(-)Amortização	(26.116)	(35.316)
(+/-)Reclassificação	-	25.475
(+/-)Variação Cambial	468.984	168.884
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.372.346	2.815.130

Os ágios apurados em aquisições de negócios ocorridas até 30 de setembro de 2008 (última aquisição anterior à data de transição de 1° de janeiro de 2009 referentes à adoção completa das Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS) foram apurados com base nas regras contábeis anteriores a NBC TG 15 (Deliberação CVM 665/11) - combinação de negócios. Conforme "Opções de Isenções às IFRS", a Companhia optou por adotar o IFRS em todas as aquisições de negócios ocorridas a partir de 30 de setembro de 2008. Esses ágios foram fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações de especialistas. As marcas adquiridas de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2009, foram apuradas pelo seu valor pago, enquanto as marcas e lista de clientes adquiridos como parte de combinação de negócios, após 30 de setembro de 2008, foram apuradas pelo seu valor justo em consonância com a NBC TG 15/R3 (Deliberação CVM 665/11) - combinação de negócios.

Conforme Deliberação NBC TG 01/R3 (Deliberação CVM 639/10) - redução ao valor recuperável de ativos, o teste de *impairment* dos ágios e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida é realizado anualmente e os demais intangíveis com vida útil definida é realizado sempre que houver evidências de não realização dos mesmos. Os intangíveis representados por patentes e lista de clientes são amortizados pela respectiva vida útil, quando aplicável. Determinados intangíveis da Companhia têm vida útil indefinida conforme avaliação de especialistas, sendo seu risco de *impairment* testado anualmente.

As análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, os quais são apresentados a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo.

Os fluxos de caixa descontados para avaliar a recuperabilidade dos ativos foram elaborados abrangendo o período dos próximos 10 anos. Este fluxo de caixa está em linha com o plano estratégico de 2014 a 2018 da Companhia e com as projeções de crescimento embasados em séries históricas e projeções de mercados de associações e órgãos governamentais. As perdas estimadas por valores não recuperáveis incluem a mensuração do valor justo dos ativos mantidos para venda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não identificamos indícios de ativos que remanescem nos livros da Companhia registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

# 15.1. Movimentação do intangível (Controladora)

A movimentação do intangível na Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Aquisição/ Baixa	Variação Cambial	Incorporação de subsidiária	Reclassificação/ Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Inaler S.A Ágio	38.379		30.941		•	69.320
Frigorífico Tacuarembó S.A Ágio	58.496	-	45.927	-	-	104.423
Masplen Ltd - Ágio	17.258	-	13.675	•		30.933
Prescott International S.AÁgio	22.922	-	17.397	•	•	40.319
Establecimientos Colonia S.A - Ágio	114.479	-	102.988	•	•	217.467
Keystone International -Ágio	274.949	-	258.056	•	•	533.005
Canais de venda	291.522	-		•	(16.257)	275.265
Direito de uso	52.214	-		•	(2.912)	49.302
Software e sistemas	29.730	6.494		152	(6.947)	29.429
Marcas e patentes	22.883	-		-	-	22.883
Total	922,832	6,494	468.984	152	(26,116)	1,372,346

Os ágios gerados em aquisições de participações societárias no exterior estão expressos na moeda funcional da unidade de negócio e estão convertidos a taxa de fechamento, de acordo com a normas descritas na NBC TG 02/R2 (Deliberação CVM 540/10) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

# 15.2. Movimentação do intangível (Controladas)

	Saldo Contábil em 31 de dezembro de 2015	Reclassificação (1)	Aquisições	Variação Cambial na conversão	Amortização	Incorporação de subsidiária	Saldo Contábil em 31 de dezembro de 2016
Marfrig Chile S.A.	31,291		8	(5.169)	(86)	•	26.044
Ágio	31.035	-	-	(5.132)	-	-	25.903
Marcas e patentes/software/outros	256		8	(37)	(86)	-	141
Masplen Ltd.	429	•	•	•	(42)	-	387
Marcas e patentes/software/outros	429		-		(42)	-	387
Prestcott International S.A	17.936			(2.958)	(120)		14,858
Ágio	17.167	-	-	(2.839)	-	-	14.328
Marcas e patentes/software/outros	769			(119)	(120)	-	530
Frigoríficos Tacuarembó S.A	1.251		448	(217)	(170)		1,312
Marcas e patentes/software/outros	1.251		448	(217)	(170)	-	1.312
Inaler S.A	658			(102)	(101)		455
Marcas e patentes/software/outros	658			(102)	(101)	-	455
Establecimientos Colonia S.A	966		57	(150)	(143)	•	730
Marcas e patentes/software/outros	966		57	(150)	(143)	-	730
Marfrig Argentina S.A	-		32	81	(26)		87
Ágio	-	-	-	-	-	-	-
Marcas e patentes/software/outros	-		32	81	(26)	-	87
MFB - Marfrig Frig, BR S.A.	242		8		(98)	(152)	-
Marcas e patentes/software/outros	242		8	-	(98)	(152)	-
Keystone Foods UK Limited	-	14,467		(664)	-	-	13,803
Ágio	-	14.467		(664)	-	-	13.803
Keystone Foods International Limited	-	1.445.462	1.861	(61.307)	(908)	-	1,385,108
Ágio	-	-	-	-	-	-	-
Relacionamento com clientes	-	1.140.428	-	(48.436)	(386)	-	1.091.606
Marcas e patentes/software/outros	-	305.034	1.861	(12.871)	(522)	-	293.502
Marfrig Holdings (Europe) BV	1,669,665	(1.434.453)	1.909	(229.615)	(7.506)	-	
Ágio	19.793	(14.466)	-	(5.327)	-	-	-
Relacionamento com clientes	1.326.205	(1.140.428)	-	(181.325)	(4.452)	-	-
Marcas e patentes/software/outros	323.667	(279.559)	1.909	(42.963)	(3.054)	-	•
Total	1.722.438	25.476	4.323	(300.101)	(9.200)	(152)	1.442.784

<sup>(1)</sup> Em novembro de 2016, as Empresas Keystone Foods UK Limited e Keystone Foods International Limited, por meio de um processo de reetruturação, foram transferidas da Marfrig Holdings (Europe) BV para a Marfrig Global Foods. Com isso, o Grupo Keystone torna-se um investimento direto da Controladora.

# 16. Fornecedores

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	
Terceiros	698.724	466.926	1.836.976	1.687.210	
Partes relacionadas (1)	40.455	146.979	16.450	47.215	
	739.179	613.905	1.853.426	1.734.425	

<sup>(1)</sup> Os fornecedores e outras contas a pagar, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas Controladas (partes relacionadas), conforme descrito na nota explicativa 10.1.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

### 17. Fornecedores Risco Sacado

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	
Fornecedores Risco sacado	149.331	84.566	149.331	84.566	
	149.331	84.566	149.331	84.566	

A Companhia firmou contrato com Instituições financeiras para estruturar com alguns fornecedores, operações denominadas "Risco Sacado".

### 18. Pessoal, encargos e benefícios sociais

	Controladora		Consol	idado
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
INSS a recolher	70.574	35.206	71.421	43.465
Salários e obrigações trabalhistas	62.411	52.182	142.079	143.107
Outros encargos e benefícios sociais a recolher	4.141	3.203	133.337	151.443
	137.126	90.591	346.837	338.015

Em 21 de novembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.196 que permite a compensação de débitos do INSS com créditos fiscais federais. Tal processo foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 23, de 02 de fevereiro de 2006.

Adicionalmente, o art. 2º da Lei nº 11.457/07 estabelece a responsabilidade para a Receita Federal do Brasil relativa às contribuições dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de contribuição, conforme item c, parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212/91 e art. 104, da Lei nº 11.196/05.

Atualmente, a Companhia possui em seu favor decisão judicial que determina a análise pela Receita Federal do Brasil aos pedidos de Ressarcimento protocolizados pela empresa, bem como estabelece o reconhecimento da possibilidade de compensação dos créditos relativos ao PIS e a COFINS com as contribuições previdenciárias, mediante compensação de ofício.

A Companhia entende possuir créditos suficientes para a liquidação dos seus débitos e assim, com base em opinião de seus assessores legais, estão sendo efetuadas as compensações de débitos previdenciários com créditos de PIS/COFINS.

Foi interposto Agravo de Instrumento pela Fazenda sob a referida decisão judicial, e o mesmo foi julgado mantendo a decisão no que tange à obrigação da análise pela Receita Federal do Brasil aos pedidos de Ressarcimento protocolizados pela empresa, contudo foi reformada a decisão no que tange o direito a suspensão da exigibilidade dos débitos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Desta forma, foi requerido perante o Poder Judiciário o reconhecimento da possibilidade de compensação dos créditos relativos ao PIS e a COFINS com as contribuições previdenciárias, mediante compensação de ofício, a ser empreendida pela Receita Federal do Brasil.

Para formalização dos créditos indicados, foram protocolizados Pedidos de ressarcimento perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Estes indicam a existência de créditos suficientes para a liquidação dos débitos da empresa no momento da ocorrência dos fatos geradores, mediante a compensação de ofício.

Contudo, tendo em vista a abertura de prazo para inclusão dos débitos compensados com créditos de PIS e COFINS, a qual a compensação vem sendo questionada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o intuito de melhorar nosso posicionamento e relacionamento com a mesma, a Companhia optou por incluir os débitos compensados até dezembro de 2013 no Refis da Copa. Em consequência, os créditos compensados retornaram ao balanço.

Isto não significa a desistência ou mudança de opinião da Companhia, conforme mencionado acima. Portanto, para os débitos posteriores a 31 de dezembro de 2013, continuará sendo solicitada a compensação de ofício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não patrocinava plano de benefícios pós-emprego que caracterize passivo atuarial.

# 19. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consol	idado
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
ICMS a recolher	-	-	119	6.618
Parcelamento Especial - Refis <sup>(1)</sup>	706.574	517.397	707.760	699.801
Imposto de renda a pagar	-	-	55.464	56.544
Contribuição Social a pagar	-	-	7.551	7.173
Impostos a pagar - PGFN (2)	50.400	46.704	50.400	46.704
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	57.084	23.800	77.942	65.237
	814.058	587.901	899.236	882.077
Passivo circulante	91.855	53.117	175.801	182.961
Passivo não circulante	722.203	534.784	723.435	699.116

<sup>(1)</sup> Lei nº 11.941/09, Leis nº 12.865/13 e 12.996/14, que reabriram o prazo de adesão.

### Parcelamento Especial - Lei nº 11.941/09

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial (Novo Refis), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos

<sup>(2)</sup> Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

órgãos, bem como migrando os parcelamentos PAES Parcelamento Especial Lei nº 10.684/03 e PAEX Parcelamento Excepcional MP nº 303/06, a serem liquidados em até 180 meses.

Durante o processo de consolidação do parcelamento supracitado, a Controladora optou por não incluir o processo de número 10880.720.016/2008-93, no montante original de R\$29.844, que foi reclassificado para o grupo de impostos a recolher no passivo não circulante.

Tendo em vista a desistência do parcelamento, os débitos foram reajustados em conformidade com a legislação vigente na data do fato gerador, gerando um complemento de multa, juros e atualização de R\$20.556 e um débito total de R\$50.400, conforme demonstrado a seguir:

#### Débitos reclassificados para impostos a recolher

	31/12/16	31/12/15
Contribuição Social a Pagar - PGFN	11.260	10.434
Imposto de Renda a pagar - PGFN	30.502	28.266
IRRF a Pagar - PGFN	8.638	8.004
	50.400	46.704

# Reabertura do prazo para adesão - Leis nº 12.865/2013 e 12.996/2014

Em 20 de dezembro de 2013 e em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu à Reabertura da Lei nº. 11.941, de 2009 - que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, a serem liquidados em até 180 meses, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Saldo inicial	517.397	524.865	699.801	719.751
(+) Adesão ao parcelamento	2.423	-	2.423	-
(-) Exclusão do parcelamento	(194)	-	(4.170)	-
(+) Juros de atualização	56.575	29.151	73.791	51.574
(-) Pagamentos efetuados/créditos tributários	(47.828)	(36.619)	(64.193)	(55.853)
(+) Incorporação de subsidiária	178.201	-	-	-
(+/-) Reversão pela disponibilização de ativo para venda	-	-	108	(15.671)
Saldo devedor	706.574	517.397	707.760	699.801
Passivo circulante	66.654	41.962	66.733	60.034
Passivo não circulante	639.920	475.435	641.027	639.767

Passivo não circulante

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

# 20. Empréstimos e financiamentos

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 31/12/16	Saldo 31/12/15
Moeda nacional:					
FINAME/FINEP	TJLP + Taxa Fixa	6,05%	3,62	63	1.936
NCE/Capital de Giro/CDCA'S	Taxa Fixa+%CDI	16,63%	1,31	388.348	547.965
Total moeda nacional		16,62%	-	388.411	549.901
Moeda estrangeira:					
NCE/Pré-pagamento (US\$) / ACC (US\$)	Taxa Fixa+ V.C (US\$)+Libor	6,38%	0,65	693.565	383.897
Total moeda estrangeira		6,38%	•	693,565	383.897

Controladora

 Total de empréstimos e financiamentos
 10,06%
 1.081.976
 933.798

 Passivo circulante
 823.017
 518.341

Consolidado

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 31/12/16	Saldo 31/12/15
Moeda nacional:					
FINAME/FINEP	TJLP + Taxa Fixa	4,01%	3,17	18.836	26.641
NCE/Capital de Giro/CDCA'S	Taxa Fixa+%CDI	16,63%	1,31	388.348	547.965
Total moeda nacional		16,04%	=	407.184	574,606
Moeda estrangeira:					
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	Taxa Fixa+V.C (US\$)+Libor	6,38%	0,65	695.011	385.341
Bonds (US\$)	Taxa Fixa + V.C	8,10%	4,21	7.725.506	8.845.300
Empréstimo Bancário (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	2,90%	4,68	1.629.040	1.400.299
Linha de Credito Rotativo - Revolving	Libor + 2,75	1,87%	3,22	411.331	605.515
PAE (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	2,14%	0,39	25.766	58.360
Obrigações Negociáveis	Taxa Fixa	-		-	15.879
Total moeda estrangeira		6,92%	-	10.486.654	11.310.694
Total de empréstimos e financiamentos		7,26%	<u>-</u>	10.893.838	11.885.300
Passivo circulante			_	1.198.039	1.772.411
Passivo não circulante				9.695.799	10.112.889

As modalidades de empréstimos e financiamentos da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

### 20.1. Senior Notes - BONDS

São captações de dívida de longo prazo, em moedas internacionais, por meio da emissão de notas no exterior (*Bonds*) destinadas exclusivamente a investidores institucionais qualificados (Rule 144A/Reg S), não registradas

258.959

415.457

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado.

A Companhia, através de suas subsidiárias, realizou oito captações desta natureza desde 2006, conforme detalhado a seguir:

• A primeira operação de Bonds foi concluída em novembro de 2006, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd, subsidiária integral da Companhia, de US\$375 milhões de Senior Notes, com cupom de 9,625% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em maio de 2007 e vencimento de principal em 10 anos (Nov/2016), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Os recursos captados nesta emissão destinaram-se à aquisição de unidades de negócio pela Companhia na Argentina e Uruguai.

Em março de 2010, os detentores das *Senior Notes* anuíram ao aditamento de determinadas cláusulas constantes da escritura ("Indenture") que rege esta emissão, incluindo a alteração e/ou supressão de restrições aplicáveis à prestação de garantias pela Companhia e suas subsidiárias. Tal aditivo não contemplou qualquer alteração às condições financeiras desta dívida, que manteve o mesmo prazo de vencimento e taxa de juros previstos originalmente (este aditivo, juntamente com a escritura, a "Primeira Emissão"). A Primeira Emissão conta com garantias de Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Holdings (Europe) BV.

Em setembro de 2013, com base na conclusão da quinta operação, a Companhia efetuou a recompra de *Bonds* no valor de aproximadamente US\$191 milhões, correspondendo a 50,97% das *Senior Notes* em circulação remanescentes da Primeira Emissão. Em virtude de tal oferta de recompra, a Primeira Emissão foi aditada por meio de uma escritura complementar que dispunha, dentre outras coisas, sobre a eliminação de praticamente todas as cláusulas restritivas (*covenants*) da *Indenture*;

Em maio de 2016, com base na conclusão da oitava operação, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente US\$43,4 milhões ou 23,58% das Notas em circulação remanescentes da Primeira Emissão;

Em novembro de 2016, a Companhia quitou integralmente o valor principal das *Senior Notes* remanescentes e em circulação, provenientes da Primeira Emissão, no montante de US\$140,5 milhões, acrescida dos respectivos juros no valor de US\$6,7 milhões, totalizando US\$147,2 milhões.

 A segunda captação foi realizada em abril de 2010, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd. de US\$500 milhões de Senior Notes, com cupom de 9,50% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2010 e vencimento de principal em 10 anos (Nov/2020), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação também contou com a garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Holdings (Europe) B.V. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento da Companhia ("Segunda Emissão"). Em março de 2014, a Companhia concluiu a emissão adicional de Senior Notes atreladas à Segunda Emissão, no valor total de US\$275 milhões ("Notas Adicionais"). As Notas Adicionais foram consolidadas compondo uma série única com as Senior Notes da Segunda Emissão, com cupom de 9,50% ao ano (yield de 9,43% por ano para a emissão). As Notas Adicionais receberam classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's, B pela Standard&Poors e Fitch. A emissão das Notas Adicionais é garantida pela Marfrig Global Foods S.A. e por sua subsidiária Marfrig Holdings (Europe) B.V. Em 28 de outubro de 2015, a Marfrig Global Foods S.A. anunciou o encerramento da oferta de compra à vista das Senior Notes emitidas pela Marfrig Overseas Ltd, no valor principal de US\$94,5 milhões das Senior Notes 2020, ou cerca de 12,20% das notas em aberto que foram devidamente ofertadas nos termos da Oferta de Compra Conjunta. Os detentores das Senior Notes 2020, ofertadas receberam o valor de US\$980,00 para cada US\$1.000,00 de valor principal, que inclui o pagamento por oferta antecipada de US\$30,00, acrescido de juros acumulados e não distribuídos até a data de liquidação;

Em abril de 2016, a Companhia comunicou a recompra e o cancelamento de notas no montante de US\$10,7 milhões por intermédio de compras realizadas no mercado entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016.

Em maio de 2016, com base na conclusão da oitava operação, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente US\$185,0 milhões ou 27,62% das Notas em circulação remanescentes da Segunda Emissão.

A terceira operação foi concluída em maio de 2011 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$750 milhões de Senior *Notes*, com cupom de 8,375% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2011 e vencimento de principal em 7 anos (Mai/2018), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Limited e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforco do capital de giro da Companhia ("Terceira Emissão"). Em 28 de outubro de 2015, a Marfrig Global Foods S.A, anunciou o encerramento da oferta de compra à vista das Senior Notes emitidas pela Marfrig Holdings (Europe) B.V., no valor principal de US\$150,8 milhões das Senior Notes 2018, ou cerca de 20,81% das notas em aberto, foram devidamente ofertadas nos termos da Oferta de Compra Conjunta. Os detentores das Senior Notes ofertadas receberam o valor de US\$937,50 para cada US\$1.000,00 de valor de principal das notas, o que incluiu o pagamento da oferta antecipada de

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

US\$30,00, acrescido de juros acumulados e não distribuídos até a data de liquidação;

Em abril de 2016, a Companhia comunicou a recompra e o cancelamento de notas no montante de US\$6,9 milhões por intermédio de compras realizadas no mercado entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016.

Em maio de 2016, com base na conclusão da oitava operação, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente US\$285,2 milhões ou 50,29% das Notas em circulação remanescentes da Terceira Emissão.

• A quarta operação foi concluída em janeiro de 2013 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$600 milhões de Senior Notes, com cupom de 9,875% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em julho de 2013 e vencimento de principal em 4,5 anos (Julho/2017), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Quarta Emissão"); vinculada às Notas Adicionais da Segunda operação a Companhia realizou oferta pública de recompra de Bonds da Quarta Emissão, vencível em 2017 e da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão desta oferta a Companhia efetuou a recompra de Bonds no valor de aproximadamente US\$72,8 milhões ou 12,14% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão.

Com base na conclusão da sétima operação, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente US\$371,8 milhões ou 70,54% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão. Em virtude dos resultados de recompra antecipada, a Quarta Emissão foi aditada através de uma escritura complementar dispondo, dentre outras coisas, sobre a eliminação de praticamente todas as cláusulas restritivas (covenants) das Escrituras;

Em abril de 2016, a Companhia comunicou a recompra e o cancelamento de notas no montante de US\$2,1 milhões por intermédio de compras realizadas no mercado entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016.

Em maio de 2016, com base na conclusão da oitava operação, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente US\$57,5 milhões ou 37,58% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão.

Em julho de 2016, a Companhia comunicou o resgate integral das *Senior Notes* remanescentes e em circulação, provenientes da Quarta Emissão, no montante total em aberto de US\$95,6 milhões. Em agosto de 2016, após efetivação dos respectivos pagamentos, as Notas foram devidamente canceladas pelo Bank of New York Mellon ("*Trust*").

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

• A quinta operação foi concluída em setembro de 2013 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$400 milhões de Senior Notes, com cupom de 11,25% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em março de 2014 e vencimento de principal em 8 anos (Setembro/2021), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Quinta Emissão"). Vinculada à Quinta Emissão a Companhia realizou oferta pública de recompra de Bonds cumulada com pedido de consentimento da Primeira Emissão, vencível em 2016;

Em março de 2014, vinculada às Notas Adicionais da Segunda operação a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão desta oferta a Companhia efetuou a recompra de *Bonds* no valor de aproximadamente US\$57,1 milhões ou 14,28% das Notas em circulação remanescentes da Quinta Emissão.

Em junho de 2014, vinculada à Sétima Emissão, a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* cumulada com pedido de consentimento, da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão destas ofertas, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente (i) US\$291,5 milhões ou 85,03% das Notas em circulação remanescentes da Quinta Emissão. Em virtude dos resultados de recompra antecipada, a Quinta Emissão foi aditada através de uma escritura complementar dispondo, dentre outras coisas, sobre a eliminação de praticamente todas as cláusulas restritivas (*covenants*) das Escritura.

Em 29 de setembro de 2015, a Marfrig Holdings (Europe) B.V., anunciou a oferta de compra à vista das *Senior Notes* referentes à Quinta Emissão, no montante de principal de US\$51,3 milhões ("Oferta I").

Em 28 de outubro de 2015, a Marfrig Global Foods S.A, anunciou o encerramento da oferta de compra à vista das Senior Notes emitidas pela Marfrig Holdings (Europe) B.V no valor principal de US\$22,2 milhões das Senior Notes 2021, ou cerca de 43,30% das notas em aberto, que foram devidamente ofertadas nos termos da Oferta de Compra Conjunta. Os detentores das Senior Notes 2021 receberam o valor de US\$970,00 para cada US\$1.000,00 de valor principal das notas, o que incluiu o pagamento por oferta antecipada de US\$30,00, acrescido de juros acumulados e não distribuídos até a data de liquidação;

Em abril de 2016, a Companhia comunicou a recompra e o cancelamento de notas no montante de US\$1,3 milhões por intermédio de compras realizadas no mercado entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016.

- A sexta operação foi realizada em 28 de setembro de 2015, em virtude do fechamento da operação avençada no Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças datado de 19 de junho de 2015, aperfeiçoando, dentre outras, a alienação, pela Companhia para a JBS S.A., de determinados direitos e participações societárias em sociedades do seu grupo que detém a unidade de negócios Moy Park, juntamente com as Notas Adicionais a ela atreladas, deixaram de compor o balanço consolidado da Companhia;
- A sétima operação foi concluída em junho de 2014 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$850 milhões de Senior Notes, com cupom de 6,875% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em dezembro de 2014 e vencimento de principal em 5 anos (Jun/2019), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B pela Standard&Poors. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd. e seus recursos destinaram-se à redução do custo e o alongamento do perfil do endividamento ("Sétima Emissão").

Em 29 de setembro de 2015, a Marfrig Holdings (Europe) B.V. e a Marfrig Overseas Limited anunciaram ainda a oferta de compra à vista das *Senior Notes* referentes à Sétima Emissão ("Oferta II") e à Terceira Emissão ("Oferta III") ambas de emissão da Marfrig Holdings (Europe) B.V.; e pela Marfrig Overseas, referente à Segunda Emissão ("Oferta IV"), Oferta II, Oferta III e Oferta IV no montante total de até US\$500 milhões, com a possibilidade de incremento de até US\$150 milhões. Oferta II, Oferta III, Oferta III e Oferta IV, em conjunto "Ofertas";

Em 28 de outubro de 2015 a Companhia comunicou ao mercado a liquidação das Ofertas de Compra à Vista das Senior Notes, sendo que um total de principal de US\$406,5 milhões foram aceitas para aquisição e pagas nos termos das Ofertas de Compra de 29 de setembro de 2015 e 14 de outubro de 2015. Desse montante, foram liquidados US\$138,9 milhões com vencimento em 2019, emitidos pela subsidiária Marfrig Holdings (Europe) B.V.

Em abril de 2016, a Companhia comunicou a recompra e o cancelamento de notas no montante de US\$50,7 milhões por intermédio de compras realizadas no mercado entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016.

• A oitava operação foi concluída em maio de 2016 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$750 milhões de Senior Notes, com cupom de 8,00% a.a. e yield de 8,25% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em dezembro de 2016 e vencimento de principal em 7 anos (Jun/2023), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd. e seus recursos

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

destinaram-se à redução do custo e o alongamento do perfil do endividamento ("Oitava Emissão").

Em 29 de junho de 2016, a Marfrig Global Foods S.A. comunicou uma emissão adicional de *Senior Notes* atreladas à Oitava Emissão, no valor total de US\$250 milhões. As Notas Adicionais, com vencimento em 08 de junho de 2023, foram emitidas com yield de 7,625% a.a. e receberam classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e de "B+" pela Standard & Poors ("S&P") e Fitch, ambas com *outlook* positivo. A operação realizada ao final de junho foi liquidada em julho de 2016.

# 20.2. Garantias dos empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Saldo de financiamentos	1.081.976	933.798	10.893.838	11.885.300
Garantias:				
Nota Promissória	195.692	154.228	197.136	155.672
Duplicatas	42.978	65.243	42.978	65.243
Fiança Bancária	104.043	-	107.719	-
Aval	339.826	388.860	480.567	388.860
Bem Financiado	63	81	63	81
Documentos de exportação	-	-	60.843	83.065
Instalações	-	1.855	-	90.658
Aplicação Financeira	5.358	8.745	5.358	8.745
Hipoteca	-	-	60.752	50.801
Sem Garantias	394.016	314.786	9.938.422	11.042.175

## 20.3. Covenants

Os contratos de empréstimos e financiamentos são pautados, na sua forma mais restritiva, em relação ao nível de endividamento consolidado, pelo covenant de 4,75x, como quociente máximo da divisão entre a Dívida Líquida e o EBITDA anualizado (últimos doze meses).

O cronograma de vencimentos está apresentado na nota explicativa nº 21.

A penalidade ao não cumprimento desse *covenant* é a mesma aplicada no mercado financeiro em geral, ou seja, não sendo respeitado esse limitador, o vencimento da dívida passa a ser antecipado, devendo ser reclassificada para o passivo circulante.

O indicador de alavancagem é calculado conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/16
Dívida bruta Consolidada	11.150.401
(-) Disponibilidade Consolidada	5.278.641
Divida líquida Consolidada	5.871.760
Ebitda (LTM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 Quociente de Ebitda	1.574.529
Divida líquida Consolidada	5.871.760
(-) Efeito de variação cambial <i>(carve-out)</i>	2.094.275
Divida líquida Consolidada Ajustada	3.777.485
Indicador de alavancagem	2,40

Conforme nota explicativa nº 35.6 - Gestão de Capital, em função das disposições contratuais (*carve-out*) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/*EBITDA* LTM), a Companhia esclarece que por tal metodologia o atual índice de alavancagem (dívida líquida/*EBITDA* LTM), ficou em 2,40x.

# 21. Debêntures a pagar e juros sobre debêntures

	Controladora		Consolidado	
•	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Debêntures a pagar	570.000	570.000	-	-
(-) Custo emissão de debêntures	(65)	(124)	-	-
Juros debêntures conversíveis e não conversíveis	343.146	330.096	301.839	288.789
(-) IRRF sobre juros debêntures	(45.276)	(51.982)	(45.276)	(51.982)
	867.805	847.990	256.563	236.807
Passivo Circulante - Juros sobre debêntures	297.870	278.114	256.563	236.807
Passivo Não Circulante - Debêntures a pagar	569.935	569.876	-	-

A Companhia apoiada pelos seus assessores financeiros estruturou durante o 2° trimestre de 2013 uma emissão de debêntures não conversíveis com vencimento em 22 de janeiro de 2019, no montante de R\$570.000. Esta operação formalizou o processo de internalização de parte do recurso financeiro oriundo de *Senior Notes*, emitidas por sua subsidiária Marfrig Holdings (Europe) BV., em janeiro de 2013. A operação foi estruturada de forma a não causar efeito nas demonstrações consolidadas da Companhia.

A Companhia não possui cláusula de repactuação das debêntures e, dessa forma, entende não ser necessária a divulgação das informações requeridas pelo item 18.4.1 do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/07 nas notas explicativas das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Também estão provisionados juros de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações conforme nota explicativa nº 24.

O montante de empréstimos e financiamentos, debêntures e juros sobre debêntures é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Moeda nacional			·	
Empréstimos e financiamentos	388.411	549.901	407.184	574.606
Juros sobre debêntures	297.870	278.114	256.563	236.807
Debêntures a pagar	569.935	569.876	-	-
	1.256.216	1.397.891	663.747	811.413
Moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	693.565	383.897	10.486.654	11.310.694
	693.565	383.897	10.486.654	11.310.694
	1.949.781	1.781.788	11.150.401	12.122.107

A seguir está apresentado o cronograma de empréstimos e financiamentos, debêntures e juros sobre debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
				_
2016	-	796.455	-	2.009.218
2017	1.120.887	366.604	1.454.602	1.011.436
2018	258.933	48.827	1.221.747	2.330.304
2019	569.948	569.889	2.131.263	2.591.132
2020	12	12	1.906.145	3.215.980
2021	1	1	84.608	104.330
2022	-	-	1.205.773	858.817
2023	-	-	3.146.263	890
Total	1.949.781	1.781.788	11.150.401	12,122,107

## 22. Arrendamentos a pagar

A Companhia é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento operacional ou financeiro:

## 22.1. Arrendamento financeiro

Tendo em vista a NBC TG 06/R2 (Deliberação CVM 645/10) - operações de arrendamento mercantil, as operações de arrendamento financeiro

Passivo Não Circulante

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

(leasing financeiro) passaram a ser reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem arrendado no ativo imobilizado, de acordo com o exposto na nota explicativa nº 14, quanto às garantias das operações de arrendamento financeiros tratam-se dos próprios bens arrendados:

		Controladora				
Linha de Crédito	Encargo: (% a.a.)	•	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 31/12/16	Futuros Pagamentos 31/12/16	Saldo 31/12/15
Moeda nacional			-		,	
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Tax	a 13,53%	0,6	42	40	407
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informática	CDI + Tax	a 16,70%	1,2	4.336	4.034	10.359
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	CDI + Tax	a 13,50%	0,4	293	284	1.375
Juros Financeiro a incorrer				(887)	-	(2.201)
AVP Arrend. Financ.Leasing				(312)	-	(1.163)
Total moeda nacional			=	3.472	4.358	8.777
Total Controladora			-	3,472	4,358	8.777
Passivo Circulante				2.808		5.491
Passivo Não Circulante				664		3,286
		Consolidado				
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 31/12/16	Futuros Pagamentos 31/12/16	Saldo 31/12/15
Moeda nacional		,				
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	13,53%	0,6	42	40	407
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informática	CDI + Taxa	16,70%	1,2	4.336	4.034	10.359
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	CDI + Taxa	13,50%	0,4	293	284	1.375
Juros Financeiro a incorrer				(887)	-	(2.201
AVP Arrend.Financ.Leasing				(312)	<u> </u>	(1.163
Total moeda nacional				3,472	4,358	8.777
Moeda estrangeira						
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	Taxa	3,35%	2,0	35.024	41.286	52.909
Total moeda estrangeira			_	35.024	41.286	52,909
Total Consolidado			<u> </u>	38.496	45.644	61,686
Passivo Circulante				11.936		38,166

Os arrendamentos financeiros a pagar foram atualizados a valor presente, na data de registro inicial, de acordo com a NBC TG 12 (Deliberação CVM 564/08) - ajuste a valor presente, conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.15.

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

23,520

26.560

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Moeda nacional				
Até 1 ano	2.808	5.491	2.808	5.491
De 1 ano até 5 anos	664	3.286	664	3.286
Total moeda nacional	3.472	8.777	3.472	8.777
Moeda estrangeira				
Até 1 ano	-		9.128	32.674
De 1 ano até 5 anos	-	-	25.896	20.235
Total moeda estrangeira	-	-	35.024	52.909
Total	3.472	8.777	38.496	61.686

O cronograma do valor dos futuros pagamentos do arrendamento mercantil financeiro:

Controladora		Consolidado		
31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	
3.516	6.814	3.516	6.814	
842	4.165	842	4.165	
4.358	10.979	4.358	10.979	
-	-	10.139	34.621	
	-	31.147	21.678	
	-	41.286	56,299	
4.358	10.979	45.644	67.278	
	31/12/16 3.516 842 4.358	31/12/16 31/12/15  3.516 6.814 842 4.165  4.358 10.979	31/12/16     31/12/15     31/12/16       3.516     6.814     3.516       842     4.165     842       4.358     10.979     4.358       -     -     10.139       -     -     31.147       -     -     41.286	

# 22.2. Arrendamento operacional

A seguir está apresentado o demonstrativo de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2016:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Cc	ntroladora				
Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Valor total arrendado	Montante despesa em 31/12/16
	Moeda nacional					
LEONI EMPREEND IMOBIL	Planta frigorifica	01/01/14	IGP-M ano	3,0	2.520	528
BRASIL FOOD SERV. GROUP .SA BFG	Planta frigorifica	01/10/14	IGP-M ano	3,0	70.848	13.906
URUPA IND E COM DE ALIM LTDA	Planta frigorifica	01/10/15	IGP-M ano	3,8	19.800	3.960
TOTAL S/A	Planta frigorifica	01/07/16	IGP-M ano	5,2	105.860	8.409
	Total moeda nacional			•	199.028	26.803
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	3,04%	1,8	7.823	1.151
	Total moeda estrangeira				7.823	1,151
	Total moeda nacional e estrangeira			•	206.851	27.954

	Со	nsolidado				
Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Valor total arrendado	Montante despesa em 31/12/16
	Moeda nacional	-				
LEONI EMPREENDIMENTOS IMOB.	Planta frigorifica	01/01/14	IGP-M ano	3,0	2.520	528
BRASIL FOOD SERV. GROUP .SA BFG	Planta frigorifica	01/10/14	IGP-M ano	3,0	70.848	13.906
URUPA IND E COM DE ALIM LTDA	Planta frigorifica	01/10/15	IGP-M ano	3,8	19.800	3.960
TOTAL S/A	Planta frigorifica	01/07/16	IGP-M ano	5,2	105.860	8.409
	Total moeda nacional				199.028	26.803
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	3,04%	1,8	7.823	1.151
Bank of America	Aeronave	15/04/11	6,61%	8,0	101.032	7.381
Ford Motor Credit CO.	Veículos	28/07/15	0,19%	0,5	213	204
Diversos arrendadores	Imóvel	05/11/16	Prazo fixo	9,4	42.182	20.467
Diversos arrendadores	Maq. e Equip.	22/12/16	Prazo fixo	7,1	280.691	29.599
Diversos arrendadores	Veículos	25/12/16	Prazo fixo	6,0	45.438	6.064
	Total moeda estrangeira			•	477.379	64.866
	Total moeda nacional e estrangeira				676,407	91.669

O cronograma de vencimentos do saldo do arrendamento operacional a pagar é o seguinte:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado	
	31/12/16	31/12/16	
	(a valor presente)	(a valor presente)	
Moeda nacional			
Até 1 ano	23.294	23.294	
De 1 ano até 5 anos	66.401	66.401	
Total moeda nacional	89.695	89.695	
Moeda estrangeira			
Até 1 ano	1.190	70.313	
De 1 ano até 5 anos	892	263.120	
Mais de 5 anos	-	38.083	
Total moeda estrangeira	2.082	371.516	
Total	91.777	461.211	

Os arrendamentos mercantis operacionais contratados pela Companhia não apresentam quaisquer restrições ou contingências, tendo sido celebrados de acordo com as práticas convencionais de mercado, havendo, em alguns casos, cláusulas de reajuste durante a vigência do contrato.

Os valores dos bens arrendados são calculados a um custo definitivo total, que inclui custos de transporte, tributos e documentação. Sobre o valor do custo definitivo total calcula-se o valor das contraprestações, aplicando-se um percentual pré-definido para cada contrato.

Em caso de rescisão, a arrendadora terá a opção de cumulativamente: (i) rescindir unilateralmente de pleno direito o contrato de arrendamento; (ii) pleitear pela devolução dos bens arrendados; e (iii) declarar o vencimento antecipado do contrato de arrendamento mercantil. Nesse caso a arrendatária obriga-se a pagar o valor do saldo devedor das parcelas não quitadas, incluindo vencidas e vincendas, além de eventuais despesas, tributos e encargos em aberto, acrescidos de multa de 10% sobre o saldo devedor. A arrendatária, sem prejuízo da arrendadora, poderá pleitear perdas e danos.

Em relação à opção de renovação, a arrendatária deve manifestar previamente sua intenção, no silêncio prorroga-se automaticamente a renovação cujas condições devem ser ajustadas entre as partes. Caso não haja um ajuste entre as partes, a arrendatária deverá optar pela compra a valor de mercado ou devolver os bens.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

## 23. Títulos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Títulos a pagar investimentos Brasil (a)	431.230	428.692	431.230	428.692
Títulos a pagar - Patrocínios (b)	-	50.000	-	50.000
Operações de mercado a pagar (c)	314.169	525.174	405.473	643.418
Partes relacionadas (d)	8.780.070	9.369.243	-	-
Titulos a pagar desinvestimentos (e)	-	-	-	98.525
Outros	23.788	29.787	24.165	34.484
	9.549.257	10.402.896	860.868	1.255.119
Passivo circulante	306.056	190.397	372.607	323.645
Passivo não circulante	9.243.201	10.212.499	488.261	931.474

- (a) O valor apresentado refere-se substancialmente a aquisição do total de ações da empresa Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda., conforme descrito na nota explicativa nº 13.4.
- (b) Em 08 de março de 2010, a Companhia firmou contrato com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), para patrocínio das Seleções Brasileiras de Futebol, envolvendo todas as equipes de futebol masculina e feminina, das diferentes categorias coordenadas por ela ("Seleções").
  - O contrato permitia divulgar o patrocínio das "Seleções" por meio de exposição e associação às várias marcas de titularidade da MARFRIG. Houve rescisão do referido contrato e as partes estão discutindo em juízo os termos da referida rescisão.
  - Em 2016 esse montante foi reclassificado para provisões cíveis, conforme descrito na nota nº 25.1.3.
- (c) Na nota explicativa nº 35 apresentamos detalhadamente as operações com instrumentos financeiros praticados pela Companhia. A Companhia e suas Controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação de taxas de juros e variação dos preços de commodities. Esses valores representam o montante de derivativos a pagar;
- (d) Na nota explicativa nº 10.1 apresentamos a composição detalhada do saldo.
- (e) Os valores apresentados referem-se ao ajuste de preço na venda do grupo Moy Park, conforme descrito na nota explicativa nº 13.3. Foram desembolsados durante este exercício US\$25 milhões (R\$84 milhões).

## 24. Instrumento mandatório conversível em ações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Instrumento mandatório conversível em ações	2.150.000	2.150.000	2.150.000	2.150.000
Cancelamento de debentures	(450)	(450)	(450)	(450)
Gastos com emissão	(58.421)	(50.832)	(58.421)	(50.832)
Amortização dos gastos com emissão	56.263	31.002	56.263	31.002
_	2.147.392	2.129.720	2.147.392	2.129.720

A Companhia, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações (Instrumento Mandatório) da Marfrig Global Foods S.A.", emitiu 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, com o valor nominal unitário de R\$10, no valor total de R\$2.500.000. O Instrumento Mandatório foi emitido em 15 de julho de 2010 por intermédio de subscrição privada, com prazo de 60 meses, anualmente corrigidos por uma taxa de juros à razão de 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de um *spread* de 1% (um por cento). A remuneração do Instrumento Mandatório está classificada no passivo circulante e tem seu pagamento garantido por fiança bancária prestada pelo Banco Itaú BBA S.A. A totalidade das 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures foram subscritas, sendo o principal debenturista o BNDES Participações S.A.

Conforme definido na referida escritura de emissão e ressalvadas as hipóteses de conversão voluntária, o preço de conversão será o menor valor dentre os seguintes itens: (i) R\$21,50, acrescido do percentual de juros efetivamente pagos aos debenturistas sobre o valor nominal da emissão e subtraído dos proventos distribuídos a cada ação, ambos corrigidos pelo CDI desde a data do seu efetivo pagamento, no caso dos juros das debêntures, ou da data ex-proventos, no caso dos proventos, até a data da conversão; e (ii) o maior valor entre o preço de mercado e R\$24,50, este último sem ajuste por proventos em dinheiro ou atualização monetária.

A Companhia, com base na essência da operação (*equity*) e nas características da mesma, registrou, inicialmente, o Instrumento Mandatório (principal) como Reserva de Capital, classificado no Patrimônio Líquido. Todavia, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através do Ofício/CVM/SEP/GEA-5/n° 329/2012, datado de 10 de outubro de 2012, manifestou-se a respeito desse instrumento, determinando: (i) a reclassificação da contabilização do Instrumento Mandatório, e (ii) que fossem reapresentadas as demonstrações contábeis de 2011, comparadas as demonstrações de 2010. A Companhia acatou a determinação da CVM, procedendo à reclassificação integral do Instrumento Mandatório para rubrica contábil específica no passivo não circulante. A contabilização anterior estava amparada por pareceres contábeis e jurídicos emitidos especificamente para a matéria.

A referida reclassificação não alterou qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatório e não teve efeito sobre o endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida e seus *covenants* financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatório não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes, mas apenas em ações ordinárias de emissão da própria Companhia.

A Companhia incorreu em R\$12.328 de gastos com emissão do Instrumento Mandatório, registrados inicialmente como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Houve renovações anuais da fiança, desta forma, o gasto com emissão de Instrumento Mandatório passou a ser de R\$41.180 em 30/06/2014. Esses gastos também foram

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

reclassificados para o passivo não circulante, como redutor da rubrica de "Instrumento Mandatório Conversível em Ações". Por determinação da Companhia, este valor passou a ser amortizado mensalmente.

Em virtude da integralização das referidas debêntures realizada pelo BNDES Participações S.A., a MMS Participações Ltda. e o BNDES Participações S.A. firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Global Foods S.A.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, de titularidade do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, em 43.750.000 (quarenta e três milhões, setecentos e cinquenta mil) ações de emissão da Companhia, nos termos do item III.16.11 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da Marfrig Global Foods S.A.", celebrado entre a Companhia e a Planner Trustee DTVM Ltda., em 22 de julho de 2010 e conforme Fato Relevante divulgado em 24 de outubro de 2012.

As ações dessa conversão têm as mesmas características e condições e gozam de todos os direitos e vantagens legais e estatutariamente atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em decorrência da referida conversão de debêntures, houve aumento relevante da participação acionária do acionista BNDESPAR, que passou a deter ações ordinárias que representam 19,63% do Capital Social total da Companhia.

Em 06 de janeiro de 2014 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a submissão à Assembleia Geral de Acionistas da proposta para realização da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples Conversíveis em Ações, da Espécie sem Garantia, em Série Única, no montante total de R\$2.150.000 (5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia).

Em 22 de janeiro de 2014 os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram a referida 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, no montante total de R\$2.150.000, em série única, com a emissão de 215.000 mil debêntures ao valor unitário de R\$10 cada uma, corrigidos por uma taxa de juros à razão de 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de um spread de 1% (um por cento). Os Juros são pagos anualmente, nas seguintes datas: 25/01/2015, 25/01/2016; sendo que a última data de pagamento coincide com a Data de Vencimento, em 25/01/2017. A mencionada 5ª Emissão tinha por destinação, nos limites previstos na respectiva escritura, o resgate total das debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia.

A 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, da mesma maneira, é mandatoriamente conversível em ações da Companhia na Data de Vencimento, com preço de conversão equivalente ao menor valor entre: (i) R\$21,50, anualmente corrigido por uma taxa de juros equivalente a CDI+1%, deduzidos de toda ou qualquer remuneração recebida pelos acionistas (dividendos ou Juros

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

sobre Capital Próprio), ou (ii) o maior valor entre o preço de mercado, este definido na escritura como a média ponderada do preço de mercado da ação MRFG3 das negociações no mercado à vista na BM&FBOVESPA nos 60 (sessenta) pregões que antecedem a data de conversão, e R\$21,50 (sem ajustes por proventos em dinheiro ou atualização monetária).

Em 17 de março de 2014, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado em que tratou da conclusão do processo de emissão e subscrição de sua 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis, tendo sido subscritas o total de 214.955 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10, conforme informações recebidas do banco mandatário - Itaú Unibanco S.A., e canceladas, pela Companhia, 45 debêntures não subscritas.

Em 28 de março de 2014 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, conforme deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, realizada em 22 de janeiro de 2014, de um total de 215.000 debêntures da 2ª Emissão: a) 214.900 foram utilizadas pelos respectivos debenturistas para integralizar debêntures da 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia; e b) 100 debêntures remanescentes foram resgatadas, em sua totalidade, na presente data, o que resultou no cancelamento de todas as 215.000 debêntures da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia e o consequente encerramento da referida 2ª Emissão de Debêntures.

Por fim, em 25 de janeiro de 2017, os instrumentos mandatórios, pertencentes ao BNDES, foram integralmente convertidos, conforme nota explicativa nº 39.

## 25. Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis

## 25.1. Provisões

A Companhia e suas Controladas são partes em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas cível, administrativa, tributária, previdenciária, e trabalhista, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Trabalhistas e previdenciárias	42.292	30.422	52.931	31.321
Fiscais	1.758	1.758	1.758	1.758
Cíveis	32.941	13.109	33.050	13.140
	76.991	45.289	87.739	46.219

A seguir está apresentada a movimentação das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado				
	Trabalhista e				Trabalhista e			
	previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total	previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30.422	1.758	13.109	45.289	31.321	1.758	13.140	46.219
Adição	-	-	50.000	50.000	25.736	-	50.123	75.859
Reversão	(8.228)		(30.213)	(38.441)	(8.228)	-	(30.213)	(38.441)
Ganho/Perda na conversão	-		-		523	-	-	523
Reversão pela alienação de investimentos	-		-		3.579	-	-	3.579
Incorporação de subsidiária	20.098	-	45	20.143		-		-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	42,292	1.758	32,941	76.991	52.931	1.758	33.050	87.739

## 25.1.1 Trabalhistas e previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas Controladas eram rés em diversas reclamações trabalhistas. Baseado no histórico passado de pagamentos da Companhia e de suas Controladas foram constituídas provisões no valor de R\$52.931. Na opinião da Administração e dos assessores legais este valor é considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas. A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas Controladas se referem a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, risco ergonômico entre outros. Na opinião da Administração da Companhia, nenhuma das reclamatórias trabalhistas é individualmente relevante.

## 25.1.2 Fiscais

A Companhia para provisão de contingências fiscais provisiona como reserva para riscos não materializados o valor total de R\$1.758.

## 25.1.3 Cíveis

Em 31 de dezembro de 2016 a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão no montante das ações classificadas como de risco provável, totalizando R\$33.050. As ações cíveis da Companhia e de suas Controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias. Dentre a rescisão de contrato para patrocínio das Seleções Brasileiras de Futebol, firmado com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

# 25.2 Passivos Contingentes

Os passivos contingentes, que não são sujeitos ao registro contábil, conforme as normas vigentes são demonstradas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/16	31/12/16 31/12/15		31/12/15	
Trabalhistas e previdenciárias	223.074	95.377	225.619	123.637	
Fiscais	1.416.072	981.409	1.418.198	1.076.778	
Cíveis	881	430	881	852	
	1.640.027	1.640.027 1.077.216		1.201.267	

## 25.2.1 Trabalhistas e previdenciárias

As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas envolvem tipicamente temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, risco ergonômico entre outros, que individualmente não são relevantes.

## **25.2.2** Fiscais

A seguir estão apresentadas as principais matérias em discussão judicial de natureza fiscal que na opinião da Administração e dos nossos assessores legais estão classificadas como perda possível para a Companhia e suas Controladas.

## a) Impostos e Contribuições federais

Em 31 de dezembro de 2016 constam processos administrativos e judiciais movidos pelos órgãos da União pelo valor total histórico de R\$681.471, exigindo:

- (i) Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, esse processo refere-se a pedido de restituição, pelo valor total histórico de R\$68.552, para os quais não foi constituída provisão, uma vez que, com base na opinião dos assessores jurídicos, a chance de perda nestes processos são classificadas como possível. Foram apresentadas defesas administrativas, pendentes de julgamento definitivo, alegando a inexigibilidade por incorreção em suas bases de cálculos e presunção dos valores pela fiscalização;
- (ii) CSLL e IRPJ auferidos em decorrência de apuração de lucros de empresas Controladas no exterior no valor histórico de R\$37.279, objeto de defesa administrativa sob alegação de desrespeito ao princípio da competência, inconstitucionalidade de dispositivo de lei (art. 74 da MP 2158-35/2011) e afronta a acordos de bitributação firmados pelo Brasil, onde também não foi constituída provisão, face a chance de perda possível;
- (iii) IRPJ e CSLL Ausência de adição ao lucro líquido, na determinação do lucro real, e da base de cálculo da CSLL, dos lucros auferidos no exterior por filiais, sucursais, controladas ou coligadas, apurados no ano de 2008, no valor histórico de R\$38.094. Foi apresentada defesa

- administrativa. Importante destacar, que não se trata de débito tributário, e sim de glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, o efeito no ativo diferido é o montante indicado como valor da causa;
- (iv) Ausência de adição no lucro real e na base da CSLL de Lucros no exterior relativo ao ano calendário de 2009, glosas de amortização de ágio e ausência de oferecimento a tributação de juros decorrentes de contratos de mutuo ativos com controladas no exterior, no valor histórico de R\$83.910. Foi apresentada defesa administrativa;
- (v) Glosa de saldo negativo de IRPJ de 2008, com homologação parcial das compensações realizadas, em razão do não reconhecimento de parte do crédito foi constituído débito no valor histórico de R\$24.980, em face de referida glosa foi apresentada manifestação de inconformidade, a fim de que seja reconhecido a totalidade dos créditos da Companhia;
- (vi) Glosa de saldo negativo de IRPJ de 2007, cujas glosas de compensações perfazem débito no valor histórico de R\$37.337, sendo as mesmas decorrentes de suposta utilização de crédito indevido para quitação das estimativas mensais formadoras do saldo negativo;
- (vii) Glosa de valores deduzidos da base de cálculo do IR, e da CSLL a título de juros sobre o capital próprio e glosa a título de RTT de valores de "ajuste valor presente", "gasto com emissão de ações", "amortização de ágio", "ativo biológico", "custo transação financeira" e "combinação de negócios", no valor histórico de R\$84.633;
- (viii) A Companhia possui ação de cobrança relativa à exigência de contribuição adicional ao SENAI, no valor histórico de R\$689. Referida ação aguarda a apreciação de contestação e laudo pericial apresentados pela empresa;
- (ix) A Companhia possui auto de infração relativo à exigência de contribuição adicional ao SENAI, no valor histórico de R\$1.213, por suposto enquadramento incorreto no que tange a atividade de seus estabelecimentos;
- (x) A Companhia possui Auto de Infração no valor de R\$1.487, referido auto foi lavrado em razão da suposta insuficiência de créditos de PIS/COFINS não-cumulativo mercado interno e externo (1º trimestre/2010 a 2º trimestre/2011), para extinção dos débitos de PIS/COFINS declarados em Dacon. Na impugnação apresentada foi requerido o sobrestamento do julgamento da impugnação até análise final de cada um dos pedidos de ressarcimento, onde restará comprovada a existência de créditos;
- (xi) A Companhia possui processos administrativos, decorrentes de compensações de créditos de tributos federais com débitos

previdenciários, no valor de R\$7.144 e R\$2.659, respectivamente. As empresas possuem medida judicial que discute o seu direito à compensação;

- (xii) A Companhia e sua Controlada Pampeano possuem débitos de tributos federais, cujas cobranças por processo não são de materialidade relevante individualmente, os quais representam em sua totalidade o valor de R\$142.460;
- (xiii) A Companhia possui Execuções Fiscais que visam a cobrança de débitos previdenciários no período compreendido entre 12/2013 a 11/2014, no valor histórico de R\$147.233. A despeito de referida exigência, há pleito de liquidação de referidos débitos por meio de procedimento de compensação de ofício com lastro em decisão proferida em demanda judicial específica, que reconheceu tal direito, bem como parte dos débitos que compõe referidas execuções (serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho e FUNRURAL) não podem ser objeto de cobrança em dívida ativa vez que no que tange aos débito referentes a serviços tomados de cooperativa as empresas possuem decisões favoráveis já transitadas em julgado e no que se refere ao FUNRURAL possuem decisões que suspendem a exigibilidade da cobrança;
- (xiv) A Companhia é parte em Execução Fiscal Federal, no valor histórico de R\$3.801, na qual lhe foi atribuída responsabilidade solidária por suposta sucessão, independentemente da discussão acerca da sucessão, há questão preliminar no que tange a prescrição ao direito da Fazenda de redirecionar a exigência contra a Marfrig.

A Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 12.996/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS COPA. Foram objeto de referido parcelamento débitos: i) de contribuições previdenciárias, ii) decorrentes de compensação não homologadas e iii) relativos a PIS/COFINS Importação, os quais encontram-se valorados na nota explicativa nº 19 - Impostos, taxas e contribuições.

A referida adesão foi materializada com créditos tributários homologados e disponíveis que em 30 de setembro de 2014, estavam devidamente suportados por decisão judicial.

A Pampeano, também aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 12.966/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS DA COPA, os débitos objeto de adesão referem-se a contribuições previdenciárias, as quais encontram-se valoradas na nota explicativa nº 19 - Impostos, taxas e contribuições.

 b) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS

Em 31 de dezembro de 2016 constam processos administrativos e judiciais pelo valor total histórico de R\$736.007, exigindo:

- As discussões de ICMS envolvendo a Companhia nos processos (i) administrativos movidos pelas Fazendas dos Estados de São Paulo, Goiás, Bahia, Rio Grande do Sul, Rondônia e Ceará são relativas ao aproveitamento de créditos advindos da transferência mercadorias, questionamento da apropriação de crédito presumido proveniente de atividades de abate, descumprimento de obrigação acessória, emissão errônea de notas fiscais, crédito outorgado e não recolhimento do ICMS ST, questionamento de creditamento de ICMS na aquisição de gado bovino proveniente de outra unidade da federação, ausência de comprovação de exportação de mercadorias os quais montam o valor histórico de R\$60.161. Deste montante o valor de R\$13.226 foi objeto de medida judicial relativa a crédito outorgado pelo Estado de SP, com antecipação de tutela favorável suspendendo sua exigibilidade;
- (ii) A Companhia questiona a cobrança de recolhimento pela não comprovação de ingresso de mercadorias na Zona Franca de Manaus, pelo valor histórico de R\$969;
- (iii) No Estado de Mato Grosso as autuações referem-se à desconsideração de regime de estimativa firmado com o Estado, ausência de emissão de documento fiscal eletrônico, emissão irregular de documento fiscal e comprovação de exportação, no valor de R\$3.751;
- (iv) Os processos de maior relevância referentes ao ICMS são movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo exigindo valores relativos ao crédito presumido de ICMS sobre notas-fiscais de transferências de mercadorias remetidas pelas filiais localizadas nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás às filiais localizadas no Estado de São Paulo "Guerra Fiscal". Os valores dos lançamentos correspondem à diferença entre o imposto destacado nos documentos de entrada de mercadorias no centro de distribuição e o cobrado no Estado de origem. O valor histórico total exigido nestes processos é de R\$547.048;
- (v) A Companhia possui Autos de Infração, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS lavrado pela Fazenda do Estado de São Paulo por suposta falta de recolhimento de ICMS-ST na entrada de mercadorias adquiridas junto a Produtores Rurais, entrega de GIA com informações incorretas, suposto creditamento indevido de crédito outorgado em valor superior ao estabelecido na legislação, deixar de proceder estorno de crédito de ICMS decorrente de saídas isentas e falta de recolhimento de ICMS para operações de exportação não realizada dentro do prazo legal, no valor histórico de R\$6.013;

- (vi) Possui também Auto de Infração para cobrança de ICMS lavrados pelo Estado de Rondônia relativo à glosa de créditos de ICMS em razão do descumprimento de obrigação acessória, erro na apuração da base de cálculo para o cálculo do ICMS, não inclusão do frete na base de cálculo do ICMS no valor da prestação do serviço de transporte, circulação de mercadoria com nota considerada inidônea, não observância do preço mínimo de pauta no Estado e omissão da declaração do ICMS na Declaração Periódica de Apuração DIP, acarretam em autuação para cobrança do imposto, os quais montam o valor histórico de R\$347;
- (vii) Autos de infração para cobrança de ICMS lavrados pelos Estado de Goiás relativos a glosa de créditos de ICMS em razão do descumprimento de obrigação acessória, erro na apuração da base de cálculo para cálculo do valor devido à título de ICMS, falta de estorno do crédito outorgado na operação de saída em razão da devolução da mercadoria, falta de estorno de crédito de ICMS relativo a aquisição de insumos/mercadorias em proporção ás saídas, não comprovação de exportação de mercadorias enviadas para o exterior, os quais montam o valor histórico de R\$117.706;
  - (viii) A controlada Pampeano possui Auto de Infração, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS lavrado pela Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS, sob a suposta emissão de nota fiscal sem destaque de ICMS na saída de mercadorias daquele Estado, o qual monta o valor histórico de R\$12.

## c) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui Autos de infração lavrados pelo Município de Santo André e pelo Município de Mineiros/GO que visam a cobrança de ISSQN, em razão de suposta retenção e não recolhimento de referido crédito tributário incidente sobre a prestação de serviços tomados no valor histórico de R\$720.

## 25.2.3 Cíveis

As ações cíveis da Companhia e de suas Controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórios, que individualmente não são relevantes.

## 25.3 Informações Adicionais Passivos Contingentes

## 25.3.1 Risco Remoto

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia baseada na opinião da Administração e de seus assessores legais classificou o montante de R\$237.061 como de Risco Remoto, não fazendo parte do saldo informado na nota explicativa 25.2 - Passivo Contingente - Fiscais.

- (i) Contribuições destinadas a Seguridade Social ao FUNRURAL e ao GILRAT três autos de infração, o primeiro referente ao ano de 2006 e 2007, o segundo referente ao ano de 2008 e o terceiro referente aos anos de 2009 e 2010, no valor , no valor histórico de R\$237.061, em todos os autos foram apresentadas defesas administrativas alegando a inconstitucionalidade de referida contribuição com base em decisão do STF cuja aplicação na instância administrativa encontra-se respaldada no artigo 26 A do Decreto 70.235/72;
- (ii) Referente aos processos administrativos e judicias federais considerados como de risco remoto, conforme anteriormente descritos na nota explicativa nº 22.3 do período findo em 30 de junho de 2014, a Companhia e sua Controlada MFB aderiram ao parcelamento previsto na Lei nº 12.966/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 REFIS DA COPA, os débitos objeto de adesão referem-se a contribuições previdenciárias e à exigência de PIS/COFINS Importação, as quais encontram-se valoradas na nota explicativa nº 19 Impostos, taxas e contribuições.

# 25.3.2 Investigações em curso

## a) Operação Acrônimo

Em relação a Operação Acrônimo, a companhia prestou todas as informações solicitadas pelas Autoridades Públicas e vem acompanhado o Inquérito Policial em curso, não havendo, até o presente momento, nenhuma acusação formal, indiciamento ou denuncia de quaisquer de seus executivos e membros do conselho. O Departamento de *Compliance* interno avaliou os fatos e documentos relacionados ao mérito da investigação e concluiu pela inocorrência de irregularidades nos atos em que a Companhia está sendo investigada. A despeito de tais conclusões mencionadas acima, a Companhia se dispôs a colaborar tanto com a Policia Federal, bem como com o Ministério Público Federal, no sentido de esclarecer os fatos e fornecer todas as informações/documentos necessários.

# b) Operação Cui Bono

A respeito da Operação Cui Bono, a Companhia também vem colaborando com o Ministério Público Federal e demais Autoridades Públicas Federais, no sentido de averiguar os fatos mencionados no Inquérito Policial que trata do tema, restando por informar que nenhum de seus executivos e membro do conselho foram indiciados e/ou denunciados pelas Autoridades. No momento, o Departamento de *Compliance* interno abriu investigação interna, com objetivo de avaliar a existência ou não dos assuntos mencionados na investigação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Adicionalmente, a Companhia esclarece que divulga e monitora a aplicação de seu Código de Ética e Conduta, onde manifesta suas orientações de condutas corporativas e deixa claro que não admite a prática de crimes, atos ilegais e ilícitos, de qualquer natureza, por parte de seus executivos, membros dos conselhos, colaboradores, fornecedores e parceiros.

## 26. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Passivo

	Consolidado		
	Reclassificado		
	31/12/16	31/12/15	
Imposto de Renda	269.616	294.683	
	269.616	269.616 294.683	

O Imposto de Renda diferido passivo refere-se aos valores do Imposto calculado sobre as diferença temporárias, bem como os ganhos e perdas de conversão reconhecidos no passivo fiscal diferido, resultantes das conversões dos saldos em moeda estrangeira diferente da moeda funcional da Companhia, apurado nas controladas estrangeiras e que serão liquidados em períodos fiscais futuros.

Está apresentado a seguir a movimentação dos tributos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Consolidado		
Descrição	IRPJ	CSLL	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	294.683	-	
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	62.879	-	
Reversão de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	3.862	-	
Outros	(7.589)	-	
Ganho ou perda na conversão	(84.219)		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	269.616	-	

## 27. Patrimônio líquido

## 27.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$5.278.127 representado por 521.300.754 ações ordinárias, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2015 era de R\$5.276.678 representado por 520.747.405 ações). No âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias da Companhia, realizada em dezembro de 2012, foram emitidas 131.250.000 ações ordinárias ao preço total de subscrição de R\$1.050.000, conforme atas do Conselho de Administração datadas de 10 e 21 de dezembro de 2012. Conforme Ata da Reunião do Conselho de

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Administração de 30 de julho de 2012, procedeu-se ao cancelamento de 1.236.549 ações ordinárias nominativas que se encontravam em tesouraria. Com base na NBC TG 08 (Deliberação CVM 649/10) - custo de transação e prêmios na emissão de títulos e valores imobiliários, a Companhia registrou no patrimônio líquido os custos incorridos nos processos de captação de recursos (R\$108.210), através de emissão pública de ações e emissão privada de ações.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, de titularidade do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, em 43.750 milhões ações de emissão da Companhia, conforme nota explicativa nº 24.

No exercício de 2016, a Companhia realizou aumentos de Capital de 553.349 novas ações, no montante total de R\$1.449.038, para fazer face ao plano de outorga de opções de ações vigente ("Stock Option").

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, o Capital Social poderá ser composto, independentemente de reforma estatutária, no limite de até 630 milhões de ações ordinárias, incluindo o atual Capital Social, e nas condições que este vier a definir.

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o § 4°, do artigo n° 171, da Lei n° 6.404/76, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

As condições das emissões (preço e prazo) são definidas pelo Conselho de Administração.

A opção de compra de ações, os casos ou as condições em que os acionistas terão direito de preferência para subscrição, ou de inexistência desse direito, aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou sociedade sob seu controle está apresentada na nota explicativa nº 31.5.

Em 26 de janeiro de 2017 a Marfrig Global Foods comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em razão do vencimento final das debêntures conversíveis em 25 de janeiro de 2017, as 214.955 debêntures foram convertidas em 99.979.068 ações ordinárias, conforme nota explicativa nº 39.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

## 27.2. Reservas de lucros

## 27.2.1. Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente. Nos exercícios de 2016 e 2015 não houve constituição de reserva legal, devido a Companhia ter apurado prejuízo. Dessa forma, o saldo em 31 de dezembro de 2016 permaneceu em R\$44.476.

## 27.2.2. Ações em tesouraria

# Programa de recompra de ações

As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações foram mantidas em tesouraria para utilização no atendimento ao exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e/ou posterior cancelamento ou alienação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não há programa de recompra de ações em aberto e a Marfrig não adquiriu nenhuma ação.

## Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2016, a Marfrig mantinha 1.281 (um mil duzentos e oitenta e uma) ações ordinárias de sua emissão em tesouraria. As ações estavam registradas contabilmente pelo montante de R\$12 mil, o que corresponde ao custo médio por ação de R\$9,45 (nove reais e quarenta e cinco centavos).

O quadro a seguir demonstra a movimentação das ações em tesouraria no exercício:

Saldo e	m tesouraria	
	Quantidade	
	de ações	Valor (R\$ mil)
Saldo em 31/12/2015	58.550	554
(-) Alienação - Plano de Opções	(57.269)	(542)
Saldo em 31/12/2016	1.281	12

## 27.3. Outros resultados abrangentes

## 27.3.1. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa conta são reconhecidos, enquanto não computadas no resultado do exercício, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado sobre os investimentos em controladas detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de

alienação ou baixa do investimento. Nesta conta foram reconhecidos os efeitos de adoção do "deemed cost", operações de proteção à risco de taxa de juros da controladora e reflexo de suas controladas e diferenças cambiais de conversão de operações no exterior.

# 27.3.2. Ajuste acumulado de conversão

Nessa conta são registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações contábeis intermediárias de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

# 27.3.3. Valores no Patrimônio Líquido relacionados a ativos mantidos para venda

Em atendimento à NBC TG 31/R3 (Deliberação CVM 598/09) - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia segregou do saldo de outros resultados abrangentes demonstrado em seu patrimônio líquido os valores relativos aos ativos mantidos para venda.

# 27.4. Dividendos a pagar

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações contábeis da Companhia Controladora. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento do mesmo, além do dividendo mínimo obrigatório, é aprovada em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores, tais como: resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Companhia julgarem relevantes.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017 e, em vista do prejuízo apurado no exercício, não submeteu à AGO proposta de distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2016.

## 27.5. Juros sobre o capital próprio

Não foram declarados Juros sobre Capital Próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

## 27.6. Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido de subsidiárias da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

# 28. Receita líquida de venda

	Controladora		Consol	idado
				Reclassificado
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receita da venda de produtos				
Vendas no mercado interno	3.754.633	3.438.755	14.410.494	13.880.166
Vendas no mercado externo	2.552.772	2.909.452	5.386.739	6.104.138
	6.307.405	6.348.207	19.797.233	19.984.304
Deduções da Receita Bruta				
Impostos sobre vendas	(152.230)	(103.924)	(214.790)	(200.909)
Devoluções e abatimentos	(193.926)	(160.871)	(248.990)	(234.033)
	(346.156)	(264.795)	(463.780)	(434.942)
Receita operacional líquida	5.961.249	6.083.412	19.333.453	19.549.362

# 29. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Conso	lidado
•				Reclassificado
•	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Custos das vendas		·		
Custos dos estoques	4.659.556	4.677.021	14.735.719	15.108.036
Depreciação	128.302	111.019	342.567	337.918
Amortização	6.947	7.521	87.581	78.588
Salários e benefícios a empregados	278.223	268.018	1.991.506	1.725.394
•	5.073.028	5.063.579	17.157.373	17.249.936
Despesas administrativas				
Depreciação	9.242	7.730	13.652	10.845
Amortização	19.169	4.792	20.138	6.568
Salários e benefícios a empregados	50.822	65.527	256.251	251.667
Outros	19.976	(16.715)	157.670	151.238
•	99.209	61.334	447.711	420.318
Despesas comerciais				
Depreciação	335	255	831	466
Salários e benefícios a empregados	26.186	27.397	81.355	63.962
Fretes	252.285	209.247	341.137	304.071
Outros	70.040	58.718	176.425	203.162
	348.846	295.617	599.748	571.661

# 30. Resultado financeiro líquido

A Companhia apresenta a demonstração do resultado financeiro líquido, como segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
				Reclassificado
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receita Financeira				
Operações de mercado	247.763	100.841	291.983	325.451
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	103.930	42.930	147.030	99.334
Descontos Obtidos, outros	20.274	5.045	44.801	171.428
Total receita financeira	371.967	148.816	483.814	596.213
Variação cambial ativa	1.391.307	1.583.030	1.820.651	2.037.403
Despesa Financeira				
Juros Provisionados, debêntures e arrendamentos c/ instituições financeiras	(1.322.758)	(1.062.341)	(1.222.860)	(1.333.580)
Operações de mercado	(83.110)	(548.949)	(257.517)	(582.602)
Desp. Bancarias, Comissões, Tarifas, Desc.Financeiros e outros	(311.572)	(212.337)	(959.167)	(726.592)
Total despesa financeira	(1.717.440)	(1.823.627)	(2.439.544)	(2.642.774)
Variação cambial passiva	(1.404.020)	(2.278.525)	(1.899.631)	(3.090.269)
Resultado financeiro líquido	(1.358.186)	(2.370.306)	(2.034.710)	(3.099.427)

# 31. Remuneração dos Administradores

A política de remuneração visa estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos administradores do Grupo Marfrig, seja a de curto prazo como a de longo prazo (bônus e *stock option*).

A mesma visa impulsionar os executivos da Companhia a crescer e se desenvolver para atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos do negócio e reconhecer esse desempenho através do pagamento de Incentivo (curto prazo e longo prazo).

O Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos é o órgão que assessora o Conselho de Administração na avaliação da remuneração dos administradores. O comitê é formado exclusivamente por membros do Conselho de Administração da Companhia sendo um desses membros o Coordenador do Comitê.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

# 31.1. Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração é composta de uma parte fixa e uma parte variável.

Remuneração fixa - é fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração variável - Remuneração baseada em bônus de curto prazo ou em *stock option*.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

A composição da remuneração dos conselheiros é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento, para assim ser definida uma base de remuneração a ser validada pelo Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos da Marfrig Global Foods.

## 31.2. Diretores estatutários

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta de uma parte fixa e uma parte variável.

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração Variável - É composta de remuneração de curto prazo (bônus) e longo prazo (*stock option*) - As metas estabelecidas pela Companhia para avaliação dos Administradores, em geral, são compostas de objetivos econômicos e metas individuais.

O ganho no Plano de Opções de Ações está vinculado à valorização do preço da ação de mercado, ou seja, o que sua atuação individual e da Administração como um todo agregarem de valor à Companhia refletirá no seu ganho nesta modalidade de remuneração, mantendo ao mesmo tempo seu interesse alinhado com o da Companhia no longo prazo.

A remuneração por ações dos "Programas Específicos" tem como Preço de Exercício a base dos últimos 20 pregões anteriores ao primeiro dia útil de março de cada ano e preço de outorga com desconto de 50% a partir das concessões de 2010.

O exercício de cada concessão anual ("vesting") obedece aos seguintes critérios:

- 25% após 12 meses da concessão;
- 25% após 24 meses da concessão;
- 25% após 36 meses da concessão;
- 25% após 48 meses da concessão.

A composição da remuneração dos diretores é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento onde são estabelecidos critérios de medição de acordo com a representatividade do cargo na organização. As macropolíticas são aprovadas pelo Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.

# 31.3. Conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010. Na reforma do estatuto

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

promovida por intermédio da Assembleia Extraordinária de 11 de março de 2011, o Conselho Fiscal tornou-se órgão de funcionamento permanente.

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada anualmente e paga de forma mensal, não há remuneração variável.

# 31.4. Remuneração consolidada

A remuneração dos administradores e conselheiros compreende os rendimentos de seis membros do Conselho de Administração (os outros três membros optaram por não receber as remunerações como Conselheiros, sendo que um deles também é membro da Diretoria Estatutária, logo é remunerado por esse órgão), seis membros do Conselho Fiscal (sendo três membros suplentes) e cinco membros da Diretoria Estatutária.

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores e conselheiros da Companhia Controladora é definido por meio de práticas de mercado, com a participação do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos. O comitê é formado exclusivamente por membros do Conselho de Administração da Companhia sendo um desses membros o Coordenador do Comitê.

	31/12/16	31/12/15
Remuneração consolidada dos Administradores	23.655	24.255
Total	23.655	24.255

## 31.5. Plano de opção de compra de ações - STOCK OPTION PLAN

Em 29 de maio de 2009, foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, a reforma e consolidação do Plano de Opção de Compra de Ações (Plano), tendo como objetivos: (i) promover a geração de valor para os acionistas da Companhia, através do alinhamento dos seus interesses aos dos administradores, empregados e prestadores de serviços da Marfrig ou de suas sociedades Controladas e (ii) possibilitar maior nível de atração, retenção e motivação aos colaboradores considerados estratégicos.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes gerais e na legislação aplicável. As diretrizes gerais do plano estão divulgadas detalhadamente no Formulário de Referência da Companhia.

O Conselho de Administração pode criar programas de concessão de opção de compra de ações que terão condições específicas quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance a serem alcançadas, descontos nos preços de exercício da opção e demais condições ("Programas Específicos"). Programas Específicos foram criados em que o preço de exercício da Opção de Compra é equivalente ao valor médio das ações apurado nos últimos 20 (vinte) pregões na BM&FBOVESPA

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

S.A. anteriores à data base do primeiro dia útil de março de cada ano, sendo aplicado sobre este valor médio apurado desconto de 50%.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram transferidas 57.269 ações e emitidas 553.349 novas ações aos administradores da Companhia dentro dos planos de opção de ações. A movimentação nas opções exercidas ao longo do exercício é demonstrada nas tabelas a seguir:

Total de opções exercidas por mês

		Preço Médio de
	Quantidade de	Mercado 1
	ações exercidas	(R\$ por ação)
Janeiro/16	-	5,80
Fevereiro/16	-	6,05
Março/16	57.269	6,60
Abril/16	102.598	6,46
Maio/16	94.963	6,33
Junho/16	120.419	5,91
Julho/16	37.678	5,54
Agosto/16	37.658	5,33
Setembro/16	160.033	5,14
Outubro/16	-	5,74
Novembro/16	-	5,93
Dezembro/16	-	6,38
Opções Exercidas - 2016	610.618	

¹ Cotação de média mensal divulgada pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., referente às ações ordinárias da Marfrig, sob o código MRFG3.

Movimentação Consolidada	2016	2015
(Opções)		
Saldo inicial	2.265.365	3.405.169
Opções outorgadas	1.225.449	1.581.017
Opções exercidas	(610.618)	(331.179)
Opções canceladas e vencidas	(197.114)	(2.389.642)
Saldo final	2.683.082	2.265.365

A diluição prevista da participação dos atuais acionistas, quando do exercício das opções de ações na data de performance ("vesting") é de 0,51% do total de ações em 31 de dezembro de 2016, conforme detalhado na tabela a seguir:

Percentual de Diluição					
	Plano ESP VII LP	Plano ESP VIII LP	Plano ESP IX LP	Plano ESP X LP	Total
	12-13	13-14	14-15	15-16	TOTAL
Data de concessão	05/04/2013	30/04/2014	24/06/2015	07/11/2016	
Contratos em aberto	49.504	463.192	985.931	1.184.455	2,683,082
Ações em tesouraria					(1.281)
Total de ações exceto ações em tesouraria					521,299,473
Percentual de diluição	0,01%	0,09%	0,19%	0,23%	0,51%

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas dos planos vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme detalhado na tabela a seguir:

Efeitos decorrentes do exercício de opções (R\$ mil)	2016	2015
Valor Recebido pela venda de ações - Opções exercidas	1.593,1	915,2
(-) Custo das ações em tesouraria alienadas	(541,5)	(3.131,0)
(-) Custo das ações emitidas	(1.449,0)	-
Efeito na alienação das ações	(397,4)	(2.215,8)

Devido ao exercício das opções a Companhia incorreu na absorção nos custos de ações em tesouraria alienadas no montante de R\$542. Em 31 de dezembro de 2016, o valor contábil das ações em tesouraria estava registrado no patrimônio líquido da Companhia ao montante de R\$12 (em 31 de dezembro de 2015, o valor era R\$554).

O valor justo das opções foi mensurado de forma indireta, baseando-se no modelo de precificação Black-Scholes, com base nas seguintes premissas:

- Desvio Padrão: 33,30%. A medida utilizada para estimar a volatilidade, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA sob o código MRFG3, no período de 01/07/2016 a 31/12/2016;
- Taxa de juros livre de risco: 7,50% a.a. A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP, anualizada na data do cálculo e disponível no website da receita federal www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm.

O valor justo das opções em 31/12/2016 se estabeleceu entre o mínimo de R\$1,67 e o máximo de R\$4,82 por ação para os planos ESPECIAIS.

A movimentação dos programas de opções é demonstrada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Planos	Data de concessão	Período de performance (carência)	Expiração da opção	Opções concedidas	Opções vestidas	Opções exercidas no período	Opções canceladas / vencidas no período	Opções exercidas / canceladas em períodos anteriores	Contratos em aberto	Preço de exercício da opção
)pções Exercidas/ Cance	ladas em Períodos Ar	nteriores		7.201.675	3.335.856			2.215.489	2.265.365	
ESP VI LP 11-12	24/04/2012	03/03/2016	02/09/2016	250.447	250.447	66.271	23.393	160.783	0	R\$ 4,7680
				1.001.788	1.001.788	66.271	23.393	912.124	0	
ESP VII LP 12-13	05/04/2013	03/03/2016	02/09/2016	87.380	87.380	29.177	22.702	35.501	0	R\$ 5,0083
ESP VII LP 12-13	05/04/2013	03/03/2017	02/09/2017	87.380	1.197	0	2.509	35.367	49.504	R\$ 5,0083
				349.520	263.337	29.177	25.211	245.628	49.504	
ESPVIII LP13-14	30/04/2014	03/03/2016	02/09/2016	624.910	624.910	214.096	22.212	388.602	0	R\$ 1,9470
ESP VIII LP 13-14	30/04/2014	03/03/2017	02/09/2017	624.910	3.383	0	4.769	388.602	231.539	R\$ 1,9470
ESPVIII LP13-14	30/04/2014	03/03/2018	02/09/2018	624.910	3.377	0	4.760	388.497	231.653	R\$ 1,9470
				2.499.640	1.256.580	214.096	31.741	1.790.611	463.192	
ESP IX LP 14-15	24/06/2015	03/03/2016	02/09/2016	395.316	395.316	301.074	39.667	54.575	0	R\$ 2,3720
ESP IX LP 14-15	24/06/2015	03/03/2017	02/09/2017	395.316	0	0	12.036	54.575	328.705	R\$ 2,3720
ESP IX LP 14-15	24/06/2015	03/03/2018	02/09/2018	395.316	0	0	12.036	54.575	328.705	R\$ 2,3720
ESPIX LP14-15	24/06/2015	03/03/2019	02/09/2019	395.069	0	0	12.036	54.512	328.521	R\$ 2,3720
				1.581.017	395.316	301.074	75.775	218.237	985.931	
ESP X LP 15-16	07/11/2016	03/03/2017	02/09/2017	306.410	0	0	10.252	0	296.158	R\$ 3,0281
ESP X LP 15-16	07/11/2016	03/03/2018	02/09/2018	306.410	0	0	10.252	0	296.158	R\$ 3,0281
ESP X LP 15-16	07/11/2016	03/03/2019	02/09/2019	306.410	0	0	10.252	0	296.158	R\$ 3,0281
ESP X LP 15-16	07/11/2016	03/03/2020	02/09/2020	306.219	0	0	10.238	0	295.981	R\$ 3,0281
				1.225.449	0	0	40.994	0	1.184.455	
Total em	31/12/2016			8.427.124	4.686.731	610.618	197.114	4.936.310	2.683.082	

Planos	Data de concessão	Valor de mercado das opções não vestidas ao final do período (R\$ mil)	Valor de mercado das opções vestidas em aberto ao final do período (R\$ mil)	Efeitos no resultado do período em caso de contabilização (R\$ mil)
ESP VI LP 11-12	24/04/2012	n/a	n/a	0,0
		n/a	n/a	0,0
ESP VII LP 12-13	05/04/2013	n/a	n/a	0,0
ESP VII LP 12-13	05/04/2013	82,7	0,0	79,3
		82,7	0,0	79,3
ESP VIII LP 13-14	30/04/2014	n/a	n/a	0,0
ESP VIII LP 13-14	30/04/2014	1.085,4	0,0	1.079,7
ESP VIII LP 13-14	30/04/2014	1.118,1	0,0	1.080,2
		2.203,5	0,0	2.159,9
ESP IX LP 14-15	24/06/2015	n/a	n/a	0,0
ESP IX LP 14-15	24/06/2015	1.402,9	0,0	1.393,1
ESP IX LP 14-15	24/06/2015	1.458,7	0,0	1.393,1
ESP IX LP 14-15	24/06/2015	1.510,8	0,0	1.392,3
		4.372,4	0,0	4.178,5
ESP X LP 15-16	07/11/2016	1.072,2	0,0	1.060,8
ESP X LP 15-16	07/11/2016	1.137,3	0,0	1.060,8
ESP X LP 15-16	07/11/2016	1.201,6	0,0	1.060,8
ESP X LP 15-16	07/11/2016	1.261,8	0,0	1.060,2
		4.672,9	0,0	4.242,6
Total em	31/12/2016	11.331,5	0,0	10.660,3

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

## 32. Resultado por ação

A tabela a seguir demonstra a reconciliação do cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando mencionado outro valor):

	Reclassificado
31/12/16	31/12/15
(726.432)	(1.424.117)
47.227	838.095
(679.205)	(586.022)
521.300.754	520.747.405
(227.017)	(322.736)
521.073.737	520.424.669
(1,3941)	(2,7365)
0,0906	1,6104
(1,3035)	(1,1261)
	(726.432) 47.227 (679.205) 521.300.754 (227.017) 521.073.737 (1,3941) 0,0906

A Companhia possui debêntures mandatoriamente conversíveis em ações ordinárias, não computados no cálculo do resultado diluído por ação.

## 33. Informações por segmento

A Marfrig Global Foods S.A. é uma multinacional de origem brasileira dedicada à produção, industrialização e comercialização no mercado interno e operações internacionais de produtos alimentícios diversificados, com foco em derivados de proteína animal.

A Companhia construiu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, composto por bases de produção localizadas em lugares com vantagens competitivas importantes de custo e uma rede de distribuição com acesso aos principais mercados consumidores do mundo.

A Companhia está organizada estrategicamente em dois principais segmentos:

- Marfrig Beef Pioneira na comercialização e promoção da carne bovina e ovina no mercado brasileiro com forte atuação no segmento de food service, além de uma significativa presença no mercado externo. As operações internacionais na América do Sul concentram-se na exportação de cortes nobres de carne bovina e no aproveitamento diferencial estratégico do Uruguai, Chile e duas tradings localizadas na Europa e Peru, com acesso aos principais mercados consumidores do mundo;
- Keystone Empresa global focada na produção e no desenvolvimento de alimentos multiproteína para o atendimento das grandes redes mundiais de restaurantes, com forte presença na Ásia e nos Estados Unidos. A unidade de negócios Keystone Foods possui um longo histórico de relacionamento de vendas com grande cliente global com receitas diversificadas em países da Ásia, Europa e especialmente nos Estados Unidos da América.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

As vendas para este cliente representaram o montante de R\$5,3 milhões, 56,3%, do total da receita desta unidade de negócios e o montante de R\$5,3 milhões, 27,4%, do total da receita consolidada do Grupo, em 31 de dezembro de 2016, mantendo a cia como um dos seus fornecedores estratégicos de produtos. Os acordos comerciais com este cliente variam de acordo com o mercado de atuação, e estão baseados em condições de mercado previamente alinhadas entre as partes. A unidade de negócio possui um relacionamento de longa data com o referido cliente, o que reforça a aliança estratégica entre as cias. Dada a importância deste relacionamento, uma parcela significativa do contas a receber da Keystone se refere a este cliente estratégico. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Keystone Foods não apresentou perdas de crédito significativas para nenhum dos seus clientes.

Devido a contribuição deste cliente para o negócio da unidade de negócio e da Companhia como um todo, a capacidade da administração da Keystone em manter um relacionamento próximo mutuamente benéfico com este cliente é um elemento importante para a manutenção e crescimento contínuo dos negócios. Neste contexto, condições de mercado deste cliente são bastante relevantes para a Keystone e são objeto constante de avaliação e discussão de sua administração.

A plataforma global do grupo está presente em 4 continentes, com 47 plantas e escritórios na América, Ásia, Europa e Oceania, com um sistema de distribuição que nos permite exportar para mais de 100 países.

A Companhia fornece informações ao mercado combinadas por segmento de atividade, na forma considerada para tomada de decisões estratégicas pelos seus administradores.

Está apresentado a seguir o balanço patrimonial e demonstração de resultado, consolidados, resumidos por segmento de informação:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

		31/12/	/16					31/12/15		
	Marfrig Beef	Holding BV	Keystone	Total		Reclassificado Marfrig Beef	Holding BV	Reclassificado Keystone	Segmento Descontinuado	Total
Ativo										
Circulante	7.505.741	261.324	1.536.113	9.303.178		5.704.581	1.679.662	1.928.231	529.981	9.842.455
Não circulante	3.883.984	90.911	88.699	4.063.594		3.339.230	53.876	325.557	-	3.718.663
Investimentos	31	-	16.237	16.268		135	-	25.889	-	26.024
Imobilizado	2.943.449	-	1.065.948	4.009.397		2.992.160	-	1.319.103	-	4.311.263
Ativos biológicos	-	-	51.236	51.236		-	-	59.804	-	59.804
Intangível	1.430.020		1.385.110	2.815.130		995.397	<u> </u>	1.649.873		2.645.270
	15,763,225	352,235	4.143.343	20,258,803		13,031,503	1.733.538	5,308,457	529.981	20.603.479
Passivo Circulante	6.099.767	89.934	1.193.268	7.382.969		3.835.924	166.580	1.240.434	163.711	5.406.649
Não circulante	3.501.536	6.198.089	2.075.407	11.775.032		6.928.435	6.313.427	1.111.336	-	14.353.198
	9.601.303	6.288.023	3,268,675	19.158.001		10.764.359	6.480.007	2,351,770	163,711	19.759.847
			31/12/16					31/12/15		
	Marfrig Beef	Holding BV	Keystone	Segmento Descontinuado	Total	Reclassificado Marfrig Beef	Reclassificado Holding BV	Keystone	Segmento Descontinuado	Total
Receita líguida	9.952.587	<del></del>	9.380.866		19.333.453	10.563.195	<del></del> -	8.986.167		19.549.362
CPV	(8.649.934)	_	(8.507.439)	_	(17.157.373)	(8.995.727)	-	(8.254.209)	-	(17.249.936)
Resultado com equivalência patrimonial	-	(82.853)	76.419	-	(6.434)	-	(11.341)	(12.419)	-	(23.760)
Resultado financeiro	(1.428.558)	(351.264)	(254.888)	-	(2.034.710)	(2.489.445)	(378.346)	(231.636)	-	(3.099.427)
Imposto de renda e contribuição social	488.257	26.991	(173.731)	-	341.517	724.296	78.446	(114.520)	-	688.222
Participação dos acionistas controladores no	(549.406)	(411.026)	234.000		(726.432)	(1.190.870)	(315.509)	82.262		(1.424.117)
lucro (prejuizo) - operação continuada	(349.400)	(411.026)	234.000	-	(720.432)	(1.190.670)	(313.309)	02.202	-	(1.424.117)
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuizo) - operação descontinuada	-	-	-	47.227	47.227	-	-	-	838.095	838.095
Resultado interesses minoritários - operação continuada	128	-	46.281	-	46.409	(81)	-	47.196	-	47.115
Resultado interesses minoritários - operação descontinuada	-	-	-	29	29	-		-	-	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

- (i) A presente demonstração por segmento expressa a estrutura fiduciária da Companhia;
- (ii) A Companhia entende que, Marfrig Holding (Europe) BV, com atividade de captação de recursos financeiros e com participação acionária em outras subsidiárias do Grupo, deve ser segregada dessas informações para melhor demonstrar os segmentos de negócio Keystone e Marfrig Beef;
- (iii) Segmento descontinuado refere-se à alienação das unidades de negócios Moy Park e a disponibilização para venda dos ativos relativos à Marfrig Beef (empresas MF Foods USA Inc., MFG Agropecuária Ltda. e Marfrig Argentina S.A.), conforme nota explicativa n° 38.

# 34. Cobertura de seguros

É política da Companhia, manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

Com base na ponderação máxima de risco, não é política da Companhia manter seguros na modalidade lucros cessantes, uma vez que há uma ampla disposição geográfica de suas plantas, e as operações podem ser remanejadas, no caso de uma eventual necessidade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

A seguir, está apresentado o resumo dos montantes segurados pela Companhia:

	Control	adora	Consolidado		
Descrição	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	
Edificações e instalações frigoríficas	2.578.480	2.114.604	4.417.874	4.873.289	
Estoques	223.000	156.500	422.170	427.996	
Armazem de terceiros	20.300	26.825	20.300	30.825	
Veículos	20.707	19.390	34.167	35.743	
Transporte de mercadorias	65.182	78.096	104.939	124.607	
Garantia de diretores	162.955	117.144	247.703	226.478	
Responsabilidade civil	20.000	20.000	234.048	205.127	
Aeronave	852.483	214.417	852.483	214.417	
Outros	459.172	688.168	468.998	717.199	
	4.402.279	3.435.144	6.802.682	6.855.681	

# 35. Instrumentos financeiros - derivativos e gerenciamento de risco - consolidado

## 35.1. Contexto geral

Em suas atividades, a Companhia e suas Controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação das taxas

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

de juros e a preços das *commodities*. Com o objetivo de minimizar esses riscos, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar tais exposições e pode utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentre as diretrizes estabelecidas pela Companhia destacam-se: o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado; a mensuração dos mesmos; e a criação de limites para a tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

Em 19 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração deliberou entre outras ordens que a Companhia será representada exclusivamente por seus Diretores e Procuradores (art. 26 do Estatuto Social) para atos e operações com valores de até R\$500 milhões ou de até US\$200 milhões, a depender da moeda em que a operação for realizada.

Para os atos e operações cujo os valores sejam superiores a R\$ 500 milhões ou à US\$ 200 milhões de dólares norte-americanos, faz-se necessário a aprovação do Conselho de Administração.

A Companhia somente pratica operações com derivativos ou instrumentos similares que objetivem proteção mínima a: moedas estrangeiras, taxas de juros e preços de *commodities*, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira. A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, ao mesmo tempo em que concentra seu endividamento no longo prazo em vencimentos distribuídos de forma a não causar concentrações em um único ano.

# 35.2. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados conforme as categorias a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora			
Ativos financeiros			Mantidos	s para
	Custo amo	ortizado	negoci	ação
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Caixa e equivalentes de caixa	390.293	259.187	5.988	17.795
Aplicações financeiras	98.000	117.279	1.417.911	1.483.878
Valores a receber - clientes	475.471	447.838	-	-
Títulos a receber - derivativos	-	-	53.628	14.766
Partes relacionadas	717.391	1.289.604	-	-
Ativos financeiros totais	1.681.155	2.113.908	1.477.527	1.516.439
Passivos financeiros			Mantidos	s para
	Custo amo	ortizado	negoci	ação
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Fornecedores e fornecedores risco sacado	888.510	698.471	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.651.911	1.503.674	-	-
Arrendamento financeiro	3.472	8.777	-	-
Títulos a pagar - derivativos	-	-	314.169	525.174
Títulos a pagar - investimentos Brasil	431.230	428.692	-	-
Títulos a pagar - patrocínios	-	50.000	-	-
Juros sobre debêntures	297.870	278.114	-	-
Partes relacionadas	8.780.070	9.369.243	-	-
Passivos financeiros totais	12.053.063	12.336.971	314.169	525,174
	Consolidado			
Ativos financeiros			Mantidos	para
	Custo amo	rtizado	negoci	ação
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Caixa e equivalentes de caixa	3.283.625	1.487.624	8.080	142.744
Aplicações financeiras	195.968	247.247	1.791.819	3.127.506
Valores a receber - clientes	790.468	1.003.717	-	-
Títulos a receber - derivativos	-	-	308.639	397.499
Partes relacionadas	46.740	-	-	-
Ativos financeiros totais	4.316.801	2.738.588	2.108.538	3.667.749
Passivos financeiros			Mantidos	para
	Custo amo	rtizado	negoci	•
_	Casto anio	uu	1105001	

31/12/16

Fornecedores e fornecedores risco sacado Empréstimos, financiamentos e debêntures

Arrendamento financeiro
Títulos a pagar - derivativos
Títulos a pagar - investimentos Brasil
Títulos a pagar - patrocínios
Juros sobre debêntures
Passivos financeiros totais

-	-	1.818.991	2.002.757
-	-	11.885.300	10.893.838
•	-	61.686	38.496
643.418	405.473	-	-
-	-	428.692	431.230
-	-	50.000	-
-	-	236.807	256.563
643.418	405.473	14.481.476	13.622.884

31/12/16

31/12/15

31/12/15

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os detalhes das políticas contábeis e dos métodos adotados (incluindo critérios de reconhecimento, bases de mensuração e critérios de reconhecimento de ganhos e perdas), para cada classe de instrumento financeiro e de patrimônio, estão apresentados na nota explicativa nº 3.1.4.

## 35.3. Comparação do valor de mercado e dos respectivos valores justos

Segue apresentação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

	Consolidado					
	31/12	2/16	31/12	2/15		
	Valor	Valor de	Valor	Valor de		
	contábil	mercado	contábil	mercado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.291.705	3.291.705	1.630.368	1.630.368		
Aplicações Financeiras	1.987.787	1.987.787	3.374.753	3.374.753		
Valores a receber - clientes	790.468	790.468	1.003.717	1.003.717		
Títulos a receber - derivativos	308.639	308.639	397.499	397.499		
Fornecedores e fornecedores risco sacado	2.002.757	2.002.757	1.818.991	1.818.991		
Empréstimos e financiamentos	10.893.838	10.893.838	11.885.300	11.885.300		
Arrendamento financeiro	38.496	38.496	61.686	61.686		
Títulos a pagar - derivativos	405.473	405.473	643.418	643.418		
Juros sobre debêntures	256.563	256.563	236.807	236.807		

O valor justo dos instrumentos financeiros é similar ao valor contábil e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

## 35.4. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

A posição de instrumentos financeiros derivativos do Grupo Marfrig está composta da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Objeto de	5		nsolidado	D	Notional	N. C I DA	14714 DA
Instrumento	proteção	Registro	Vencimento	Ativo	Passivo	USD	Notional R\$	MTM R\$
Operações desig	gnadas para Hed	ge Accounting	1					
Swap	Tx Juros	Balcão	2018	LIBOR	USD	132.500	431.831	(1.413)
Swap	Tx Juros	Balcão	2019	LIBOR	USD	187.500	611.081	(14.586)
NDF	Tx Cambio	Balcão	2017	USD	GBP	18.408	57.814	3.010
NDF	Tx Cambio	Balcão	2017	USD	EUR	166	542	18
Operações não	designadas para	Hedge Accou	nting					
Swap	Tx Juros	Balcão	2017	R\$	USD	230.831	752.301	(190.780)
Swap	Tx Juros	Balcão	2017	USD	R\$	230.831	752.301	190.780
Swap	Tx Juros	CETIP	2018	CDI	USD	19.933	64.963	(70.581)
							-	(83.552)
NDF	Tx Cambio	Balcão	2016	USD	THB	1.000	3.259	-
NDF	Tx Cambio	Balcão	2017	AUD	MYR	174	567	1
NDF	Tx Cambio	Balcão	2017	JPY	MYR	226	737	(4)
NDF	Tx Cambio	Balcão	2017	JPY	THB	69	226	24
NDF	Tx Cambio	Balcão	2017	KRW	USD	17.806	58.030	(2.335)
NDF	Tx Cambio	Balcão	2017	MYR	USD	28.564	93.094	(6.305)
NDF	Tx Cambio	Balcão	2017	SGD	MYR	73	238	` - '
NDF	Tx Cambio	Balcão	2017	THB	MYR	443	1.444	(34)
NDF	Tx Cambio	Balcão	2017	USD	AUD	2.980	9.712	(15)
NDF	Tx Cambio	Balcão	2017	USD	MYR	43.329	141.214	2.970
NDF	Tx Cambio	Balcão	2017	USD	THB	65.933	214.881	(811)
NDF	Tx Cambio	Balcão	2017	EUR	AUD	961	3.133	(24)
NDF	Tx Cambio	Balcão	2017	EUR	THB	1.476	4.809	(109)
NDF	Tx Cambio	Balcão	2016	USD	CLP	7.373	24.029	258
								(6.384)
Opções	Farelo Soja	СВОТ	2017	USD	USD	450	1.465	646
Opções	Farelo Soja	CBOT	2018	USD	USD	96	314	232
SWAP	Farelo Soja	CBOT	2017	USD	USD	41.511	135.288	2.792
SWAP	Farelo Soja	CBOT	2018	USD	USD	2.325	7.578	289
SWAP	Boi gordo	CBOT	2017	USD	USD	20.098	65.500	(338)
SWAP	Milho	CBOT	2017	USD	USD	52.962	172.608	(11.338)
Futuro	Boi gordo	BM&F	2016	R\$	R\$	(4.783)	(15.590)	819
							-	(6.898)
							=	(96.834)

Os ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial na rubrica "títulos a receber" "títulos a pagar", referentes às operações com derivativos, as quais têm o objetivo de proteção patrimonial, estão demonstrados a seguir:

	Consoli	Consolidado		
	31/12/16	31/12/15		
Títulos a receber - derivativos (nota 10)	308.639	397.499		
Títulos a pagar - derivativos (nota 23)	(405.473)	(643.418)		
Total líquido	(96.834)	(245.919)		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o resultado financeiro líquido consolidado com operações de mercado totalizou um ganho de R\$34.466, sendo R\$257.517 relativos às despesas e R\$291.983 relativos às receitas.

# 35.4.1. Instrumentos Financeiros Derivativos objetos de *Hedge Accounting* de Fluxo de Caixa

Em novembro de 2013, o grupo Marfrig adotou políticas de *Hedge Accounting* para Instrumentos Financeiros expostos a variabilidade de fluxo de caixa. Dessa forma, as variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido classificado como "outros resultados abrangentes". Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A documentação das operações designadas como *Hedge Accounting* evidencia o controle de efetividade e a operação, contemplando:

- Objeto do hedge;
- Instrumento Financeiro;
- Estratégia da gestão de risco a ser coberto;
- Eficácia do Instrumento de hedge confiavelmente medida;
- Avaliação do hedge sobre base contínua durante toda a vigência do contrato.

A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por hedge. Portanto, todos os derivativos designados como Hedge Accounting são efetivos, altamente prováveis e neutraliza exposição a variações no fluxo de caixa que poderiam afetar o resultado.

A eficácia das operações é controlada, periodicamente, de forma confiável e documentada durante toda a vigência do contrato através da correlação estatística entre o valor justo ou os fluxos de caixa da posição coberta e os do instrumento de hedge ou pela comparação das alterações passadas no valor justo ou nos fluxos de caixa da posição coberta que sejam atribuíveis ao risco coberto com as alterações passadas no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado									
							Ganho /	Perda		
Instrumento	Ativo (Objeto Protegido)	Passivo (Risco Contratado)	Vencimentos	Notional USD	Notional R\$	Saldo (MTM) R\$	Patrimônio	Resultado		
Swap	LIBOR	USD	2018	132.500	431.831	(1.413)	207	(1.620)		
Swap	LIBOR	USD	2019	187.500	611.081	(14.586)	(8)	(14.578)		
NDF	USD	GBP	2017	18.408	57.814	3.010	-	3.010		
NDF	USD	EUR	2017	166	542	18	-	18		
						(12.971)	199	(13.170)		

#### 35.5. Risco de mercado

A Companhia está exposta aos riscos de mercado em função dos preços das *commodities*, taxas de juros e taxas de câmbio. Para cada risco a Companhia realiza uma administração contínua e estudos de sensibilidade apresentados nesta nota.

## 35.5.1. Administração de risco de preços de Commodities

Em suas atividades a Companhia e suas Controladas efetivam a compra de certas *commodities* como: gado, grãos e energia, os quais são os maiores componentes individuais do custo de produção e estão sujeitos a determinadas variáveis.

O preço do gado adquirido de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado internacional.

No tocante ao milho e farelo de soja ("grãos"), os mesmos estão sujeitos à volatilidade gerada pelas condições climáticas, rendimento de safra, custos com transportes, custos com armazenagem, política agrícola, taxas de câmbio, cotação internacional e outras, o que está fora do controle da Administração.

No intuito de diminuir o impacto das *commodities*, a Companhia e suas Controladas administram os níveis de estoque, mantêm confinamento de gado e negociam instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro.

A Controladora e as suas Controladas contratam instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir o risco de preço relacionado às necessidades das *commodities* para um período de até 12 meses.

Parte substancial dos referidos instrumentos financeiros de proteção advêm do mercado futuro, na bolsa CBOT - Chicago Board of Trade.

A seguir, está apresentada a posição dos derivativos relacionados ao risco de *commodities*:

	Consolidado										
Registro	o Instrumento Contrato Futuro Vcto.		Vcto.	Notional USD	Notional R\$	MTM R\$	Resultado em 31/12/2016				
CBOT	Opções	Farelo Soja	2017	450	1.465	646	646				
CBOT	Opções	Farelo Soja	2018	96	314	232	232				
CBOT	SWAP	Farelo Soja	2017	41.511	135.288	2.792	2.792				
CBOT	SWAP	Farelo Soja	2018	2.325	7.578	289	289				
CBOT	SWAP	Boi gordo	2017	20.098	65.500	(338)	(338)				
CBOT	SWAP	Milho	2017	52.962	172.608	(11.338)	(11.338)				
BM&F	Futuro	Boi gordo	2016	(4.783)	(15.590)	819	819				
				112.659	367.163	(6.898)	(6.898)				

## 35.5.1.1. Análise de sensibilidade de risco de preços de Commodities

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas Controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2016, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2016 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

Os preços base para os futuros de *commodities* são referenciados pela cotação na Bolsa de Futuros de Chicago (CBOT) dos vencimentos para 31 de dezembro de 2016.

Em relação ao risco de preço de *commodities*, estão apresentados a seguir os cenários de sensibilidade:

Ce	Cenários de stress - Derivativos Commodities Consolidado								
Cenário F	Provável	Cenário	Possível	Cenário	Remoto				
МТМ	Resultado	МТМ	Resultado	MTM	Resultado				
(6.898)	(6.898)	(8.622)	(8.622)	(10.347)	(10.347)				
	enários de stre	ess - Derivati	vos Commodit	ies Farelo Soj	a				
Cenário F	Provável	Cenário	Possível	Cenário	Remoto				
МТМ	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado				
3.959	3.959	4.949	4.949	5.938	5.938				
			ativos Commo						
Cenário F	Provável	Cenário	Possível	Cenário	Remoto				
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado				
(11.338)	(11.338)	(14.172)	(14.172)	(17.006)	(17.006)				
Cenários de stress - Derivativos Commodities Gado									
Cenário F	Provável	Cenário	Possível	Cenário	Remoto				
МТМ	Resultado	МТМ	Resultado	МТМ	Resultado				
481	481	601	601	721	721				

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

## 35.5.2. Administração de risco de taxas de juros

Refere-se ao risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetam passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), LIBOR (London Interbank Offered Rate), ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia e suas Controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas Controladas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está apresentado a seguir:

	Consolidado		
	31/12/16	31/12/15	
Exposição à taxa CDI:			
NCE / Capital de giro / CDA'S / Debêntures	644.911	784.772	
(-) CDB-DI (R\$)	(257.489)	(196.804)	
Subtotal	387.422	587.968	
Exposição à taxa LIBOR:			
NCE/ACC/Pré-pagamento (US\$)	695.011	385.341	
Linha de Credito Rotativo (US\$)	411.331	605.515	
Subtotal	1.106.342	990.856	
Exposição à taxa TJLP:			
FINAME / FINEM / FINEP	18.836	26.641	
Subtotal	18.836	26.641	
Total	1.512.600	1.605.465	

A Companhia contratou operações de "swap", não especulativos para minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de juros na liquidação de suas operações de empréstimos e financiamentos, conforme a seguir:

	Consolidado								
						31/12/16	31/12/15		
Instrumento	Registro	Ativo	Passivo	Notional US\$	Notional R\$	MTM	MTM		
Swap Taxa Juros	CETIP	LIBOR	USD	320.000	1.042.912	(15.999)	(30.728)		
Swap Taxa Juros	Balcão	R\$	USD	230.831	752.301	(190.780)	(358.359)		
Swap Taxa Juros	Balcão	USD	R\$	230.831	752.301	190.780	358.359		
Swap Taxa Juros	CETIP	CDI	USD	19.933	64.963	(70.581)	(152.570)		
				801.595	2,612,477	(86.580)	(183.298)		

	Consolidado								
							31/12/16		
Instrumento	Registro	Vencimento	Ativo	Passivo	Notional US\$	Notional R\$	MTM		
Swap Taxa Juros	Balcão	2018	LIBOR	USD	132.500	431.831	(1.413)		
Swap Taxa Juros	Balcão	2019	LIBOR	USD	187.500	611.081	(14.586)		
Swap Taxa Juros	Balcão	2017	R\$	USD	230.831	752.301	(190.780)		
Swap Taxa Juros	Balcão	2017	USD	R\$	230.831	752.301	190.780		
Swap Taxa Juros	CETIP	2018	CDI	USD	19.933	64.963	(70.581)		
					801.595	2.612.477	(86.580)		

## 35.5.2.1. Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas Controladas estão expostas em 31 de dezembro de 2016, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2016 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

A seguir estão apresentados os cenários de sensibilidade quanto ao risco de taxa de juros:

#### Cenários de stress - Swap Tx Juros Consolidado

Cenário F	Cenário Provável Cenário Possível		Cenário	Remoto			
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado		
(86.580)	(86.580)	(96.832)	(96.832)	(106.577)	(106.577)		
Cenário F	Cenários de stress - Swap Tx. Juros CDI x USD  Cenário Provável Cenário Possível Cenário						
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado		
(70.581)	(70.581)	(72.905)	(72.905)	(72.970)	(72.970)		
Cenário F	Cenários de stress - Swap Tx. Juros Libor x USD Cenário Provável Cenário Possível Cenário						
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado		
(15.999)	(15.999)	(23.927)	(23.927)	(33.607)	(33.607)		

## 35.5.3. Administração de risco cambial

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia e suas Controladas incorram em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar dos EUA em relação ao real.

Como aproximadamente 79% das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o Real, a Companhia possui um "hedge" natural para fazer frente aos vencimentos de suas futuras obrigações em moeda estrangeira.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Acreditamos que a política financeira consistente da Companhia e suas Controladas, alicerçada em sua estrutura de capital bem distribuída, fornece condições para consolidar o aproveitamento das sinergias com as aquisições realizadas.

## Posição em moeda estrangeira e derivativos em aberto

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

Controladora								
Exposição								
			Efeitos no resultado Variação cambial					
Descrição	31/12/16	31/12/15	2016					
Operacional								
Contas a receber	326.458	788.482	(217.634)					
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	-	(458.818)	164.836					
Importações a pagar	(15.987)	(48.059)	19.267					
Subtotal	310.471	281.605	(33.531)					
Financeiro								
Empréstimos e financiamentos	(693.565)	(383.897)	101.198					
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	1.218.805	362.697	(80.380)					
Subtotal =	525.240	(21.200)	20.818					
Total =	835.711	260.405	(12.713)					
Variação cambial ativa			1.391.307					
Variação cambial passiva			(1.404.020)					
Variação cambial liquida			(12.713)					

<sup>(\*)</sup> referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado		
Exposição			
			Efeitos no resultado Variação cambial
Descrição	31/12/16	31/12/15	2016
Operacional			
Contas a receber	393.582	969.824	(378.567)
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	-	(458.818)	164.836
Importações a pagar	(154.511)	(214.014)	16.997
Outros	(62.735)	(30.869)	928
Subtotal	176.336	266.123	(195.806)
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(10.486.654)	(11.310.694)	104.121
Títulos a pagar	-	-	44
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	539.035	537.248	(68.944)
Outros	-	(333.820)	81.605
Subtotal	(9.947.619)	(11.107.266)	116.826
Total	(9.771.283)	(10.841.143)	(78.980)
Variação cambial ativa			1.820.651
Variação cambial passiva			(1.899.631)
Variação cambial liquida			(78.980)

<sup>(\*)</sup> referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

No decorrer de 2016 a Companhia contratou NDF (*Non-Deriverable Forward*) e contratos futuros, não especulativos, com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio em suas subsidiárias no exterior conforme composição apresentada na nota explicativa n° 35.5.3, cujo resultados estão contabilizados nas rubricas "Variação Cambial Ativa" e "Variação Cambial Passiva".

#### 35.5.3.1. Análise de sensibilidade de risco cambial

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas Controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2016, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2016 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

No caso de moedas, foi utilizada a curva futura do mercado do dia 31 de dezembro de 2016, onde o valor de referência era de R\$/US\$3,2591.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

No tocante ao risco cambial, está apresentado a seguir os cenários de sensibilidade:

Cenário de Stress - exposição cambial de balanço

	Cenário	Cenário	Cenário
31/12/2016	Provável	Possível	Remoto
Controladora	(12.713)	195.037	390.073
Controladas	(66.266)	(2.650.281)	(5.300.562)
	(78.979)	(2.455.244)	(4.910.489)

## 35.6. Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e Controladas e da amortização dos encargos financeiros e do principal dos instrumentos de dívida. É o risco de que a Companhia e suas Controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas Controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A gestão de capital é feita com o objetivo de se definir a melhor estrutura de financiamentos para a Companhia e suas Controladas.

O principal indicador para monitoramento dessa gestão é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre o caixa e equivalentes de caixa e o indicador de alavancagem e endividamento circulante (curto prazo):

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Caixa, equivalente de caixa e aplicação financeira no curto prazo	5.278.641	5.004.210
Emprestimos e financiamentos no curto prazo	1.198.039	1.772.411
Juros sobre debentures	256.563	236.807
Indicador de Liquidez modificado	3,63	2,49

O Indicador de alavancagem - acompanhamento da relação da dívida líquida (endividamento total menos o caixa e equivalentes de caixa) sobre *EBITDA (LTM)* em níveis considerados administráveis para a continuidade das operações, conforme metodologia de cálculo demonstrada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/16
Dívida bruta Consolidada	11.150.401
(-) Disponibilidade Consolidada	5.278.641
Dívida líquida Consolidada	5.871.760
(-) Efeito de variação cambial <i>(carve-out <sup>(1)</sup>)</i>	2.094.275
Dívida líquida Consolidada Ajustada	3.777.485
Ebitda (LTM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 Indicador de alavancagem	1.574.529 2,40

<sup>(1)</sup> Disposições contratuais, no caso, variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira, que permitem a exclusão desses efeitos no cálculo do índice de alavancagem para o propósito específico de avaliação de *covenants*.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas Controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

A tabela a seguir apresenta os prazos contratuais (representando fluxos de caixa contratuais não descontados) de passivos financeiros:

		Consolidado				
31 de dezembro de 2015	2016	2017	2018	2019	Após	Total
Fornecedores e fornecedores risco sacado	1.818.991		-	-		1.818.991
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.772.411	1.011.436	2.330.304	2.591.132	4.180.017	11.885.300
Juros sobre debêntures	236.807	-	-	-		236.807
Passivos financeiros derivativos	79.024	382.984	155.733	25.677		643.418
Total	3.907.233	1.394.420	2.486.037	2.616.809	4.180.017	14.584.516
31 de dezembro de 2016	2017	2018	2019	2020	Após	Total
Fornecedores e fornecedores risco sacado	2.002.757	-	-	-	-	2.002.757
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.198.039	1.221.747	2.131.263	1.906.145	4.436.644	10.893.838
Juros sobre debêntures	256.563	-	-	-		256.563
Passivos financeiros derivativos	321.862	69.025	14.586	-	-	405.473
Total	3,779,221	1,290,772	2.145.849	1.906.145	4.436.644	13.558.631

#### 35.7. Risco de crédito

A Companhia e as suas Controladas estão sujeitas ao risco de crédito. O risco de crédito trata de prejuízos financeiros do grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em grande parte dos recebíveis.

A Companhia e as suas Controladas limitam suas exposições através de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, buscando minimizar

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas.

A Política de Risco de Crédito Global determina as diretrizes para a gestão do risco de crédito financeiro pautada nas seguintes bases:

- Limitação da concentração do risco de crédito líquido de contraparte em 15% do total do ativo circulante;
- Aplicação dos recursos financeiros em instituições financeiras sólidas e de primeira linha, através da avaliação do seu rating;
- Equalização das posições passivas com as posições ativas.

As avaliações realizadas são baseadas nos fluxos de informações e de monitoramento do volume de compras no mercado. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e suas Controladas são os valores a receber de clientes apresentados na nota explicativa nº 6. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito, na referida nota.

A seguir estão os valores de ativo financeiro sujeitos a risco de crédito:

Controladora			Consolidado	
31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	
396.281	276.982	3.291.705	1.630.368	
1.515.911	1.601.157	1.987.787	3.374.753	
149.013	141.626	396.887	528.010	
326.458	306.212	393.581	475.707	
26.258	9.060	155.386	119.833	
2.413.921	2.335.037	6.225.346	6.128.671	
	396.281 1.515.911 149.013 326.458 26.258	31/12/16         31/12/15           396.281         276.982           1.515.911         1.601.157           149.013         141.626           326.458         306.212           26.258         9.060	31/12/16         31/12/15         31/12/16           396.281         276.982         3.291.705           1.515.911         1.601.157         1.987.787           149.013         141.626         396.887           326.458         306.212         393.581           26.258         9.060         155.386	

## 35.8. Valor justo de instrumentos financeiros

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg, à exceção dos derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte.

De acordo com o IFRS 7, a Companhia e suas Controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

 Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

- Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;
- Nível 3: Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas Controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Atualmente todos os instrumentos financeiros do grupo Marfrig têm o seu valor justo mensurado confiavelmente, dessa forma classificados em nível 1 e 2, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
Aplicações Financeiras - mantidas para negociaçao	-	1.987.787	-
Títulos a receber - derivativos	12.183	296.456	-
Passivos não circulantes			
Títulos a pagar - derivativos	(25.465)	(380.008)	-
Total	(13.282)	1.904.235	-

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia e suas Controladas.

## 36. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, Lei 12.973/2014 que põe fim ao Regime Tributário de Transição - RTT, previsto na Lei nº 11.941/09 que passa a adotar uma contabilidade societária (para atender as NBC TGs) e também uma contabilidade fiscal (para atender a legislação do IR/CSLL).

O cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentados no resultado do exercício:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora	Continuado Controladora	Consolidado	Continuado Consolidado
Tributo		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	_	(1.220.949)	(2.124.038)	(1.021.540)	(2.065.224)
Adições					
Adições do IRPJ		3.263.149	2.522.583	3.240.795	2.424.815
Adições do CSLL		3.263.149	2.522.583	3.342.181	2.414.582
(-) Exclusões					
(-) Exclusões do IRPJ		(1.563.508)	(2.840.186)	(959.878)	(3.020.429)
(-) Exclusões do CSLL		(1.563.508)	(2.840.186)	(871.449)	(3.020.429)
Base de cálculo					
Base de cálculo do imposto de renda		478.692	(2.441.641)	1.259.377	(2.660.838)
Base de cálculo da contribuição social		478.692	(2.441.641)	1.449.192	(2.671.071)
Empresas com prejuizo fiscal		-	-	(21.497)	(1.276)
Empresas com base negativa		-	-	(825)	-
Base de cálculo ajustada IRPJ		478.692	(2.441.641)	1.237.880	(2.662.114)
Base de cálculo ajustada CSLL		478.692	(2.441.641)	1.448.367	(2.671.071)
(-) Compensação de prejuízo fiscal		(143.607)	_	(143.620)	-
(-) Compensação de base negativa de CSLL		(143.607)	-	(143.620)	-
Base de cálculo após compensação					
Base de cálculo após compensação IRPJ		335.085	(2.441.641)	1.094.260	(2.662.114)
Base de cálculo após compensação CSLL		335.085	(2.441.641)	1.304.747	(2.671.071)
Imposto de renda (15%)		50.263	-	151.708	69.263
Adicional (10%)		33.484	-	33.484	-
(-) PAT		(1.798)	-	(1.798)	-
Imposto de renda total		81.949	-	183.394	69.263
Contribuição social (9%)		30.158	-	30.043	1.418
Total de tributos		112.107	-	213.437	70.681
Efeito na Demonstração de Resultados - Tribu	tos Correntes (2)	112.107	-	213.437	70.681
Tributo	Grupo	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
(-) Imposto de renda - Corrente	Passivo circulante (2)	(81.949)	-	(183.394)	(69.263)
Imposto recolhido no exterior	Passivo circulante	165.655	-	165.655	-
Imposto de renda diferido - Ativos (1)	Ativo não circulante	321.362	161.261	304.198	252.507
Imposto de renda diferido - Passivo (1)	Passivo não circulante	3.706	4.438	(62.448)	(43.122)
Líquido (3)	Resultado	408.774	165.699	224.011	140.122
(-) Contribuição social - corrente	Passivo circulante (2)	(30.158)	-	(30.043)	(1.418)
Contribuição social diferida - Ativa (1)	Ativo não circulante	115.690	58.054	104.981	73.164
Contribuição social diferida - Passiva (1)	Passivo não circulante	1.334	1.598	1.546	1.782
Líquido (3)	Resultado	86.866	59.652	76.484	73.528

- (1) Referem-se ao Imposto de Renda diferido e a Contribuição Social diferida, apurados sobre: i) os tributos com exigibilidade suspensa (estimativas) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social; ii) aproveitamento fiscal de ágio pago sobre rentabilidade futura; iii) e prejuízo fiscal/base negativa de CSLL, os quais estão demonstrados nas notas explicativas nº 12 e 26.
- (2) Corresponde ao Imposto de Renda e a Contribuição Social apurados sobre os resultados correntes gerados no exercício e efetivamente pagos/compensados durante o ano e/ou a serem pagos/compensados em anos subsequentes.
- (3) A diferença entre os valores dos impostos demonstrados nesta nota e os valores encontrados na Demonstração de Resultado, que é parte integrante destas demonstrações contábeis, refere-se ao imposto apurado na alienação da Moy Park e da MFG Agropecuária (conforme nota explicativa n° 13.3) e ativos da Marfrig Argentina (conforme nota explicativa n° 11).

#### 37. Desenvolvimento sustentável

## 37.1. Desempenho Socioambiental

Desde 2013 com a implantação da estratégia FOCAR PARA GANHAR, a Marfrig mantem o contínuo fortalecimento dos pilares estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável da empresa, que permeiam todas as unidades de negócio e são referência para o desenvolvimento de ações locais, as quais, em conjunto promovem e asseguram a sustentabilidade de todo sistema produtivo. A companhia tem o compromisso de manter o equilíbrio econômico, social e ambiental em seus negócios, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a preservação do planeta. Os pilares que compõe a estratégia de Sustentabilidade da Companhia são: (1) Clientes, (2) Fornecedores, (3) Meio Ambiente, (4) Ambiente de Trabalho, (5) Econômico e (6) Social.



Por essa posição de vanguarda na produção sustentável e de preservação da biodiversidade, a Companhia assumiu e vem mantendo e fortalecendo vários compromissos públicos em parcerias com grandes organizações.

No Brasil em 2016 destacamos:

Pacto Greenpeace: Compromisso público firmado em outubro de 2009 onde a Marfrig se compromete a não comprar animais oriundos de áreas de desmatamento e/ou em conflitos com Terras Indígenas e/ou Unidades de Conservação, sendo submetido a auditorias anuais por empresa de auditoria independente para comprovar o cumprimento dos requisitos do acordo. Em 2016 a Marfrig mais uma vez obteve um excelente resultado na auditoria realizada no período de 07 a 16 de junho de 2016 referentes as atividades

realizadas no ano de 2015. Não foi identificada nenhuma operação de compra de gado da Marfrig que contrariasse o compromisso público assumido pela empresa com a Organização não governamental Greenpeace para a produção responsável no Bioma Amazônia em sua cadeia de fornecimento. A Marfrig foi a única empresa do setor com 100% de aproveitamento pelo 3º ano consecutivo, além disso, também é a única empresa com 100% de mapas georreferenciados de seus fornecedores no Bioma Amazônia.

- Programa Marfrig Club: A Companhia também trabalha para fomentar a atividade agropecuária de forma sustentável. Por meio de programas como o Marfrig Club, que consiste em um programa de boas práticas de produção que orienta os fornecedores a adequar a propriedade aos padrões socioambientais. Por meio de uma relação profissional com o fornecedor, a Marfrig é capaz de monitorar a origem dos animais, assegurando, por exemplo, a não existência de qualquer inconformidade socioambiental, bem como, estimular a evolução das fazendas brasileiras e reconhecer aquelas com as melhores práticas de produção, de gerenciamento do capital humano e dos recursos da natureza, uma vez que o consumidor está cada vez mais exigente quanto a produtos que tenham uma produção sustentável.
- Rainforest Alliance Certified: Em junho de 2012, a Marfrig se tornou a primeira indústria de alimentos do setor de proteína animal a rastrear o ciclo completo da produção de carne bovina com a chancela do IMAFLORA (Instituto de manejo e Certificação Florestal e Agrícola), o que lhe conferiu o direito de utilizar o selo Rainsforest Alliance Certifield (RAC). Esse certificado permite que quatro unidades da Marfrig (Tangará da Serra MT; Pampeano (Hulha Negra) e Bagé RS e Promissão SP) produzam e comercializem internacionalmente produtos com o "Selo Verde da Pecuária". Após lançar, em parceria com cliente europeu, o primeiro hambúrguer certificado Rainforest Alliance, o qual atende as redes de varejo na Europa com carne produzida de acordo com os mais elevados padrões de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e de bem-estar animal e gestão da produção, em 2016, produtos com esse selo também foram disponibilizados ao consumidor brasileiro.
- The Nature Conservancy (TNC): Em 2013 foi firmada uma parceria com a ONG TNC, uma das maiores organizações ambientais do mundo, e com o Walmart, líder global em varejo, para fomentar a pecuária sustentável no sudeste do Pará, contribuindo para a preservação do Bioma Amazônia e incentivando a adoção de boas práticas socioambientais. Em 2015, avançamos na disseminação de boas práticas no Sul do Pará, assim como promovemos assistência técnica aos produtores, tanto em questões ambientais como de bem-estar animal. Além dessas ações em campo continuadas em 2016 a carne oriunda do projeto foi apresentada ao mercado em duas lojas do Walmart em Brasília. Esse projeto será um dos destaques no relatório anual global da ONG TNC, que é distribuído para milhares de representantes de empresas, fundações, governos e ONGs em todo o mundo.
- Alianza del Pastizal: O selo é uma iniciativa da ONG Alianza del Pastizal em parceria com a Marfrig e tem o objetivo de oferecer ao consumidor um produto que reúne qualidade com a conservação de áreas naturais do Bioma Pampa. O mesmo permite aos consumidores identificar e selecionar uma carne produzida

de forma alinhada com a conservação do meio ambiente e que preserva importantes superfícies de campos nativos, vegetação original e predominante nos Pampas Sul-americanos. Dentro da estratégia de sustentabilidade da Marfrig, o selo Alianza del Pastizal está de acordo com o nosso compromisso com práticas sustentáveis de produção e também com a qualidade do produto final que, neste caso, é comprovadamente superior pelos níveis de Ômega 3 presentes na carne. O selo é concedido por meio de um processo de avaliação e certificação dos processos produtivos nas propriedades rurais membros da Alianza del Pastizal seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Certificação de Carnes Pastizal (CCCP).

- CDP Forest: A Marfrig Global Foods recebeu o reconhecimento de liderança na América Latina no Programa Forest do CDP (Carbon Disclosure Program) o qual se refere a gestão da mudança climática, meio ambiente e recursos hídricos na cadeia de valor. Trata-se do reconhecimento do empenho da empresa em reduzir o desmatamento na cadeia de valor, ou seja, reduzir as emissões de CO2 escopo 3. O compromisso assumido pela empresa em 2009 de não adquirir animais de áreas embargadas pelo IBAMA e nosso monitoramento de fornecedores nos garantiu nota A, sendo que scores A representam a liderança no segmento.
- Bem-Estar Animal: O bem-estar animal é uma preocupação da Marfrig, que há mais de uma década intensifica os trabalhos nessa área por entender que os animais devem ser tratados de forma digna durante todo o ciclo de sua vida. É de nosso interesse implementar e manter os procedimentos, a fim de garantir a qualidade e segurança de nossos produtos e a satisfação de nossos clientes, melhoria contínua em todas as etapas de manejo, buscando na medida do possível, adaptações que prezam também atender as cinco liberdades inerentes aos animais, conforme definido pela FAWC (Farm Animal Welfare Council Inglaterra).

A Companhia conta com departamento exclusivo que atua intensamente na cadeia produtiva para promover bem-estar e manejo adequado, minimizando sofrimentos desnecessários dos animais. O setor possui um responsável específico (AWO - Officer Welfare Animal) designado para tratar as questões de bem-estar dos animais em cada uma das plantas. A equipe é formada por zootecnistas e médicos veterinários altamente capacitada, atuando com monitoramentos, acompanhamentos da evolução dos índices relativos ao tema, tomadas de decisão e desenvolvimento de treinamentos.

Pensando na evolução dos trabalhos realizados internamente pela equipe em cada uma das plantas e avaliando a necessidade em levar os resultados ao conhecimento de todas as instâncias, foi criado o Comitê de Bem-estar Animal, buscando assim o desenvolvimento global para o segmento.

Em 2016, novamente todas as unidades de produção no Brasil participaram de campanhas de conscientização em homenagem ao Dia Mundial dos Animais, comemorado todos os anos em 4 de outubro. A iniciativa teve início em 2012 em uma única unidade e ganhou adesão crescente até chegar a este resultado, envolvendo todas as unidades do grupo desde 2015. As atividades envolvem colaboradores de vários setores da indústria, motoristas transportadores de

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

cargas vivas, crianças e adolescentes no Instituto Marfrig e, ainda, jovens aprendizes.

Através do trabalho das equipes, mantivemos todas as habilitações dos clientes mais exigentes em bem-estar animal e entendemos que a busca e a manutenção de procedimentos dignos de tratamento são essenciais para a qualidade e a segurança dos produtos da marca. Só assim, é possível obter a satisfação dos clientes e a melhoria contínua em todas as etapas de manejo. Por isso, a Companhia tornou-se referência nos quesitos relacionados a bem-estar animal.

Destaques no Uruguai:

- Viva Grass Fed Beef: Esse é um programa realizado em conjunto com os fornecedores de gado objetivando um produto diferenciado, onde o gado é alimentado a pasto e atendendo a demanda do mercado norte-americano, sem a utilização de antibióticos, hormônios de crescimento e sem alimentação com produtos de origem animal. Com a aprovação pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) os produtos são comercializados em grandes redes norte-americanas.
- Carne Orgânica Certificada: Pelo Programa Carne Orgânica Certificada se oferecem produtos provenientes de animais que cumprem com as normativas de produção orgânica dos EUA (NOP-National Organic Program) e os regulamentos da Europa (Regulamentos CE 834/2007 e 889/2008), bem como cumpre com o acordo de equivalencia entre as normas americanas (NOP) e canadenses (COR-Canada Organic Regime).
- Unidade de San José: Foi finalizada e colocada em funcionamento uma nova Unidade de Tratamento de Efluentes, com um investimento de USD2 milhões. Esta unidade é um exemplo nacional, por ser uma planta que elimina os resíduos de nitrogênio e fosforo. Além disso a planta ainda conta com laboratório próprio para controles de rotina.
- Em 2016 foi desenvolvido trabalho junto aos gestores e transportadores de resíduos da produção (como polietileno, papelão e plástico), para atender ao novo requisito legal de resíduos sólidos, focado na reciclagem de materiais. Além disso, começou também a compostagem do conteúdo ruminal e do lodo para obter um adubo de solo, o qual está sendo distribuído aos produtores da região com muito sucesso. Em algumas plantas também tem se trabalhado a valorização desses produtos como matéria-prima para a produção de tijolos.
- Outro marco em nossa divisão no Uruguai foi a participação no "Programa de Melhoria da Competitividade Industrial e Desempenho Ambiental nas Indústrias da bacia do Santa Lucia" impulsionado pelo MIEM (Ministério da Indústria, Energia e Mineração, do Uruguai), com treinamentos aos colaboradores tanto nas plantas como na Universidade de Montevideo, sobre Produção Mais Limpa no que se refere a contaminação da água no uso industrial.
- Ainda em 2016 foi criado um programa de capacitação ambiental que está sendo implantado nas unidades, com o comprometimento da alta gerencia e contratação de equipe técnica especializada em gestão ambiental.

Os reconhecimentos citados são resultado das diversas iniciativas que a Marfrig Global Foods possui com seus fornecedores visando o estreitamento do

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

relacionamento, qualificação e ampliação da qualidade dos produtos que chegam à mesa dos consumidores.

Sendo referência e pioneira em seus segmentos de atuação, a Marfrig tem o princípio de garantir a transparência e colaborar com o avanço da sustentabilidade, e publica seu relatório anual de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), contemplando os principais avanços e desafios nas frentes de trabalho estabelecidas por seus pilares da sustentabilidade. A versão integral do documento está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia: <a href="https://www.marfrig.com.br/ri">www.marfrig.com.br/ri</a>.

## 37.2. Responsabilidade Social

Alicerçada em princípios de responsabilidade social, as unidades da Marfrig Global Foods desenvolvem programas relevantes em apoio às comunidades onde atua. Alguns exemplos:

## Campanhas Sociais:

- √ Volta as Aulas: voltada para a arrecadação de materiais escolares;
- ✓ Agasalho: voltada para a arrecadação de agasalho;
- ✓ Arrecadação de Alimentos;
- ✓ Datas Comemorativas do Calendário;
- ✓ Novembro Azul: campanha de conscientização, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata;
- ✓ Outubro Rosa: campanha de conscientização com o objetivo principal alertar a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama;
- ✓ Contra a Discriminação;
- **Projetos:** Realizados desde 2012 e vem se fortalecendo a cada ano;
  - ✓ Menor Aprendiz: com início em 2012, o projeto consiste em fortalecer o aprendizado e dar emprego à jovens com idade entre 16 e 18 anos;
  - ✓ Pessoas com Deficiência: com início em 2012, o projeto consiste em dar o emprego e acompanhamento de inserção social e profissional;
  - ✓ Gestantes: é feito o acompanhamento das gestantes, com encontros mensais com temas sobre gestação, saúde da mãe e do filho, parto, amamentação, etc., e também garantimos a alimentação das mesmas a cada 3 horas;
- Certificações: SA8000, OHSAS18001 e ISO14001 em 10 unidades, BRC e HACCP em 12 unidades e IFS em 1.

Permanecemos avaliando 100% da cadeia de fornecedores quanto aspectos sociais, ambientais, saúde e segurança, qualidade do produto e permanecemos atendendo o Código de Conduta de Clientes com resultados médicos através de auditorias de terceira parte.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

KEYSTAR: criado em 2008, o programa que equilibra a gestão ambiental, a responsabilidade social e o crescimento rentável para ter uma operação sustentável nas comunidades globais e locais onde a Keystone faz negócios. Em junho de 2015 foi lançado o programa global filantrópico Keystone Cares, estruturado para focar e ampliar as contribuições da companhia nas seguintes áreas: Nutrição da População, suporte à comunidade local e atenuação do Impacto de desastres ambientais. Para mais informações, acesse: http://www.keystonefoods.com/corporate-social-responsibility/keystar.

## 38. Resultado de operações descontinuadas

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 21 de junho de 2015, a Companhia celebrou no dia 19 de junho de 2015 um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação pela Companhia de determinadas participações societárias em sociedades do seu grupo que detém a unidade de negócios Moy Park à JBS S.A. Em 28 de setembro foi implementado o fechamento dessa operação, conforme fato relevante publicado nessa mesma data.

Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos das unidades de negócios Marfrig Argentina S.A. e da sociedade MF Foods USA, Inc. para alienação, ambas pertencentes ao segmento de negócios Marfrig Beef, e autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento destas deliberações.

No dia 29 de dezembro de 2015 a Companhia deliberou sobre disponibilização para venda da empresa MFG Agropecuária Ltda., pertencente ao segmento de negócio Marfrig Beef ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos.

O segmento Moy Park e as empresas do segmento Marfrig Beef não eram anteriormente classificados como uma operação descontinuada ou como mantido para venda e em atendimento a NBC TG 31 (R3), o resultado das operações descontinuadas e o fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são resumidos a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Resultado	das	operações	descontinuadas
Nesultado	uas	ODEI acoes	uescontinuadas

	Consolidado		
	31/12/2016 (*)	31/12/2015 (*)	
Receita Líquida	56.356	5.610.843	
Custo dos produtos vendidos	(53.337)	(5.070.537)	
Lucro Bruto	3.019	540.306	
Receitas (despesas) operacionais e financeiras	85.698	772.522	
Resultado operacional	88.717	1.312.828	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(41.461)	(474.733)	
Resultado das operação descontinuadas	47.256	838.095	
Participação dos acionistas não-controladores	(29)	-	
Resultado líquido das operações descontinuadas	47.227	838.095	

#### Fluxo de caixa das operações descontinuadas

	Consolidado		
	31/12/2016 (*)	31/12/2015 (*)	
Resultado do período	47.227	838.095	
Itens que não afetam o caixa	(45.101)	(476.508)	
Provenientes das mutações patrimoniais	(1.963)	(332.964)	
Utilizado nas atividades de investimento	54.290	4.541.732	
Utilizado nas atividades de financiamento	(71)	408.761	
Variação cambial s/caixa e equivalente de caixa	-	112.775	
Caixa das operações	14.099	(744.752)	
Operações descontinuadas líquido de caixa	68.481	4.347.139	

<sup>(\*)</sup> contempla as operações do segmento Moy Park e Marfrig Beef;

## 39. Eventos subsequentes

Em 10 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a utilização de reserva de capital disponível para a aquisição, em uma única operação ou em uma série de operações, de até 9.456.917 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia.

Em 17 de Janeiro de 2017 houve o aumento de participação relevante dos seus controladores, a MMS Participações Ltda., o Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, que em conjunto passaram a deter diretamente 209.703.592 ações ordinárias, o que representa participação de 40,23% do total de ações do capital social da Companhia na mesma data.

Em 26 de janeiro de 2017 a Marfrig Global Foods comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em razão do vencimento final das debêntures conversíveis em 25 de janeiro de 2017, as 214.955 debêntures foram convertidas em 99.979.068 ações ordinárias. Nesta data, foi realizada Reunião do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$2.149.549.962, dentro do capital

autorizado, em razão da conversão obrigatória das Debêntures, conforme indicado acima. As ações foram depositadas junto à instituição escrituradora para entrega aos debenturistas em até 6 dias úteis a contar da data da conversão. Neste mesmo prazo, foi creditado aos titulares das Debêntures o respectivo montante, em moeda corrente nacional, correspondente às frações de ações decorrentes da conversão das Debêntures calculado na forma da Escritura de Emissão, sendo que o preço por ação a ser considerado para pagamento das frações foi de R\$21,50. As Ações têm as mesmas características e condições e gozarão de todos os direitos e vantagens estatutariamente atribuídos atualmente e no futuro às ações ordinárias de emissão da Companhia e, inclusive, participarão de forma integral em eventual distribuição de dividendo e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia após a homologação do aumento de capital.

Em 02 de fevereiro de 2017, a Companhia comunicou que recebeu correspondência da BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"), na qualidade de acionista da Marfrig, informando sobre o aumento de participação acionária relevante na Companhia. A Companhia informa que, em função da conversão mandatória das debêntures emitidas nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, a BNDESPAR passou a deter posição acionária de 32,54% no capital da Marfrig, com a titularidade de 202.152.194 ações do total de 621.279.822 ações ordinárias do capital social da Companhia na mesma data, nos termos da Escritura de Emissão. Destaca-se ainda que, na referida data, a BNDESPAR é signatária de Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado em 5 de agosto de 2010. A participação acima não objetiva alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Marfrig Global Foods S.A.

Em 03 de fevereiro de 2017, a Marfrig Global Foods informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, a partir de 06 de fevereiro de 2017, os serviços de Formador de Mercado das ações ordinárias deixaram de ser prestados pela BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., e passaram a ser prestados pela CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS. O contrato com o Credit Suisse tem validade de 12 meses, prorrogável automaticamente por iguais períodos caso não haja manifestação contrária de gualquer das partes. Com o objetivo de fomentar a liquidez das acões de emissão da Marfrig no âmbito da BM&FBoyespa, o Formador de Mercado é um agente que se compromete a manter ofertas de compra e venda de forma regular e contínua, garantindo uma liquidez mínima e uma referência de preço para a ação, respeitando um spread pré-estabelecido. A Companhia informa ainda que se encontram em circulação no mercado 621.279.822 ações ordinárias e que seus acionistas controladores não celebraram com o Formador de Mercado qualquer contrato regulando o exercício do direito de voto e/ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

\*\*\*\*